

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAROLINA PIMENTEL CORRÊA

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO E FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO FRENTE AO IDEÁRIO CEPALINO

PORTO ALEGRE

2013

CAROLINA PIMENTEL CORRÊA

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO E FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO FRENTE AO IDEÁRIO CEPALINO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: PROF. DR. HÉLIO RICARDO DO COUTO ALVES

PORTO ALEGRE

2013

Corrêa, Carolina Pimentel.

As teorias do desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso frente ao ideário cepalino / Carolina Pimentel Corrêa – Porto Alegre, 2013.

107 f.

Orientador: Hélio Ricardo do Couto Alves

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2013.

1. Desenvolvimento. 2. Dependência. 3. Subdesenvolvimento.
4. CEPAL. I. Alves, Hélio Ricardo, orient. II. Título.

CAROLINA PIMENTEL CORRÊA

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO E FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO FRENTE AO IDEÁRIO CEPALINO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2013

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Saraiva Noll
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez
Universidade Federal de Santa Maria

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Sempre achei os “agradecimentos” algo um pouco clichê, mas depois dos quatro anos de graduação e destes dezessete meses de mestrado acabei compreendendo a importância deste momento.

Hoje, mais do que agradecer, eu preciso lembrar-me das vezes em que um abraço carinhoso foi capaz de me inspirar, das vezes em que seguraram a minha mão, olharam nos meus olhos e disseram acreditar no meu potencial, ou, então, das vezes em que, mesmo há quilômetros de distância, conseguiram transmitir toda a energia positiva necessária para eu continuar.

Destaco aqui a presença indescritível dos meus pais. Meus maiores exemplo de força, determinação, humildade e alegria. Sempre dispostos a me ouvir, pacientes com as minhas eternas reclamações e prontos para me mostrar o lado positivo das coisas.

Além disso, destaco o carinho de todos os meus amigos. Daqueles que sofreram comigo ainda antes de eu ser aprovada na seleção de mestrado, daqueles que viraram noites estudando comigo para as disciplinas, daqueles que dividiram comigo as angústias e pressões naturais dessa fase acadêmica, daqueles que sempre se encontravam disponíveis para discutir algum ponto do meu trabalho, daqueles que secaram as lágrimas da amiga chorona e compreenderam os momentos em que precisei ficar em casa estudando ao invés de dar-lhes atenção.

Por fim, não podia deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, como um todo, por me dar esta oportunidade e acreditar no meu potencial. Saliento a importância de todos os professores que fizeram parte desse caminho, que aturaram minha teimosia e minha ansiedade, sabendo conduzir meu aprendizado da melhor forma possível. Fica aqui um agradecimento especial para o Professor Hélio, meu orientador, que sempre se mostrou muito compreensivo e dedicado.

Obrigada a todos, saibam que sempre estarão ocupando um espaço especial no meu coração, porque quem nos ajuda a realizar sonhos também desperta em nós os melhores sentimentos.

RESUMO

O estudo sobre o desenvolvimento esteve muito presente no pensamento político e social brasileiro, principalmente, em meados do século XX. Desse modo, o presente trabalho aborda tal conceito a partir das teorias de dois importantes autores deste período: Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Para compreender o contexto histórico e teórico em que estes autores pensaram o desenvolvimento, levou-se em conta as ideias sustentadas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. A partir da revisão bibliográfica de relevantes obras destes autores, procurou-se traçar uma linha de comparação entre os mesmos, a fim de verificar se eles se aproximam ou se afastam teoricamente no que diz respeito ao modo como concebem o desenvolvimento e, inclusive, frente ao ideário cepalino. Verificou-se que Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso possuem pontos em comum, todavia, de um modo geral, os autores apresentam importantes divergências, especialmente, em relação às alternativas que apresentam para o futuro e o desenvolvimento do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, dependência, subdesenvolvimento, CEPAL.

ABSTRACT

The study of development has been present in the Brazilian political and social thinking, mainly, in the mid of 20th century. Thus, the present work approaches such concept from the theories of two important authors of this period: Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. For understanding the historical and theoretical context in which these authors have thought the development, it has been considered the ideas supported by the Economic Commission of Latin America- ECLAC. From a bibliographical revision of relevant works of these authors, it has been aimed at tracing a comparison line between them in order to verify whether they approach or deviate from how to conceive the development theoretically, including face the ECLAC system of ideas. It has been verified that Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso have common points, however, in a general way, the authors have shown important divergences, specially, in relation to the alternatives shown to the future and to development of Brazil.

KEYWORDS: development, dependency, underdevelopment, ECLAC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	– Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior
CEBRAP	– Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CESIT	– Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
CME	– Coordenação de Mobilização Econômica
CSN	– Companhia Siderúrgica Nacional
DASP	– Departamento Administrativo do Serviço Público
EUA	– Estados Unidos da América
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ILPES	– Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PFL	– Partido da Frente Liberal
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	– Partido Progressista Brasileiro
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	– Serviço Social da Indústria
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	– Superintendência da Moeda e do Crédito
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	– Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O IDEÁRIO CEPALINO.....	14
2.1	AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA CEPAL.....	15
2.2	RAÚL PREBISCH COMO O PRINCIPAL TEÓRICO.....	24
3	CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: DOIS TEÓRICOS COMPROMETIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.....	31
3.1	UMA VIDA PÚBLICA POR DETRÁS DAS TEORIAS.....	31
3.2	TEORIAS MARCADAS POR FASES.....	34
3.3	O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.....	37
4	A RELAÇÃO ENTRE CENTRO E PERIFERIA.....	41
5	A AÇÃO DO ESTADO: UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO.....	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento do continente latino-americano tornou-se um tema muito presente nas agendas de pesquisa desta região desde a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948. Com sua sede em Santiago do Chile, a CEPAL nasceu, a partir da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de implantar núcleos de apoio ao planejamento das economias após a Segunda Guerra Mundial. À vista disso, passou a acompanhar e auxiliar as políticas e as ações dos governos direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana e contribuir para a integração econômica destes países. Assim, o foco de análise teórica desta instituição baseou-se, principalmente, na relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, a partir do dualismo centro-periferia.

O argentino Raúl Prebisch foi um dos primeiros autores a abordar tal temática e compor o quadro de intelectuais da CEPAL. Como um dos pioneiros nas pesquisas da linha estruturalista do pensamento econômico, este autor sustentou as bases desta concepção sobre a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento em trabalhos escritos, inclusive, antes da criação da CEPAL. Desde 1932, os trabalhos de Prebisch já abordavam questões a respeito da economia argentina e, no período pós-guerra, tais trabalhos tentavam comparar a experiência argentina com as de outras economias latino-americanas ou subdesenvolvidas, percebendo que algumas tendências e problemas pareciam ser comuns entre os países (RODRIGUEZ, 1981). Assim, Prebisch serviu de exemplo para diversos pesquisadores latino-americanos, em especial, brasileiros.

Teorias sobre o desenvolvimento marcaram um importante período¹ no pensamento político e social brasileiro. Muitos autores retrataram a realidade brasileira, e reviveram teoricamente importantes marcos históricos desta², visando compreender como o Brasil poderia transformar-se numa nação desenvolvida. Os teóricos Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso fazem parte deste quadro de autores, pois ao tomar o Brasil como objeto de pesquisa, estes autores analisaram as relações de desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência e industrialização. Ambos escreveram numa época em que os questionamentos

¹ Em especial as décadas compreendidas entre 1950 e 1970.

² Muitos autores fizeram uso da história para elaborar suas teses a respeito do desenvolvimento do Brasil como uma nação, reportando-se, por exemplo, à descoberta deste país e ao período colonial. Tais autores são entendidos como os Intérpretes do Brasil, que preferem, sem recortar e analisar pontualmente um período temporal, interpretar o Brasil como um todo, tocar em seus marcos históricos e reviver teoricamente um espaço temporal que vai desde o passado até o presente. Entre estes autores pode-se destacar: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

formulados pela CEPAL invadiam o plano intelectual latino-americano, além de terem feito parte da história desta instituição assumindo cargos relevantes na mesma.

Destarte, o problema de pesquisa que orientou este trabalho resume-se em: no que diz respeito ao conceito e ao processo de desenvolvimento brasileiro, qual é o posicionamento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso? Isto é, em que momentos estes autores se aproximam ou se afastam neste quesito, levando-se em conta o ideário cepalino que marcou seus contextos teóricos e históricos?

Por conseguinte, a principal hipótese do trabalho, baseada em leituras exploratórias, centrou-se na ideia de que, de um modo geral, os autores se posicionam de maneiras distintas frente a tal ideário, o que resulta numa importante dicotomia teórica entre eles. Um dos tópicos mais relevantes nesta diferenciação é o modo como cada autor vê a relação dos países ditos subdesenvolvidos com os países desenvolvidos. Enquanto Celso Furtado, numa perspectiva nacional-desenvolvimentista, entende o desenvolvimento do Brasil e da América Latina do mesmo modo que a CEPAL, denunciando as relações dependentes do Brasil com países desenvolvidos e incentivando o mercado interno brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, apesar de já ter escrito textos que defendiam esta vertente teórica, acaba por afastar-se da proposição cepalina e furtadiana e enfatiza o conceito de desenvolvimento dependente, o qual engloba a ideia de que as relações de dependência com os países considerados desenvolvidos não impediria o desenvolvimento dos países latino-americanos, em especial, do Brasil.

No que se refere ao recorte teórico, foram escolhidas, após leituras exploratórias de diversas obras de ambos os autores, aquelas que melhor representam suas ideias a respeito do foco deste trabalho, ou seja, aquelas em que os autores abordam, de alguma forma, o conceito de desenvolvimento. Além disso, conforme será salientado no decorrer do trabalho, a escolha das obras também levou em consideração as diferentes fases que marcam o pensamento destes autores. Desse modo, foram escolhidas, de Celso Furtado, as suas seguintes obras: *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *Dialética do Desenvolvimento* (1964), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), *Análise do Modelo Brasileiro* (1972), e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e de Fernando Henrique Cardoso foram selecionados alguns artigos publicados na *Revista Brasiliense* entre os anos de 1957 e 1962 e as seguintes obras: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), *Política e Desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado*

industrial argentino e brasileiro (1971), *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio* (1972).

Vale ressaltar que o tema geral deste trabalho – o desenvolvimento – tem voltado ao plano de debates atual. Associado ao adjetivo “sustentável”, dando origem ao desenvolvimento sustentável, ele tem sido utilizado por entidades como o Banco Mundial e a UNESCO para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina: eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (BRÜZEKE, 1993). Entretanto, esta complexidade conceitual é decorrente de uma trajetória história do conceito de desenvolvimento, marcada por uma vasta produção teórica, incluindo Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, que buscou entender as suas especificidades, principalmente, nos países periféricos.

Ademais, é importante salientar o fato de que, ao abordar o conceito de desenvolvimento, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso tocaram em diferentes aspectos teóricos que dão sustentação para suas teorias. Por isso, aqui, a leitura das suas obras foi guiada por dois tópicos especiais: a relação centro *versus* periferia e o papel do Estado no plano de desenvolvimento. Estes dois tópicos foram escolhidos porque, na perspectiva deste trabalho, conseguem colocar os autores num importante nível de comparação não só entre eles, mas também frente ao ideário cepalino. Desse modo, o trabalho está organizado, junto com a (1) Introdução e as (6) Considerações Finais, em outras quatro partes principais: (2) *O ideário cepalino*, parte em que o objetivo foi destacar os principais pontos que formam tal ideário bem como apresentar, de modo sucinto, o fio condutor da obra de Raúl Prebisch, o principal teórico da CEPAL; (3) *Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso: dois teóricos comprometidos com o desenvolvimento do Brasil*, parte na qual foi apresentada uma breve biografia dos autores, as fases que marcaram suas teorias e o modo como o conceito de desenvolvimento era tratado na época em que os autores passaram a se preocupar com tal temática; (4) *A relação entre centro e periferia*, parte em que foram abordados dois importantes conceitos trabalhados pelos autores: o desenvolvimento e a dependência; (5) *A ação do Estado: um plano de desenvolvimento*, parte em que se procurou destacar e compreender o modo como cada autor balizou a presença do Estado no processo de desenvolvimento do Brasil.

2 O IDEÁRIO CEPALINO

Criada pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)³ é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Com sede em Santiago do Chile, a CEPAL teve como primeiro Secretário Executivo o economista mexicano Gustavo Martínez Cabañas e os primeiros países membros foram: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Estados Unidos, França, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Holanda, Panamá, Paraguai, Peru, Grã-Bretanha, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (SALVIANO JR., 1993).

A CEPAL foi concebida para auxiliar os governos a promover o desenvolvimento econômico da região latino-americana e contribuir para reforçar e facilitar as relações econômicas destes países, tanto entre si como, com as demais nações do mundo. Assim, o público alvo da CEPAL sempre foram os *policy-makers* da América Latina e é por isso que a unidade e a abrangência do “sistema de economia política cepalino” permaneceram desconhecidos durante muito tempo (BIELSCHOWSKY, 2000a).

Para que se possa compreender qual a contribuição da CEPAL para a história das ideias econômicas é preciso reconhecer, num primeiro momento, segundo Bielschowsky (2000a), que ela forma um “corpo analítico específico” aplicável às condições históricas e próprias da América Latina. Além disso, é preciso compreender que, apesar de possuir um grande caráter ideológico (RODRIGUEZ, 1981), tal instituição possui uma forte sustentação metodológica e forneceu importantes contribuições para a teoria do desenvolvimento, visando mudanças estruturais específicas para a região latino-americana.

Em vista disso, esta parte do trabalho pretende expor os primeiros momentos do pensamento cepalino, compreender como, e a partir de quais pontos, esta instituição formou seu ideário. Deste modo, primeiramente, ressaltam-se, em um panorama geral, as perspectivas teóricas fundamentais da CEPAL. Em um segundo momento, a fim de complementar a análise, abordam-se, de modo sucinto, alguns escritos do autor que fez frente à grande parte do pensamento cepalino: Raúl Prebisch.

³ É de suma importância destacar que em 1984, a Resolução N° 67 do CES/ONU, incluiu o Caribe à área de atuação, passando então a chamar-se Comissão Econômica para América Latina e Caribe, mas mantendo a mesma sigla – CEPAL – de 1948. Dessa forma, hoje, sua área de atuação compreende 48 países e 8 membros associados (territórios não independentes) do Caribe (ALMEIDA, 2009).

2.1 AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA CEPAL

Hoje, visando não só o desenvolvimento econômico, mas, também, o desenvolvimento social, a CEPAL permanece atuando na América Latina. Contudo, a base do seu ideário e o seu êxito teórico formaram-se nos primeiros anos de sua existência, em especial, nas duas primeiras décadas. Deste modo, o presente trabalho foca-se neste período temporal.

Ricardo Bielschowsky, organizador da obra *“Cinquenta anos de pensamento na CEPAL”*, publicada em 2000, e Octávio Rodríguez que, a pedido do próprio Raúl Prebisch, escreveu, em 1981, a obra *“La teoría del subdesarrollo de la CEPAL”*, foram autores que buscaram realizar uma síntese teórica a respeito dos componentes que formam o pensamento cepalino. Entre os principais tópicos destacados pelos autores e referentes aos primeiros anos da instituição vê-se: a relação centro-periferia, a deterioração dos termos de intercâmbio, a condução deliberada da industrialização, a ação do Estado, a distribuição de renda, a reforma agrária, a relação entre o mercado interno e o mercado externo, as reformas estruturais, a integração latino-americana.

Para compreender alguns destes traços analíticos trabalhados pela CEPAL, é preciso, primeiramente, salientar o método utilizado pela instituição para formular suas teorias. A inclinação pelas tendências históricas é o ponto metodológico mais visível no ideário cepalino. Tal enfoque histórico, segundo Bielschowsky (2000a), foi fortemente instrumentalizado pela teoria estruturalista⁴ do subdesenvolvimento periférico de Prebisch. Esta perspectiva estruturalista procurava examinar o modo próprio como se dava a transição de uma economia primário-exportadora (voltada para fora) para um modelo urbano industrial (voltado para dentro) nos países latino-americanos. Nas palavras de Bielschowsky (2000a, p. 21): “o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que se presta mais ao método ‘indutivo’ que a uma ‘heurística positiva’”.

Por conseguinte, uma das principais perspectivas teóricas da CEPAL que deve ser ressaltada no plano deste trabalho é a relação entre centro e periferia. Segundo Rodríguez (1981), a unidade do pensamento da CEPAL está assentada, desde os seus primeiros documentos, na formulação da concepção do sistema centro-periferia. Os centros eram

⁴ O estruturalismo da análise econômica cepalina diferencia-se daquele estruturalismo utilizado pela linguística e pela antropologia, que corresponde a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico (BIELSCHOWSKY, 2000a).

aquelas economias em que as técnicas capitalistas de produção penetraram por primeiro; a periferia, por sua vez, constituía-se pelas economias cuja produção permanecia atrasada no que diz respeito ao viés tecnológico e organizativo. Desta forma, para a CEPAL, o centro e a periferia formavam um sistema único, baseado em uma dinâmica da desigualdade entre níveis de renda e estruturas produtivas dos dois pólos, originando, assim, uma evolução bipolar, que se dava tanto na sua fase de desenvolvimento voltado para fora, quanto na fase de industrialização e desenvolvimento voltado para dentro (RODRIGUEZ, 1981).

A oposição entre centro e periferia, segundo Bielschowsky (2000a), ilustra a riqueza do método cepalino. Primeiro, porque tal estrutura determina um padrão específico de inserção na economia mundial. Segundo, porque a partir desta dicotomia é possível visualizar a ideia de que “a estrutura socioeconômica periférica determina um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir a renda” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p.22).

O progresso técnico é considerado mais acelerado nos centros do que na periferia, pois a periferia caracteriza-se pela *especialização* e *heterogeneidade* tecnológica. A estrutura produtiva da periferia é *heterogênea* porque nela coexistem atividades onde a produtividade do trabalho é elevada, como no setor exportador, e outras de menor produtividade, como na agricultura de subsistência. Tal estrutura também é caracterizada como *especializada* porque as exportações se resumem em um ou alguns poucos bens primários, além uma ampla quantidade de bens terem que ser conseguidos a partir de importações (RODRIGUEZ, 1981).

A fim de melhor compreender tais características e destacar o cerne da teoria política econômica sobre o sistema centro-periferia, faz-se importante salientar alguns acontecimentos históricos: as duas guerras mundiais e a crise econômica registrada entre elas. Tanto a Primeira (1914 – 1918) quanto a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) impuseram barreiras às importações, além de terem motivado uma acentuada dinamização da demanda de exportações, e conseqüentemente, da demanda interna na periferia (RODRIGUEZ, 1981). A crise dos anos trinta, por sua vez, causou uma drástica redução do preço e do volume das exportações que, somada à situação de endividamento já existente, produziu uma forte crise de divisas. Em decorrência disto, tornou-se imprescindível restringir as importações. Dessa forma, a economia do “novo centro cíclico principal” europeu acabou por adquirir um caráter mais fechado, algo que se reflete diretamente em um desenvolvimento periférico também mais fechado, adotando um modelo caracterizado pela industrialização com substituição de importações, um desenvolvimento voltado para dentro (RODRIGUEZ, 1981).

Estas transformações na economia mundial pareciam possuir uma particular importância para a periferia, pois neste contexto, a industrialização era vista, de um modo geral, como um fenômeno *espontâneo* que representava uma mudança no modelo do crescimento periférico. Uma transformação do desenvolvimento *para fora*, baseado na expansão das exportações, em um desenvolvimento *para dentro*, assentado na ampliação da produção industrial. Rodriguez (1981, p. 45) explica que, segundo esta visão, no momento em que o sistema econômico adquirisse determinado grau de desenvolvimento, o “o livre jogo das forças econômicas” tenderia a impulsionar, de modo espontâneo, a expansão da indústria periférica. Contudo, os teóricos cepalinos perceberam que durante esta fase de industrialização – vista como espontânea –, especialmente nos países periféricos latino-americanos, os problemas econômicos apresentavam semelhanças, sendo que dois destes davam-se no âmbito das relações econômicas internacionais: as tendências ao desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de intercâmbio.

Para compreender as tendências ao desequilíbrio externo é preciso primeiro destacar que em um sistema composto por centro e periferia existe uma disparidade dinâmica da demanda: a elasticidade-renda da procura de produtos primários é baixa, sendo que a de produtos manufaturados é alta. Isto acontece porque a elasticidade-renda da demanda mede o quanto a variação percentual na quantidade demandada de um bem reage em relação a uma variação percentual na renda do consumidor. Se a elasticidade-renda for menor que 1 e positiva o bem é inelástico em relação à renda e se for maior que 1 o bem é elástico à renda. Assim sendo, segundo Rodriguez, a elasticidade-renda da procura de importações no centro é menor que a unidade, enquanto que no pólo periférico, ela é maior que um. O resultado disto, para Nery (2004, p.32), que analisou o pensamento cepalino, são duas desvantagens para os países periféricos:

[...] enquanto no centro as importações de produtos primários crescem mais lentamente do que a renda nacional, na periferia as importações de produtos industrializados aumentam mais rápido que sua renda. Este comportamento se explica devido ao uso das técnicas modernas no centro, que tendem a diminuir a quantidade de matérias-primas necessárias para produzir uma unidade do produto final, além da crescente utilização de produtos sintéticos.

Assim, entende-se, que no centro, as importações crescem num ritmo mais baixo que a renda respectiva – porque estes países só adquirem, no exterior, alimentos e matérias primas –, enquanto que na periferia as importações tendem a crescer com mais intensidade do que a renda (RODRIGUEZ, 1981).

A partir deste postulado relativo à disparidade de elasticidades depreende-se, conforme explica Rodriguez (1981), que se a economia periférica cresce a um ritmo igual ou superior ao do centro, haverá tendência a ocorrer um desequilíbrio externo. Nesse sentido, a condição ideal, para a CEPAL, que permitiria à periferia evitar o desequilíbrio era a industrialização, em especial, se realizada pela substituição de importações. Segundo Rodriguez (1981, p.93), “ela [a industrialização] constitui um meio iniludível para satisfazer, com produção interna, parte da grande demanda de manufaturas criada pelo aumento da renda e que não pode ser satisfeita com importações, devido ao lento crescimento da capacidade para importar”. Todavia, é importante lembrar, como atenta este mesmo autor, que a oferta de bens também deve se adequar as transformações na estrutura da demanda que acompanha a industrialização e o desenvolvimento da economia periférica.

Antes, ainda, de discorrer a respeito da deterioração dos termos do intercâmbio é preciso destacar outro ponto importante do ideário cepalino: a tendência ao desemprego. Nas análises da CEPAL, esta tendência resulta de problemas na transformação da estrutura produtiva: “o crescimento do setor moderno [...], o crescimento demográfico e o ritmo de expulsão de mão-de-obra do vasto setor arcaico” (RODRIGUEZ, 1981, p. 239). A geração contínua deste excedente de mão-de-obra constitui a causa fundamental, segundo Rodriguez (1981), da deterioração dos termos do intercâmbio na teoria da CEPAL, pois este excedente exerce uma pressão constante sobre os salários pagos na produção. Assim, percebe-se que a deterioração dos termos de intercâmbio, por um lado, foi influenciada pela disparidade de elasticidades e pelo desequilíbrio externo e, por outro lado, pelo pequeno nível de produtividade industrial e a disponibilidade de mão-de-obra.

Ao contrário do que prometia a *Teoria das vantagens comparativas* de Ricardo⁵, durante o século XX a lentidão no progresso técnico dos produtos primários em relação aos produtos industriais não estava motivando o encarecimento dos primeiros com relação aos últimos (BIELSCHOWSKY, 2000a). Por isso, conforme explica Fusfeld (2003), a teoria da deterioração dos termos de troca, elaborada por Prebisch, afirmava que não apenas a

⁵ A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo, em 1817, e trata de uma análise sobre o *leitmotiv* do comércio internacional, pautada não em vantagens absolutas, tal qual Smith tinha proposto anteriormente, mas na razão entre trabalho incorporado na fabricação das mercadorias. Sendo assim, quanto menor a quantidade relativa de trabalho incorporado na mercadoria, mais competitivo o país seria em relação a outro nas trocas internacionais. A teoria sugere que cada país deva se especializar na produção daquela mercadoria, de exportação, em que é relativamente mais eficiente (tenha um custo relativamente menor) e por outro lado, esse mesmo país deverá importar os bens cuja produção implicaria um custo relativamente maior. Assim, a teoria explica porque o comércio entre dois países ou regiões pode ser benéfico, pois o processo de troca entre eles concretiza-se mesmo que haja especialização dos países na produção de diferentes bens. Para ver mais sobre o assunto consultar: Gonçalves et al. (1998), Hernández (2004) e Hunt (2005).

transferência dos ganhos de produtividade por meio do comércio não ocorria do centro para a periferia, como, ao contrário, a periferia é que transferia seus ganhos de produtividade para o centro, implicando uma disparidade crescente entre os países ricos e pobres.

Rodriguez (1981, p.58) também explica o modo como a CEPAL entendia a deterioração dos termos de intercâmbio: significa uma *perda* ou *transferência* dos frutos do progresso técnico da periferia para o centro. Isto é, a deterioração leva a uma “concentração dos frutos do progresso técnico nos centros”, produzindo a diferenciação entre as rendas, por duas razões: os centros *conservam* para si o benefício do aumento da sua produtividade e, além disso, *absorvem* parte dos benefícios do aumento da produtividade periférica.

Ademais, a CEPAL atenta para o fato de a tendência à deterioração se prolongou durante a nova etapa de desenvolvimento periférico porque os problemas de emprego presentes neste fenômeno perduravam, ou seja, a estrutura da periferia permaneceu atrasada. Este atraso estrutural desempenha, para esta instituição, um papel-chave na interpretação da tendência à deterioração dos termos do intercâmbio, pois a explicação do fenômeno da deterioração e da conseqüente diferenciação de rendas constitui “um desenvolvimento analítico” dos conceitos de *especialização* e *heterogeneidade* (RODRIGUEZ, 1981). Estas características subsistem e, ainda que a economia periférica sofra importantes mudanças, mantém-se a desigualdade em relação ao grau de diversificação e homogeneidade que se encontra no centro.

Em síntese, os cepalinos percebem que durante o processo de industrialização perdurava a deterioração dos termos do intercâmbio, os problemas de balanço de pagamentos e de absorção de mão-de-obra, além de se produzirem desajustamentos intersetoriais da produção (carências de infra-estrutura, de oferta agrícola, etc.) e persistirem as dificuldades de utilização e acumulação de capital (RODRIGUEZ, 1981). Sendo que tais traços apareciam em vários países periféricos com diferentes conotações.

Para evitar os desajustes supracitados, em especial, evitar as variações dos preços relativos das exportações e as diferenciações de rendas era preciso que acontecessem mudanças na estrutura produtiva capazes de corrigir a especialização e a heterogeneidade da periferia. Nas palavras de Rodriguez (1981, p.248), a CEPAL acreditava que deveria haver um “padrão ideal de transformação da estrutura produtiva” que levasse em conta a “preservação do equilíbrio externo”. A partir destas, e muitas outras, constatações teóricas – e empíricas – a recomendação de política econômica característica do ideário cepalino resume-se, para Rodriguez (1981, p. 249), em:

[...] impulsionar a industrialização da periferia, a fim de dar emprego e elevar a produtividade do trabalho e de ir superando, ao mesmo tempo, o obstáculo externo. Mas, além desta proposta industrialista, esse modelo contém um reconhecimento da necessidade de alterar o esquema tradicional da divisão internacional do trabalho e modificar, dessa forma, a estrutura do comércio mundial. Tais mudanças são concebidas com o objetivo de redinamizar o comércio em benefício do sistema no seu conjunto e de eliminar as desvantagens que o padrão de intercâmbio vigente apresenta para o pólo periférico.

Estas recomendações da CEPAL levam a refletir sobre o que tal instituição entende por *dependência* e, também, por *desenvolvimento*. No que diz respeito à ideia de dependência (comercial, financeira ou tecnológica), Bielschowsky (2000a) afirma que ela sempre esteve presente na CEPAL, desde as origens da instituição, ainda que a expressão propriamente dita não fosse utilizada. Na CEPAL a “condição periférica” era interpretada como determinante de problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais, tanto a nível nacional quanto a nível internacional, ou seja, “não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura com o capitalismo” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 42). Para Bielschowsky, os diagnósticos cepalinos de “insuficiência dinâmica, de “dependência” e de “heterogeneidade estrutural” fazem parte de agendas políticas semelhantes para reformas dentro do capitalismo. A ideia principal decorrente disto é a de que o padrão ou estilo de desenvolvimento econômico tem que ser alterado, através de melhor distribuição da renda e de profundas reformas: agrária, patrimonial, financeira, tributárias, educacional e tecnológica.

Ainda pensando no conceito de desenvolvimento, Bielschowsky (2000a, p. 42) afirma que não “se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais”. O desenvolvimento como apresentado na América Latina, não é uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento, mas sim, um processo único, que poderia apresentar resultados e desdobramentos históricos diferentes do desenvolvimento dos países de centro, em função, das especificidades da região periférica latino-americana.

Ademais, o desenvolvimento apresentado pela CEPAL parece caracterizar-se, principalmente, como um *desenvolvimento econômico*, pois representa “o aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho” (RODRIGUEZ, 1981, p.36). Um crescimento que depende do efeito da acumulação de capital que é impulsionado pelo progresso técnico, pela industrialização.

Para a CEPAL, enquanto este processo de industrialização não fosse totalmente concluído, enfrentar-se-ia permanentemente uma tendência ao desequilíbrio estrutural da

balança de pagamentos, já que o processo substitutivo “aliviaria as importações por um lado, mas impunha novas exigências, derivadas tanto da nova estrutura produtiva que criava como do crescimento da renda que gerava” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p.29). Contudo, para que a industrialização conseguisse aumentar os níveis de produtividade e realizar a ideal alocação dos recursos era preciso orientá-la por meio de uma política deliberada de desenvolvimento. Era preciso, segundo Rodriguez (1981), que esta industrialização fosse ordenada e racionalizada, isto é, que se recorresse ao uso da *programação*, pois as condições (estruturais) específicas da periferia impediam que o desenvolvimento acontecesse ao curso *espontâneo* das forças do mercado.

Esta ideia de que havia uma necessidade de condução deliberada do processo de industrialização por meio da planificação possui grande ênfase no ideário cepalino, tornando-se um requisito indispensável, como afirma Rodriguez (1981), para o desenvolvimento das economias periféricas. A planificação não é vista como incompatível com o funcionamento da economia de mercado ou como um substituto do mercado, mas sim como um meio de dar eficácia à sua operação. Ela é vista como um meio para canalizar as mudanças estruturais que a industrialização e o desenvolvimento causam e, assim, evitar os desajustamentos e incoerências que podem acompanhar esta transformação.

Rodriguez (1981) atenta para o fato de que o grau de intervenção estatal tendia a variar de país para país e que, em verdade, a CEPAL não assume uma posição estatizante. Algo que pode ser percebido nos diversos documentos cepalinos, pois estes, segundo Rodriguez, não propõem um aumento indefinido da participação do Estado na propriedade, no investimento ou nos gastos totais, ou seja, suas funções e atribuições não se estendem de uma maneira ilimitada. A posição cepalina é de cunho intervencionista: “o estado é concebido como o gerente fundamental da política de desenvolvimento, a qual ele deve orientar a longo e médio prazo mediante a planificação e conduzir a curto prazo através de um manejo cuidadoso da política contingente” (RODRIGUEZ, 1981, p. 260).

Segundo Bielschowsky, nos anos 1950 o planejamento – ou programação – era o conceito-chave utilizado para conferir coerência e sistematicidade para as proposições políticas da CEPAL. Nos anos 1960, porém, a ênfase neste planejamento orientado ganhou um significado adicional: suprir as deficiências técnicas existentes na maioria dos governos da

região⁶. Bielschowsky (2000a, p.36) faz uma importante descrição sobre o sentido técnico que o planejamento cepalino indica para os governos:

[i]ndica, primeiro, como realizar exercícios de consistência macroeconômica, de maneira a fornecer o ponto de partida da programação, ou seja, a definição das taxas de crescimento possíveis dadas as restrições previsíveis de poupança e de balança de pagamentos; segundo, dá indicações sobre a realização de projeções de demanda setorial com base em elasticidade-renda – que só em textos posteriores recomendar-se-ia instrumentalizar com matriz de insumo-produto; de posse do mapa de consumo futuro, o programador deveria proceder, então, à seleção de setores e projetos de substituição de importações, de acordo com o critério de “produtividade social marginal do capital”.

Dessa forma, para Bielschowsky, quando vista com os “olhos de hoje”, a orientação contida no documento sobre técnicas de programação parece trivial, mas quando colocada no contexto latino-americano dos anos 1950, nada tem de trivial, pois, na época, faltavam estatísticas econômicas básicas aos governos e a CEPAL desempenhava o papel de conscientização sobre tais insuficiências e sobre a importância de conferir um mínimo de previsibilidade ao contexto macroeconômico.

Após compreender a ideia cepalina relacionada à mudança estrutural na economia e na administração da América Latina, vale ressaltar outro ponto muito marcante no ideário cepalino: a importância das *relações sociais* e das *classes sociais* para o desenvolvimento. Esta questão remete-se a uma das principais críticas feitas ao pensamento da CEPAL, gerando questões de relevante importância e divergência na análise do viés político da teoria cepalina.

Ao analisar o pensamento econômico brasileiro numa outra obra, Bielschowsky (2000b) afirma que durante os anos 1950 e início dos anos de 1960, o modelo da CEPAL foi utilizado para interpretar o processo de transformação das economias latino-americanas. Contudo, este autor também atenta para o fato de que algumas críticas ao pensamento cepalino levaram seus autores, em geral, a desconsiderar o poder analítico da teoria. Dentre estas, Bielschowsky (2000b) destaca dois argumentos contrários ao pensamento da CEPAL: o primeiro é que a instituição não teria considerado os determinantes endógenos do crescimento; o segundo, que teria omitido ou desconsiderado duas contradições básicas do processo de industrialização, isto é, a *luta de classes* e o imperialismo. Ademais, foi dito que

⁶ Vale lembrar que partir desta ideia, foi criado, em 1962, o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), um órgão que teve uma influente trajetória na formação de quadros técnicos governamentais na América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000a).

o ideário cepalino não examinava o processo interno de distribuição de renda e acumulação de capital, que está diretamente relacionado com ambas os argumentos citados.

Rodriguez (1981), quando trata a respeito do alcance e das limitações da teoria cepalina, afirma que esta possui uma estrutura conceitual ampla e complexa, contribuindo muito à teoria e à política econômica. No entanto, para este autor, a maior parte destes componentes teóricos que são apresentados não examina as *relações sociais* que estão na base do processo de industrialização e as mudanças de estrutura que trazem consigo. Quando as examinam fazem apenas a partir de uma ótica econômica. Além disso, Rodriguez destaca um ponto de suma importância neste contexto teórico, pois a proposta de industrialização cepalina, para ele, parece, de uma forma implícita, considerar a existência de diferentes grupos sociais, mas dar prioridade aos interesses de alguns. Este pensamento é justificado a partir da autonomia do Estado em poder proteger e promover os interesses da burguesia industrial nacional, por exemplo, dando prioridade a esta classe em relação às outras (RODRIGUEZ, 1981). O motivo desta proteção, na visão deste autor, decorre do papel atribuído à burguesia nacional de liderar relações de tipo capitalista, necessárias para dar continuidade ao processo de industrialização.

No que diz respeito às camadas médias (dos setores operários e camponeses) e dos grupos de baixa renda, o Estado buscava impulsionar sua absorção econômica e integração social com o intuito de arbitrar os conflitos entre estes e a classe proprietária. Para Rodriguez (1981, p. 263), estas questões fazem parte do seu argumento para afirmar que a CEPAL possui um “caráter ideológico”, pois “essas contribuições só se referem de uma forma rápida e superficial às relações sociais e parecem orientadas de modo a esclarecer e qualificar aquela posição industrialista”.

Voltando a pensar no ideário da CEPAL como um todo, é importante destacar, levando em conta a teoria de Fonseca (2000), que algumas das teses que foram consideradas cepalinas existiam antes da própria criação desta instituição e que o estruturalismo da CEPAL significa mais uma mudança qualitativa no discurso econômico *mainstream* do que propriamente um novo paradigma teórico. Na mesma linha de pensamento que Fonseca (2000), Rodriguez (1981) já havia afirmado que as diversas contribuições da CEPAL não chegaram a ser claramente conectadas e compatibilizadas. Entre elas existe, sim, uma unidade, pois elas apóiam-se num conjunto comum de hipóteses básicas, de modo que as suas análises e conclusões não são contraditórias. Entretanto, apesar de ter oferecido uma interpretação original sobre o subdesenvolvimento e introduzido importantes alterações na

economia convencional, a teoria cepalina “não consegue superar, os marcos dessa economia, à qual, em definitivo, pertence” (RODRIGUEZ, 1981, p. 266).

Embora existam tais discussões a respeito da originalidade e importância da teoria cepalina, não se pode deixar de ressaltar, como afirma o próprio Fonseca, que, a partir da abordagem da CEPAL, tais ideias ganharam maior credibilidade e visibilidade, passando a integrar um programa de pesquisa, que progressivamente adentrou nos meios acadêmicos. Colistete (2001), que estudou a influência da CEPAL no pensamento econômico brasileiro, afirma que esta organização deixou marcas profundas neste ramo de estudos e que a ênfase nas estruturas, típica da teoria cepalina, ainda orienta as análises da economia brasileira.

Com suas teorias a respeito do desenvolvimento e subdesenvolvimento da América Latina, a CEPAL, como uma escola de pensamento, foi capaz de, da sua maneira, romper com o conceito linear de desenvolvimento, que vinha sendo apresentado por teóricos dos países centrais, além de reunir e formar grande parte dos cientistas sociais da América Latina (POLETTI, 2000). Para Gugliano (2003, p.90), a criação da CEPAL representou um grande salto nas políticas de desenvolvimento para a América Latina: *“en esta institución se fueron conformando los lineamientos de una teoría de la economía periférica o una teoría del desarrollo, partiendo de una situación de subdesarrollo”*.

Para Haffner (2000), a CEPAL teve um alcance, inclusive, na política brasileira, pois a autora afirma que o pensamento econômico e social da CEPAL possui um núcleo teórico próximo ao que representou o “sistema desenvolvimentista” no Brasil, assemelhando-se quase que completamente ao difundido por Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, e Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, pois ambos, ao longo de seus governos, utilizaram-se de um discurso próximo ao cepalino para “implantar a indústria de base no país e para sustentar as suas propostas de desenvolvimento nacional” (HAFFNER, 2000, p. 145).

Assim, vê-se que a CEPAL significou um ponto de partida para as teorias do desenvolvimento e da dependência. A maioria dos autores latino-americanos, em especial, brasileiros, salienta a importância de tal instituição ao trabalhar com temáticas como estas. Sobre isto, Rodriguez (1981, p. 19) afirma que, ao serem consideradas globalmente, as contribuições teóricas da CEPAL “conformam o esboço de uma teoria da economia periférica, ou, em outras palavras, o esboço de uma teoria do subdesenvolvimento”.

Em síntese, pode-se dizer que ideário cepalino tocou no argumento da vulnerabilidade externa durante várias décadas a fim de evitar as tendências de desemprego, desequilíbrio externo e deterioração dos termos do intercâmbio. Além disso, focou na ideia de que a

América Latina precisava, para alcançar o desenvolvimento, industrializar-se por meio de um planejamento, pois, ao desenvolver seu mercado interno, tal continente poderia superar o subdesenvolvimento e diminuir a relação de dependência centro *versus* periferia.

A fim de enriquecer e complementar a análise sobre determinados aspectos do ideário cepalino, resolveu-se expandir a revisão bibliográfica aos escritos do próprio Prebisch, realizando assim, uma retomada de sua teoria e destacando sua tamanha importância para a formação das ideias cepalinas.

2.2 RAÚL PREBISCH COMO O PRINCIPAL TEÓRICO CEPALINO

Prebisch nasceu em 1901, em Tucuman, na Argentina. Formou-se em economia na Universidade de Buenos Aires, em 1923, na qual foi professor de Economia Política de 1925 a 1948. Depois de assumir diferentes cargos no governo Argentino, Prebisch foi convidado, em 1948, para trabalhar como Secretário Executivo da CEPAL (SALVIANO JR., 1993), onde permaneceu de maio de 1950 até julho de 1963.

Prebisch foi o responsável pelos primeiros trabalhos que vieram a compor a teoria cepalina. Cunha (2000, p. 130) afirma que Prebisch escrevera suas primeiras obras após os turbulentos anos de guerra, “em que os sucessivos choques externos adversos revelavam fragilidade produtiva, comercial e financeira da periferia”. O objetivo de Prebisch era mostrar que o subdesenvolvimento da América Latina resultava do modo como as economias periféricas inseriram-se no contexto do sistema capitalista mundial (CUNHA, 2000). Segundo Kolling (2000), a análise histórica do subdesenvolvimento que Prebisch iniciou, em 1949, baseada na diacronia e sincronia centro-periferia, representou uma interpretação do desenvolvimento capitalista na perspectiva dos países latino-americanos e constituiu-se num significativo contraponto às teses neoclássicas do comércio internacional.

Gugliano (2003) atenta para o fato de que a grande repercussão dos trabalhos da CEPAL aconteceu, principalmente, no período em que Raúl Prebisch foi o secretário executivo da instituição, o que demonstra tamanho prestígio e importância deste autor. Assim, num primeiro momento, vale ressaltar um trecho bastante especial, escrito por Prebisch, em 1979, como prefácio para a obra de Rodriguez (1981, p. 8):

[...] o capitalismo desenvolvido é essencialmente centrípeto. A idéia de que a tendência do capitalismo em expandir-se mundialmente traria consigo, de maneira espontânea, o desenvolvimento da periferia foi um mito. A CEPAL tratou de demonstrá-lo, de provar que não houve tal tendência espontânea à industrialização

latino-americana. Esta última foi, pelo contrário, um ato deliberado nosso, uma resposta às crises dos centros (duas guerras mundiais, e entre elas, a grande depressão).

Este valioso fragmento é capaz de demonstrar três características importantes do posicionamento de Prebisch: sua convicção a respeito da influência e importância da CEPAL para a ideia de industrialização latino-americana; o modo como o autor percebia, naquele momento, o capitalismo; e, implicitamente, a relevante presença do Estado, no planejamento para o desenvolvimento, pois a tendência à industrialização não foi espontânea.

Tais aspectos aparecem, também, na obra *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, que Prebisch publicou, pela primeira vez, em 1963 com o título *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. Tal obra foi escolhida por ter sido publicada no último ano em que Prebisch fez frente ao cargo de Secretário Executivo da CEPAL e, coincidentemente, por ser uma obra que reúne os principais pontos de seu pensamento.

Um tema que perpassa grande parte desta obra, e que por isso merece destaque especial, é a distribuição de renda. No decorrer do texto, constantemente, o autor aborda questionamentos a respeito da disparidade de rendas na periferia, em especial, na região latino-americana. Já nas páginas iniciais do livro, Prebisch (1964) destaca tal questão afirmando que “há um século que nossas economias se articularam com a economia internacional e a metade da população ainda vegeta em formas pré-capitalistas incompatíveis com suas crescentes aspirações econômicas e sociais” (PREBISCH, 1964, p. 12). Para Prebisch, um sistema só apresenta “validade dinâmica” quando se mostra capaz de acelerar o ritmo de crescimento e melhorar progressivamente a distribuição da renda.

Segundo Prebisch (1964), as camadas superiores (aproximadamente 5% da população) abarcam cerca de três décimos do consumo total da América Latina, representando um consumo médio por família cinco vezes maior que o das camadas inferiores (aproximadamente 50% da população). O autor afirma, por este motivo, que as páginas de sua obra estão penetradas na seguinte ideia dominante:

a América Latina tem que acelerar seu ritmo de desenvolvimento econômico e redistribuir a renda em favor das massas populares. O cumprimento deste objetivo não poderá dilatar-se indefinidamente; nem caberia esperar que o desenvolvimento econômico se apresentaria e logo sobreviria, como consequência natural, o desenvolvimento social. Ambos devem cumprir-se de modo compassado. Para consegui-lo, é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados (PREBISCH, 1964, p. 20).

No mesmo sentido, Prebisch (1964) afirma que as mudanças no modo de produzir e na estrutura da economia exigidas para a propagação da técnica contemporânea requerem transformações na estrutura social. Transformações estas que podem partir da formação técnica de homens em várias categorias de produção, sem que se desperdice um potencial humano considerável que venha, por exemplo, das camadas sociais mais baixas da sociedade. Sendo que o ponto de partida para se alcançar esta mobilidade social estaria na educação. Prebisch (1964, p. 60) reconhece as falhas na educação latino-americana, destacando “o alto coeficiente de analfabetismo, o divórcio entre os sistemas educacionais e as exigências do desenvolvimento econômico, sem mencionar sérias deficiências em outros aspectos fundamentais de ordem cultural”.

Vale ressaltar, também, que Prebisch (1964) dá ênfase para a “força dos movimentos coletivos”, caracterizando-a como uma “força emocional considerável da América Latina”, mas, ao mesmo tempo, afirmou que era preciso canalizar tal força em direção a “desígnios construtivos” que não se constroem sem cálculo, sem racionalidade. Além disso, Prebisch destaca a existência de um avanço a ponto de poder-se elaborar um sistema de ideias, uma concepção dinâmica do desenvolvimento econômico e social voltada para a realidade latino-americana, capaz conduzir à ação prática. Isto se traduz como uma oportunidade para que se forme uma consciência popular do desenvolvimento, pois uma prática do desenvolvimento ofereceria, segundo este autor, possibilidades diversas de orientar o impulso coletivo para a realização de tarefas concretas de um plano de desenvolvimento. O que neste sentido, faria com que a “ação comunitária”, como um “movimento cooperativo”, simplificasse, para o autor, a ação do Estado.

Estas últimas considerações remetem à crítica levantada por Rodriguez (1981), vista anteriormente, sobre a abordagem dada pela CEPAL às relações sociais, ou seja, aquele questionamento a respeito das contribuições teóricas cepalinas se referirem de uma forma rápida e superficial às relações sociais, parecendo estar apenas orientadas de modo a esclarecer e qualificar a sua posição industrialista. Ao que parece, Prebisch (1964) dá grande atenção para a distribuição de renda e confere determinada importância para a mobilidade social e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento, contudo, tais relações sociais aparentam, realmente, estar interligadas à fenômenos e questões econômicas ou à ação do Estado, algo que não diminui sua importância teórica, mas confirma, de certa forma, o que Rodriguez (1981) ressalta em sua obra.

Contudo, é importante destacar, dentro deste aspecto, que, apesar de realmente focar no desenvolvimento econômico, Prebisch (1964) também demonstra, em alguns momentos, preocupar-se com o desenvolvimento social e as mudanças estruturais voltadas à perspectiva social, pois chega a afirmar que não haverá aceleração do desenvolvimento econômico sem uma adequada transformação da estrutura social. A penetração acelerada da técnica exigia, na visão de Prebisch, transformações radicais que não se poderiam realizar com verdadeira eficácia sem modificar, fundamentalmente, a estrutura social.

Por conseguinte, vale ressaltar que, segundo o próprio Prebisch (1964), sua obra ocupa-se das “transformações estruturais internas” e da “cooperação internacional” para o desenvolvimento. Entre as transformações estruturais internas encontra-se, por exemplo, o papel atribuído ao Estado, que para este autor possui três formas de ação: buscar “as transformações na estrutura social, [...] estimular o aproveitamento intensivo da terra e do capital e liberar o enorme potencial de iniciativa individual que agora está malogrado, dando ao sistema sua plena validade dinâmica” (PREBISCH, 1964, p. 22).

Quanto à questão da cooperação internacional, Prebisch afirma que a América Latina seguia, cada vez mais, no caminho para um desenvolvimento fechado e um declínio da proporção de seu intercâmbio com o resto do mundo e se não houvesse cooperação internacional suficiente para resolver estas dificuldades, tanto no campo do intercâmbio como no do financiamento, poderiam sobrevir à sorte de medidas autoritárias, com conseqüências graves ao progresso democrático da América Latina. Neste sentido, Prebisch (1964, p. 44) enfatiza, inclusive, a necessidade da contribuição de recursos internacionais: “é necessária a contribuição de recursos internacionais até que a substituição e o aumento das exportações permitam o emprego interno e externo da maior reserva que se obtenha através da limitação do consumo”.

Para Prebisch (1964), o capital estrangeiro ajudaria a América Latina a desenvolver sua própria aptidão, incorporando toda a massa da população ao desenvolvimento. A empresa estrangeira seria como um núcleo de irradiação tecnológica, como já era em alguns casos. Prebisch admite ainda existir uma inferioridade técnica e econômica da iniciativa latino-americana perante a estrangeira, mas, também destaca que é muito importante buscar estabelecer progressivamente um equilíbrio razoável desta situação.

Aparece aqui a justificativa para o que Prebisch (1964) chamou de “reciprocidade entre os países”. Segundo Prebisch, deve-se pensar a respeito da possibilidade de orientar esta nova política de “intercâmbio individual com vantagens recíprocas”, pois a partir desta, os

centros exportariam mais manufaturas e os países periféricos poderiam orientar, de modo mais econômico, o seu processo de industrialização. Nas palavras de Prebisch (1964, p. 92), vê-se que o autor entende este como um dos meios de diminuir a desigualdade entre centro e periferia:

[e]sta desigualdade fundamental exige a revisão do conceito, até agora vigente, da reciprocidade, porque, se os centros reduzirem ou eliminarem as suas tarifas alfandegárias, os países periféricos poderão aumentar as suas exportações para ele. E se assim acontecer, também aumentarão as suas importações, em virtude da intensa procura que para elas existe, trata-se de um efeito espontâneo, que não exige diminuições ou eliminações de tarifas.

Prebisch (1964) via esta reciprocidade entre os países, também, como um importante aspecto para a formação de um mercado comum latino-americano⁷, que se caracterizaria como uma das medidas para a correção da tendência ao estrangulamento externo e para promover a economia daquele processo de industrialização. Contudo, mesmo quando trata a respeito deste mercado comum, Prebisch (1964) destaca que é necessária uma intervenção no livre jogo – a intervenção do Estado –, aspecto tão marcante do ideário cepalino, conforme foi apontado no tópico anterior. Tal intervenção, segundo o autor, seria útil para criar condições adequadas ao funcionamento da competição, para orientar, amparar e estimular, sem, é claro, perturbar e interferir a conduta pessoal dos indivíduos na vida econômica.

Assim, vale lembrar-se do *planejamento*, entendido como o empenho em agir deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, que atribui ao Estado um poder considerável, e comporta, para Prebisch, três aspectos diferentes, mas fortemente interligados: “a) a concepção de um plano; b) a tradução deste plano numa série de medidas concretas e projetos específicos, e c) a organização administrativa, que corresponde as duas tarefas anteriores e a execução, supervisão e constante adaptação do plano às mudanças da realidade” (PREBISCH, 1964, p. 75). Prebisch ressalta esta questão do planejamento, porque a administração pública, para ele, subsistia a partir de uma organização de épocas pretéritas, com complementos e retoques, mas sem mudanças fundamentais. Havia, segundo o autor, uma perpetuação de ineficácia, que impedia a administração pública latino-americana de adaptar-se às exigências do desenvolvimento econômico.

⁷ É importante destacar que na época em que o autor escreve ainda não existia, por exemplo, o MERCOSUL, que foi criado apenas em 1991. Em 1960, a recém, havia sido criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) que posteriormente, em 1980, foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

A obra de Prebisch abrange um grande conteúdo teórico, mas, ao trazê-la para o âmbito deste trabalho não se objetivou abordar cada nuance da obra, e sim destacar os pontos que representam seu fio condutor e são capazes de complementar aquilo que já foi dito a respeito do ideário cepalino. De um modo geral, é importante salientar que a tendência teórica, tanto cepalina, quanto prebischiana, era buscar certa autonomia para a América Latina, uma situação capaz de fornecer um equilíbrio econômico entre o centro e a periferia, um equilíbrio marcado pela industrialização e pela diminuição da disparidade econômica entre as classes sociais. Em verdade, almejavam uma mudança estrutural que se mantivesse no decorrer dos anos e estivesse pautada por inteiro nas especificidades da região latino-americana, em especial, na sua situação de subdesenvolvimento.

3 CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: DOIS TEÓRICOS COMPROMETIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso são autores que se destacam como teóricos e como homens públicos. Teóricos, porque escreveram diversas obras, nas quais buscam compreender a realidade brasileira e latino-americana. Celso Furtado volta-se a uma perspectiva mais econômica, enquanto Fernando Henrique Cardoso a uma mais sociológica. Dentro deste quadro, cada um possui sua maneira peculiar de interpretar a história e apontar o melhor caminho para o futuro do Brasil, apesar de ambos almejarem presenciar transformações capazes de acelerar o desenvolvimento deste. Homens públicos, porque Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso não trataram apenas de escrever sobre seu país, mas também de atuar politicamente nele.

3.1 UMA VIDA PÚBLICA POR DETRÁS DAS TEORIAS

Celso Furtado nasceu em Pombal, no sertão da Paraíba, em 1920. Graduou-se em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participou da Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália. Doutorou-se na Universidade de Paris. Ao regressar ao Brasil, entrou no serviço público do Rio de Janeiro e logo depois, em 1948, aceitou um cargo na CEPAL. Em 1958, segundo Oliveira (2008), Celso Furtado foi nomeado diretor regional do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, redigiu o importante relatório que foi a base da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a qual foi superintendente sob os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Deste último, também foi ministro extraordinário do Planejamento.

Em 1964, com o Golpe Militar, conforme diz sua biografia disponível no banco de dados da Academia Brasileira de Letras⁸, Celso Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Então, passou a dedicar-se à pesquisa e ao ensino da Economia do Desenvolvimento e da Economia da América Latina em diferentes universidades, como Yale (EUA, 1964-65), Sorbonne (França, 1965-85), American University (EUA, 1972), Cambridge (“Cátedra Simon Bolívar”- Inglaterra, 1973-74), Columbia (EUA, 1976-77). Com a redemocratização, Celso Furtado regressou ao Brasil e assumiu o cargo de Ministro da

⁸ www.academia.org.br

Cultura na presidência de José Sarney (1986-1988). Em 1997, Celso Furtado foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em reconhecimento à sua vasta e importante obra (OLIVEIRA, 2008) e em 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro, Celso Furtado faleceu.

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1952. Conforme aponta o *website* do Instituto que leva o seu nome⁹, Fernando Henrique Cardoso foi perseguido após o Golpe de 1964, por isso, viveu exilado no Chile e na França. Voltou ao Brasil em 1968 e assumiu, por concurso público, a cátedra de Ciência Política da USP. No ano seguinte, foi aposentado compulsoriamente e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 5. Fundou então, junto a outros professores e pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Além disso, Cardoso foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-1986) e recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* de mais de 20 universidades.

Em 1980, Cardoso foi membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De 1983 a 1992, assumiu cadeira no Senado. Em 1988, foi membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). De 1992 a 1993 foi Ministro de Estado das Relações Exteriores, Itamaraty, no governo de Itamar Franco. De 1993 a 1994 foi Ministro de Estado da Fazenda, também no governo de Itamar Franco. Em 1994, foi eleito Presidente da República, no primeiro turno, como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB. E em 1998, foi reeleito, também no primeiro turno, como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB/PPB. Hoje, ainda, Fernando Henrique Cardoso é presidente de honra do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), integra órgãos de direção do *Clube de Madrid*, do *Inter-American Dialogue*, do *World Resources Institute* e da *United Nations Foundation*, além de, recentemente, ter sido eleito como o novo integrante da Academia Brasileira de Letras.

Mas os cargos assumidos por Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso não se resumem, especialmente, ao âmbito brasileiro, pois ambos já fizeram parte da instituição que também marca o eixo central deste trabalho: a CEPAL. Já em 1949, Celso Furtado passou a integrar a instituição e no ano seguinte, em 1950, quando Raúl Presbisch assumiu a Secretaria-executiva da instituição, Celso Furtado foi nomeado Diretor da Divisão de Desenvolvimento, cargo no qual foi encarregado de missões na Argentina, Costa Rica, Venezuela, Equador e Peru. Em 1953, Celso Furtado passou a ser Presidente o Grupo Misto

⁹ Instituto Fernando Henrique Cardoso (www.ifhc.org.br).

CEPAL-BNDE, cujo estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento — intitulado “Esboço de um programa de desenvolvimento, período de 1955-1962” — serviu de base ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1956, inclusive, Celso Furtado precisou mudar-se para a Cidade do México, em função de uma missão da CEPAL. Foi apenas em 1958 que ele desligou-se da instituição para assumir uma diretoria do BNDE.

Destarte, Celso Furtado esteve muito próximo da CEPAL: junto a Raúl Prebisch, contribuiu para a formação do ideário cepalino, principalmente, em relação à teoria estruturalista. Neste sentido, Celso Furtado tratou de mostrar, analisando, por exemplo, na história brasileira, como “foi estabelecida, ao longo do tempo, a relação entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia” (RICUPERO, 2005, p. 372).

Fernando Henrique Cardoso também fez parte da CEPAL. De 1964 a 1967, foi Diretor Adjunto e Coordenador das Pesquisas da Divisão Social do *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES), pertencente a CEPAL, em Santiago, no Chile. Durante o mesmo período (1964 a 1967), Fernando Henrique Cardoso também foi Professor da Cátedra de Sociologia do Desenvolvimento, no mesmo Instituto supracitado.

Fernando Henrique Cardoso permaneceu na CEPAL por um período de tempo bem menor do que Celso Furtado, contudo, estes anos marcaram a vida acadêmica daquele autor. Foi durante sua atuação na CEPAL que Cardoso escreveu, junto com Enzo Faletto, em 1966 e 1967, a obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada pela primeira vez em 1969, uma das suas obras mais reconhecidas nacional e internacionalmente. Dessa forma, mesmo não estando de completo acordo com algumas das ideias cepalinas, e, conseqüentemente, com ideias de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso parece carregar importantes contribuições teóricas desta instituição latino-americana.

São por estes motivos que Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso foram os autores escolhidos para formar o mosaico teórico deste trabalho junto à CEPAL, pois sofreram importantes influências do contexto histórico e teórico que envolve esta instituição, assumiram cargos na mesma e se preocuparam com o futuro – com o desenvolvimento – da América Latina e principalmente do Brasil, teorizando a respeito disto e atuando politicamente neste país.

3.2 TEORIAS MARCADAS POR FASES

Tanto Celso Furtado quanto Fernando Henrique Cardoso possuem uma vasta produção bibliográfica e teorias marcadas por diferentes fases. O pensamento de um autor, na concepção deste trabalho, é algo que se forma com o passar do tempo, marcado pelo contexto em que se insere, sem seguir, necessariamente, determinada regularidade e continuidade. Por isso, o objetivo de apresentar tais fases não é demarcar com exatidão datas e obras do pensamento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, mas sim, ter uma ligeira noção de como tais teorias se formaram e das limitações que os próprios autores perceberam em suas ideias.

O pensamento de Celso Furtado normalmente é visto pelos autores que se dedicaram a estudar sua obra como dividido em três fases. Cepêda (2001) descreve de modo sucinto e cognoscível estes três momentos: “a fase otimista, o pessimismo espantado e a crítica renitente”. A primeira fase é marcada pelo início da carreira de Celso Furtado até o Golpe Militar de 1964, um período caracterizado pelo sentimento de esperança, no qual Furtado reconhecia os limites da herança colonial ao desenvolvimento, mas enxergava nos anos 1950 e 1960 a oportunidade de um salto para a modernização.

A segunda fase inicia-se com sua cassação política e vai até o final dos anos 1970, marcada por um sentimento de amargura, ao ver vencer a alternativa histórica menos aguardada e desejada por ele: um regime político fechado. Em função do “milagre econômico” (1969-1973), Furtado precisou rever sua teoria de que um regime fechado levaria, obrigatoriamente, a um estrangulamento da economia brasileira (CEPÊDA, 2001). A partir daí, o autor procurou demonstrar o modo como o crescimento da economia brasileira, durante o regime militar, conduzia a uma *modernização do subdesenvolvimento*. Segundo Cepêda (2001), haviam sido adotados certos aspectos do capitalismo contemporâneo (novos padrões de consumo, urbanização e surgimento de novos segmentos produtivos), mas, por outro lado, permaneceram os atrasados padrões tecnológicos e a modernização da produção (aumento da produtividade e técnicas de capital intensivo). Isto é, “o corte imposto pelo modelo de desenvolvimento do regime militar criaria um obstáculo ainda maior para uma verdadeira superação do subdesenvolvimento, servindo ao contrário para perpetuá-lo” (CEPÊDA, 2001, p.169).

A terceira fase do pensamento de Celso Furtado inicia-se, por sua vez, conforme Cepêda (2001), a partir de 1980. Um momento em que se “inaugura a era das

reminiscências”, na qual Celso Furtado passa a organizar o seu passado e acertar contas com a memória da geração desenvolvimentista: ele retoma os temas já trabalhados em 1950 e 1960 e os ajusta num quadro marcado pelos desafios do capitalismo globalizado.

Percebe-se que a identificação destas fases dentro do pensamento de Celso Furtado possui um ponto inflexão muito importante: o antes e depois da hegemonia do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Por isso, a maioria dos autores¹⁰ que analisam a obra de Celso Furtado, estabelece a década de 1960, em especial o ano de 1964, marcado pelo Golpe Militar, como o principal marco de mudança no seu pensamento. Almeida (2009) retrata este ponto afirmando que frente ao fracasso do processo de substituição de importações e ao esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, Furtado declarou-se decepcionado com seus resultados práticos. A partir daí, passou a rever as suas posições quanto ao poder de transformação das estruturas atrasadas da economia brasileira e a possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Segundo Almeida (2009, p. 49), Furtado mudou o seu foco:

abandonou a sua idéia inicial de que a racionalidade da industrialização seria suficiente para remover o arcaísmo das estruturas heterogêneas e passou a rever sua abordagem teórica. Essa mudança de posição levou em conta as leis históricas que impediam o desenvolvimento do capitalismo na periferia de percorrer a mesma trajetória dos países já desenvolvidos.

Ademais, percebe-se que de 1950 a 1964, Celso Furtado atuou de maneira teórico-institucional, integrando não só a CEPAL, mas, também, como foi dito anteriormente, diferentes órgãos governamentais brasileiros, nos quais elaborou e coordenou diferentes políticas públicas para o desenvolvimento nacional e regional. Mas, em 1964, conforme explica Vieira (2001, p. 157), Celso Furtado, que até então havia sido um “administrador público e teórico do subdesenvolvimento periférico”, através das circunstâncias, passou a ser um acadêmico, professor de universidades no Chile, França e EUA e, assim, suas formulações voltaram-se mais à interpretação do que à ação política.

No tocante ao pensamento de Fernando Henrique Cardoso a divisão em fases e períodos não se dá de forma tão marcante e difundida entre diferentes autores como a de Celso Furtado¹¹. Em verdade, o que acontece na obra de Fernando Henrique Cardoso é que a partir da década de 1960, o autor mudou a sua postura em relação ao nacionalismo.

¹⁰ Escolheu-se o trabalho de Cêpeda (2001) para demonstrar o modo como os autores que estudam o pensamento de Celso Furtado costumam dividir suas fases, contudo, pode-se ler também outras relevantes interpretações: Mallorquin (2005), Mendes e Teixeira (2004) e Vieira (2007).

¹¹ Um dos poucos autores que divide o pensamento de Fernando Henrique Cardoso em fases é Liedke Filho (2005, p.413), que denomina esta divisão como “quatro temas-momentos”: “o estudo da sociedade escravocrata brasileira e das relações raciais no Brasil (1955-1961); a reflexão sobre o desenvolvimentismo

Nos seus primeiros escritos, na *Revista Brasileira*, Fernando Henrique Cardoso, assim como Celso Furtado, também demonstrava acreditar na possibilidade de superação do subdesenvolvimento. O autor se entusiasmou com a possibilidade de se executar um modelo de desenvolvimento *nacional e autônomo* no Brasil, mesmo sabendo da existência de alguns entraves que poderiam dificultar a arrancada industrial nas áreas subdesenvolvidas (ALMEIDA, 2009). Mas, a partir da década de 1960, em especial, com a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, publicada em 1964, Cardoso passou a contestar a idéia da predominância da burguesia brasileira na gestão e controle daquele processo de desenvolvimento nacional. Isto é, Cardoso passou a questionar a falta de uma classe homogênea com mentalidade empresarial e espírito empreendedor, no Brasil, capaz de assumir a liderança do processo. A inexistência dessa classe, por sua vez, poderia criar uma barreira capaz de impedir um salto em direção ao desenvolvimento.

A partir daí, Cardoso passa a apresentar sua tese em defesa da associação ao capital estrangeiro. Como ele acreditava que não havia condições político-sociais capazes de impor uma ideologia industrializante por parte do empresariado nacional, acabou por concluir que para poder se industrializar, o Brasil precisava interligar-se às companhias empresariais estrangeiras e visar o apoio vindo dos capitais financeiros internacionais.

Assim, percebe-se que o contexto histórico é capaz de marcar profundamente a teoria e vida de um autor. Conforme afirma Brandão (2005, p. 238) “nenhuma grande constelação de ideias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida [...]”. Isto é, a relação entre teorias, ideias e contexto histórico é marcada por uma forte conexão. O “fracasso” do nacional-desenvolvimentismo e o Golpe Militar são exemplos disto, pois marcaram tanto a teoria de Celso Furtado como a teoria de Fernando Henrique Cardoso. Até a década de 1960, ambos acreditavam que a industrialização do Brasil, com aspecto nacionalista, poderia vencer o subdesenvolvimento. Contudo, após esta década, essas

brasileiro (1961-1963); a análise da dependência estrutural da sociedade brasileira no contexto da dependência latino-americana (1965-1972); e o modelo político autoritário brasileiro e as possibilidades e tarefas da redemocratização (1971-).” Tal esquematização do pensamento de Fernando Henrique Cardoso foi levada em consideração nesta pesquisa, mas resolveu-se não se apropriar da mesma, porque o foco deste trabalho é a temática do desenvolvimento, uma ideia que parece estar presente não só no período destacado por Liedke Filho (2005) – de 1961 a 1963 –, mas também em artigos anteriormente publicados por Fernando Henrique Cardoso na *Revista Brasileira* e posteriormente nos seus trabalhos que versavam, em especial, sobre a análise da dependência, afinal, desenvolvimento e dependência são dois conceitos difíceis de serem dissociados, principalmente nas teorias de autores que já abordaram ambas as ideias.

convicções, conforme afirma Almeida (2009, p. 49), “submergiram sensivelmente do pensamento dos dois autores”.

Tal característica foi levada em conta ao selecionar quais os escritos de cada autor representariam suas teorias nesta análise comparada que também os coloca frente ao ideário cepalino. Ao focar-se, principalmente, nas duas primeiras fases do pensamento de Celso Furtado, foram escolhidas, conforme já destacado na introdução deste trabalho, as suas seguintes obras: *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *Dialética do Desenvolvimento* (1964), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), *Análise do Modelo Brasileiro* (1972) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974). Por outro lado, para considerar a mudança na postura teórica de Fernando Henrique Cardoso resolveu-se partir da análise de alguns artigos do autor publicados na *Revista Brasiliense* entre os anos de 1957 e 1962 e de algumas de suas obras publicadas posteriormente: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro* (1971), *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios* (1972).

Preferiu-se basear a análise neste panorama teórico mais geral, ao invés da leitura analítica de uma ou duas obras de cada autor, porque os pontos escolhidos como foco do trabalho perpassam vários escritos dos autores e se vistos nas diferentes fases de cada pensamento poderiam revelar detalhes capazes de enriquecer a análise. Desse modo, procurou-se atentar para aquelas obras que parecessem ter certa representatividade dentro da vasta produção bibliográfica dos dois autores e que tivessem como base teórica a questão do desenvolvimento.

3.3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Conforme já apontado anteriormente, a discussão sobre o desenvolvimento, gene mais forte da herança cepalina, esteve muito presente no pensamento político e social brasileiro, em especial, durante as décadas de 1950 e 1960. Ao fazer uma retrospectiva da história, das teorias e dos desafios da sociologia no Brasil, Liedke Filho (2005) discorre a respeito do início da Sociologia Contemporânea e da emergência da Sociologia Científica, que buscava a criação de um padrão de institucionalização e prática do ensino e da pesquisa em sociologia. Além disto, os anos de 1950, para Liedke Filho (2005), também foram marcados pelo

surgimento da proposta de uma “Sociologia Autêntica”, nacionalista, que buscava contribuir para o processo de libertação nacional.

É neste contexto sociológico que surgem as maiores discussões teóricas a respeito do desenvolvimento. Segundo Liedke Filho (2005), esta concepção de desenvolvimento teve sua expressão na Teoria da Modernização, que concebia o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna. Por conseguinte, a representação prática deste período da sociologia teve como um de seus marcos principais a “Escola de Sociologia Paulista” ou “Escola da USP” que surgiu em 1954, sob direção de Florestan Fernandes. Como um projeto de Escola que era, caminhava junto a orientações intelectuais e políticas voltadas a pensar as possibilidades de um desenvolvimento democrático, racional, urbano-industrial da sociedade brasileira.

Ainda pensando neste período temporal, Pécaut (1990), ao escrever sobre *Os intelectuais e a política no Brasil*, afirma que a partir de 1950 e, sobretudo, de 1955 aconteceu uma grande adesão voluntária dos intelectuais às causas sociais. Acontece que os intelectuais nacionalistas estavam seguros de ter uma vocação para desempenhar, como uma categoria social, um papel decisivo nas mudanças políticas. Reivindicavam inclusive, segundo Pécaut, o título de *intelligentsia* brasileira, em comparação com a tradição russa, pois tendiam a se inclinar para o povo e não duvidavam dos poderes da ideologia. Tanto que a decisão de muitos jovens brasileiros foi “[...] ir, por todos os meios, ao encontro do povo, ensiná-lo e deixar-se ensinar por ele, fundir-se com ele e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe um espelho onde pudesse descobrir a imagem do que era, apesar de ainda não o saber: a própria nação” (PÉCAUT, 1990, p. 103-104).

É com este sentimento, pensando em formular o “sentimento das massas”, conforme explica Pécaut, que é criado, em 1955, no Rio de Janeiro, por decreto do governo interino de Café Filho, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A função deste Instituto foi o coroamento de iniciativas vindas de intelectuais que desejavam contribuir para a definição de um projeto coerente de desenvolvimento econômico, político e social (PÉCAUT, 1990).

Assim, vê-se que tanto a Escola da USP quanto o ISEB, marcaram um importante momento no pensamento político e social brasileiro, em que as discussões a respeito do desenvolvimento, do nacionalismo e do nacional-desenvolvimentismo adquiriram um viés mais científico e passaram a fazer parte de importantes teorias e agendas de pesquisas de diversos autores. Fernando Henrique Cardoso, como orientando de Florestan Fernandes fez parte, desde o início, da Escola da USP. Celso Furtado, por sua vez, segundo Bresser-Pereira

(2006), não pertenceu oficialmente ao grupo do ISEB, mas esteve muito próximo dele, tendo feito duas conferências nessa instituição, publicadas pelo ISEB como pequenos livros: *Perspectivas da economia brasileira* (1958) e *A operação Nordeste* (1959).

Em verdade, mais do que uma necessidade, falar de desenvolvimento, naquela época, tornou-se um desafio. O livro de Costa Pinto e Bazzanella, *Teoria do Desenvolvimento*, publicado em 1967, por exemplo, reúne seis estudos sobre o desenvolvimento, todos escritos entre o final da década de 1950 e início da de 1960. O que permite perceber um pouco de como o desenvolvimento era entendido na época e quais eram as preocupações que afligiam este grupo de teóricos. Na introdução da obra, afirma-se que uma teoria sobre o processo de desenvolvimento ainda estava em formação nas Ciências Sociais contemporâneas. Por isso, existia um esforço dos autores para conseguir definir conceitos importantes como: subdesenvolvimento, progresso, desenvolvimento, desenvolvimento econômico, crescimento econômico, modernização.

Balandier (1967), autor do segundo ensaio presente nesta obra organizada por Costa Pinto e Bazzanella, afirma que pesquisas sobre desenvolvimento e progresso técnico ocupam um lugar crescente no campo das Ciências Sociais, principalmente, em função da pressão das novas condições políticas que atribuem um papel histórico aos países subdesenvolvidos e, assim, despertam a atenção dos pesquisadores para a noção de subdesenvolvimento, de atraso do progresso técnico e econômico. Costa Pinto (1967), por sua vez, discorre a respeito do “reajustamento conceitual e do refinamento terminológico”. Segundo ele, alguns especialistas faziam uso da expressão “desenvolvimento econômico”, enquanto outros preferiam “desenvolvimento”, sem adjetivos; alguns entendiam o desenvolvimento como processo de “evolução”, outros, como uma “revolução”.

Deste modo, vê-se que este período foi marcado pelo trabalho de diferentes teóricos que procuraram entender as especificidades do desenvolvimento, em especial, o latino-americano e o brasileiro. Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso viveram neste contexto, fizeram parte deste vasto grupo de teóricos e, desse modo, experimentaram todo este sentimento. No entanto, de um modo geral, as suas teorias do desenvolvimento possuem importantes divergências: Celso Furtado defendia o desenvolvimento nacional e autônomo do Brasil, enquanto Fernando Henrique Cardoso, depois de também defender esta vertente, passou a acreditar nos benefícios do desenvolvimento capitalista dependente. Tal diferenciação teórica entre os autores requer detida atenção, pois além de assumir grande importância neste trabalho, para ser vista frente ao ideário cepalino, é preciso que seja

analisada em meio a outros aspectos que também dão sustentação a obra destes autores como um todo: a relação centro *versus* periferia e a ação do Estado.

4 A RELAÇÃO ENTRE CENTRO E PERIFERIA

Tomando como base o panorama teórico destacado até o momento, é possível perceber que a relação entre centro e periferia marcou de maneira muito significativa o ideário cepalino. Tal dicotomia inclui-se na tendência da CEPAL em basear suas teorias em dualidades como: país desenvolvido *versus* país subdesenvolvido, campo *versus* cidade, mercado interno *versus* mercado externo. Esta orientação teórica lida com dois importantes pontos de destaque – o desenvolvimento e a dependência –, pois quando se pensa nas relações ou contradições que envolvem o centro e a periferia estes dois conceitos mostram-se proeminentes e acabam por fazer frente nas naturais comparações que rodeiam os pólos (centro e periferia). Por conseguinte, desenvolvimento e dependência são conceitos que não estão presentes apenas nas obras e documentos de origem cepalina, mas também fazem parte da grande maioria das obras de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso aqui abordadas. Assim sendo, e por isso, tais conceitos formam o foco central desta parte do trabalho.

Num primeiro momento é preciso compreender que tipo de desenvolvimento a instituição CEPAL e os autores Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso estavam tratando. De acordo com o que já foi visto, a CEPAL focava suas teorias na busca do desenvolvimento *econômico* da América Latina, visando, principalmente, o aumento do bem-estar material, elevação da renda real por habitante e o crescimento da produtividade. Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso não se distanciaram muito deste viés econômico, mas se faz importante destacar que tais autores conseguiram introduzir em suas teorias, de um modo geral, preocupações que também tocavam no desenvolvimento social do Brasil.

Celso Furtado foi um dos primeiros autores brasileiros a abordar a relação entre os conceitos desenvolvimento e subdesenvolvimento, temática que deu origem à grande parte de sua produção bibliográfica. Este autor possuía uma admirável capacidade de combinar a criação intelectual com a habilidade para realizar projetos desenvolvimentistas, o que explica o modo como se destacou entre os demais economistas da época e se tornou um símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 1950 (BIELSCHOWSKY, 2000b).

Furtado participou da formulação inicial da teoria cepalina, contribuindo para o seu desenvolvimento, principalmente, no que diz respeito à teoria estruturalista. Quanto a isto, Bielschowsky (2000b) explica que no desenrolar do debate público sobre política econômica e desenvolvimento, Celso Furtado foi levado a dar substância às teses cepalinas e reformulá-

las. O objetivo era acionar as duas funções da própria teoria estruturalista: atacar as políticas liberais, amparadas pela teoria econômica convencional, e propor medidas alternativas, de cunho desenvolvimentista.

Conforme já ressaltado, o subdesenvolvimento, para Prebisch e para a CEPAL, corresponde à existência de uma estrutura econômica heterogênea na periferia, que resultava da relação com as economias desenvolvidas e na qual coexistem setores modernos, dedicados a exportação, e setores de subsistência, com uma pequena produção (BIELSCHOWSKY, 2000a). Já o desenvolvimento é um processo de homogeneização dos níveis de produtividade em todo o sistema econômico, algo viável através da industrialização. Porém, Bielschowsky afirma que, a teoria furtadiana contém um grande esforço, baseado em um trabalho de análise histórica, para refinar esta proposição estruturalista da interpretação cepalina: “Furtado foi o intelectual mais dedicado a cobrir a análise cepalina com legitimação histórica. Dedicou-se à tarefa não só como historiador, mas também como teórico do subdesenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 22).

A intenção de Furtado era formular uma análise específica para a América Latina, uma análise própria do subdesenvolvimento. Assim, para pensar a realidade brasileira e o conceito de subdesenvolvimento, Furtado utilizou sua sensibilidade para construir uma relação entre teoria e história, isto o fez perceber sutis evidências e o diferenciou dos demais pesquisadores que já haviam estudado o conceito de desenvolvimento (OLIVERA, 2008). Sobre isto, Almeida (2009, p.41) destaca que a obstinação de Furtado pelo estudo do subdesenvolvimento parece ter surgido durante a sua peregrinação para divulgar as idéias da CEPAL nos anos 1950, diante da resistência de alguns setores que “enfaixavam a bandeira das hostes liberais no Brasil”, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹².

Em 1959, ao escrever a obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado busca compreender o modo como havia se dado o subdesenvolvimento neste país, para isto, ele recorreu à história, abordando um período que vai desde a colonização do Brasil até o século XX. Uma vasta retrospectiva histórica que não cabe ser abordada neste trabalho, mas que levou Furtado (1974) a perceber que o Brasil foi tratado, desde o período colonial, como uma empresa produtora de bens para o exterior, na qual a concentração de renda deu-se em favor

¹² Segundo seu *website* oficial (portal.fgv.br), a Fundação Getúlio Vargas é uma instituição privada brasileira de ensino, pesquisa e extensão, criada em 1944, com o objetivo inicial de preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada do país. Almeida (2009, p. 41) explica que, ao temer a disseminação do pensamento cepalino, a FGV organizou uma série de conferências no Rio de Janeiro, na década de 1950, com a finalidade de contra-atacar o pensamento da CEPAL, o qual era visto “pela ortodoxia convencional” como uma ofensa à racionalidade econômica.

dos grandes proprietários de terras e exportadores que formavam a única força motriz do desenvolvimento¹³. Ademais, Furtado (1974) percebe que a história do Brasil carregou consigo relações de dependência, tanto no que se refere à sua metrópole portuguesa quanto com a Inglaterra. O fato é que chegou um momento em que se tornara impossível manter neutralidade em relação às grandes potências na Europa, por isso Portugal precisou ligar-se à Inglaterra, alienando parte de sua soberania e dando origem a acordos e alianças que marcaram profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil. Um exemplo, foi o Tratado de *Methuen* entre Portugal e Inglaterra, em 1703, que foi celebrado num período de decadência das exportações açucareiras do Brasil e, entrou em vigor exatamente quando o ouro do Brasil começou a afluir. O que, conforme Furtado (1974), prejudicou, inclusive, Portugal, pois este precisou renunciar todo o desenvolvimento manufatureiro e transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico proporcionado pela produção do ouro no Brasil.

Uma importante ideia que se faz presente em *Formação Econômica do Brasil*, e aproxima Furtado do ideário cepalino, é a de que a industrialização viria a provocar mudanças estruturais significativas nas profundas marcas deixadas pelo passado colonial. As partes finais desta obra, em especial, do capítulo XXIX em diante, possuem uma importância eloquente, pois o destaque passa a ser um período em que o centro dinâmico da economia brasileira deslocou-se do setor agrícola para o setor urbano-industrial, da economia voltada exclusivamente “para fora” para a voltada “para dentro”, para o mercado interno. Nas palavras de Furtado (1974, p. 234):

[...] chega-se à conclusão de que o principal fator determinante do nível da procura – e portanto do desenvolvimento – foram as inversões ligadas ao mercado interno. Sem embargo, é somente naqueles períodos em que ocorre uma elevação da capacidade para importar – 1920-29 e 1946-54 – que se alcança um ritmo de crescimento realmente intenso.

Mais adiante, Furtado (1974) destaca que diferentemente das formas de crescimento observadas no Brasil nos séculos anteriores, o desenvolvimento no período compreendido entre 1920 e 1957 caracterizou-se por modificações substanciais na estrutura da economia. Ademais, surge neste período um processo de integração econômica no país, um aspecto que, por um lado, para o autor, exigiria a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, mas, por outro, traria uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos

¹³ Um padrão de desenvolvimento que Furtado (1974) comparou ao dos Estados Unidos. Segundo Furtado, o Brasil diferenciava-se dos EUA porque este baseou o seu desenvolvimento no fortalecimento do mercado interno e na distribuição mais igualitária da propriedade e da renda, ao contrário do que foi feito no Brasil.

e fatores no país. Caso progredisse tal integração, a taxa média de crescimento da economia tenderia a elevar-se. Isto é, Furtado (1974) sugere que a reversão do quadro de subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil dar-se-ia apenas a partir da sua própria industrialização e da integração das economias regionais pela formação de um mercado interno.

Sobre isto, Oliveira (2008), que analisou a obra *Formação Econômica do Brasil*, afirma que nela Furtado apresenta os dois lados da industrialização: por um lado, os pontos negativos – tendência ao desequilíbrio externo, tensão inflacionária, concentração da renda e o aumento das desigualdades – e, por outro lado, a importância de prosseguir nesta busca em prol da resolução dos problemas do Nordeste, da questão agrária, da distribuição de renda, procurando, assim, se desvencilhar da armadilha centro *versus* periferia, que ainda não havia desaparecido, apenas se redefinido. Para Oliveira (2008, p.333) esta seria a proposição de um “desenvolvimento capitalista nacional autônomo em que a economia é a via para encontrar os caminhos da nação”.

Vale ressaltar que em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado não se preocupou em definir pragmaticamente os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Segundo Almeida (2009), o termo subdesenvolvimento já havia aparecido em escritos de Furtado em 1952¹⁴ e, além disso, desde o final dos anos 1950, Furtado já havia percebido os limites da visão econômica convencional em relação à problemática do desenvolvimento, mas foi somente na década seguinte que ele conseguiu superar esse problema e formular uma análise conceitual da especificidade do subdesenvolvimento ao publicar, em 1961, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

Conforme o próprio Furtado afirma no prefácio, esta obra reúne uma série de trabalhos que foram elaborados em um período de quase dez anos, nos quais o objetivo central foi “encontrar caminhos de acesso à inteligência dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico” (FURTADO, 1961, p. 11). O capítulo IV – *elementos de uma teoria do subdesenvolvimento* –, em especial, aparece como o cerne da obra. Este capítulo, junto ao capítulo V, formam a monografia apresentada por Furtado em 1958 como tese de concurso à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É no capítulo IV que Furtado busca explicar as origens das estruturas subdesenvolvidas, para isto, foi preciso demonstrar o modo como a Europa expandiu sua economia industrial pelo mundo:

¹⁴ Artigo *Formação de capital e desenvolvimento econômico* publicado na Revista Brasileira de Economia.

[o] advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. A ação deste poderoso núcleo dinâmico passou a exercer-se em três direções distintas (FURTADO, 1961, p. 178).

A primeira, destas três direções, para Furtado (1961), correspondeu ao próprio desenvolvimento industrial dos países da Europa Ocidental; a segunda resultou na formação de núcleos industriais em países que apresentavam características semelhantes aos países europeus (Austrália, Canadá e Estados Unidos); e, finalmente, a terceira, foi em direção às regiões já ocupadas, algumas inclusive densamente povoadas, e provocou a formação de estruturas econômicas dependentes, nas quais se criaram estruturas híbridas: uma parte que tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. “Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 180).

Assim, para Furtado (1961), o subdesenvolvimento não era uma etapa do desenvolvimento – como acreditavam muitos autores, dentre eles, Walt Whitman Rostow¹⁵ –, mas sim, um “processo histórico autônomo”. O subdesenvolvimento representa, então, para Furtado (1961), uma situação particular, que decorre da expansão das economias capitalistas, e apresenta-se de várias formas: desde um caso mais simples, no qual as empresas estrangeiras que produzem mercadoria de exportação coexistem com uma “larga faixa” de economia de subsistência, até um caso mais complexo, onde a economia apresenta três setores: um de subsistência, outro voltado para a exportação, e um terceiro representado por um núcleo industrial ligado ao mercado interno.

Tal interpretação sobre o subdesenvolvimento é tão próxima do ideário cepalino que muitas vezes é descrita como representante deste. Entende-se tal relação porque Furtado escreveu este livro, e especialmente o capítulo IV, logo após deixar a CEPAL. Contudo, não é apenas a definição do conceito de subdesenvolvimento que aproxima Furtado à CEPAL, pois ainda em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, ao abordar questões referentes ao desequilíbrio externo, Furtado afirma, assim como se viu no ideário cepalino, que era necessária uma reorientação das inversões para que se pudesse reduzir o coeficiente de importação. Assim sendo, não existiria qualquer razão fundamental para que o

¹⁵ No início da década de 1960, o americano W. W. Rostow afirmou, em seu livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*, que os países passam por cinco etapas específicas de desenvolvimento econômico, sendo elas: A sociedade tradicional; As condições para o arranco ou a decolagem; O arranco; A marcha para a maturidade; A era do consumo de massa (ROSTOW, 1974).

desenvolvimento não se processasse rapidamente e em condições de relativa estabilidade interna e externa.

Contudo, apesar de acreditar na superação do subdesenvolvimento, Furtado (1961) também ressalta a heterogeneidade do universo capitalista, no qual o desenvolvimento econômico é desigual: surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade em outros, toma vigor apenas em determinados lugares e falece em outros, pois o conjunto de recursos e fatores que se apresenta em cada parte do mundo é obviamente diverso. Destarte, naquilo que o autor chama de “uma simplificação teórica”, o desenvolvimento econômico consiste “na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (FURTADO, 1961, p.91). Por conseguinte, à medida que cresce a produtividade, aumenta a renda real social, ou seja, aumenta a quantidade de bens e serviços à disposição da população, por isso, Furtado (1961, p.101) chega a afirmar que “o desenvolvimento econômico é, fundamentalmente, um processo de acumulação de capital” e que sem o progresso técnico, tal acumulação encontraria seus limites.

Conforme explica Cepêda (2012), para Furtado, a economia é a base que sustenta o objetivo do desenvolvimento com a repartição da riqueza social, do bem-estar e dos capitais econômicos e sociais, participação e controle político, educação, autonomia decisória nacional e individual. Desse modo, o desenvolvimento seria “um pacto cuja base é o projeto da nação” (CEPÊDA, 2012, p. 108). Nas palavras de Furtado (1962, p.20), tal conceituação atinge, inclusive, o que o autor chama de desenvolvimento humano:

o desenvolvimento econômico é, em sentido restrito, um meio. Contudo constitui um fim em si mesmo, um elemento irredutível da forma de pensar da nova geração, a confiança de que o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano.

Complementando tal descrição, em *Dialética do desenvolvimento*, obra publicada em 1964, Furtado afirma que “o desenvolvimento econômico, sendo fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, implica modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição” (FURTADO, 1964, p. 61). Isto é, o desenvolvimento econômico, para Furtado, representava o processo de expansão do sistema produtivo que serviria de suporte para uma dada sociedade. As estruturas subdesenvolvidas, por sua vez, aparecem nesta obra como economias pouco dinâmicas e com fortes impulsos internos à estagnação. Assim sendo, Furtado (1964) repete, mais de uma vez, que o subdesenvolvimento é um problema que se coloca em termos de estrutura social.

Em *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, publicada pela primeira vez em 1967, Furtado apresenta o conceito de desenvolvimento de um modo mais complexo, diferenciando-o, com clareza, do conceito de crescimento. Nesta obra, Furtado (1971) parece aprofundar sua preocupação com o “grupo”, com a “sociedade”, caracterizando o desenvolvimento, como uma estrutura complexa que não envolve apenas o nível tecnológico, mas também a diversidade das formas sociais e econômicas decorrentes da divisão do trabalho social, satisfazendo as necessidades de uma coletividade. Já o conceito de crescimento, segundo Furtado (1971, p.83), refere-se a um conjunto econômico de estrutura mais simples, no qual, a demanda “não é autocriada”, ou seja, deve ser utilizado para “expressar a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico”. Assim, o conceito de crescimento, para o autor, não está, necessariamente, ligado às modificações nas funções de produção, ou seja, na forma como se combinam os fatores do setor produtivo.

Esta obra, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, marca o início de uma mudança no pensamento de Celso Furtado. Nota-se que, em seus primeiros escritos, Furtado acreditava na ruptura do subdesenvolvimento através da industrialização e da incorporação de novas técnicas de produção, além de possuir esperanças quanto ao futuro do Brasil: “[...] os seus recursos de matérias-primas e fontes de energia, que apenas começam a conhecer-se, abrem-lhe perspectivas excepcionais. Essas enormes potencialidades estão apenas à espera de que o país encontre o caminho definitivo do seu desenvolvimento” (FURTADO, 1964, p.108). Mas, ao fim da década de 1960, esta ideia foi, paulatinamente, perdendo força nas obras deste autor. Frente ao desgaste do sistema de substituição de importações e, conseqüentemente, ao esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, Furtado demonstrou-se decepcionado com os resultados práticos e passou a rever suas posições a respeito das transformações estruturais que esperava para a economia brasileira. Furtado passou a observar que os rumos da realidade brasileira distanciavam-se das teorias que ele havia formulado, inclusive enquanto fazia parte da CEPAL.

A esse ambiente desveladamente hostil ao desenvolvimento, devemos acrescentar que o comportamento dos segmentos empresariais e militares, considerados antes como adeptos da ideologia nacionalista-desenvolvimentista, evoluiu em sentido contrário àquele anteriormente imaginado, inclusive de forma violenta e abrupta a sua suposta adesão ao programa desenvolvimentista. Ou seja, parte expressiva dos oficiais das forças armadas que antes reagira fortemente à entrada do capital estrangeiro e hostilizara o alinhamento com os Estados Unidos se juntou aos militares liberais, defensores incontestes da abertura ao capital externo e do estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos, chegando, inclusive, a apoiar a intervenção militar (SILVA, 2007 apud ALMEIDA, 2009, p. 55)

Assim, diante da inviabilidade do desenvolvimento nacional-burguês, ou nacional-desenvolvimentismo, instaura-se, em abril de 1964, a partir de um Golpe Militar, o Regime Ditatorial, que perdurou até 1985. Após um período no exílio em função, justamente, deste Regime Militar, Furtado retornou ao Brasil no final dos anos 1960 a fim de proferir algumas palestras e se deparou com os primeiros resultados da industrialização que se iniciara nos anos 1950, com as reformas monetárias e fiscais de 1965 e 1966 e com o início de um novo período de expansão, o “milagre econômico”, no Brasil (GOULARTI FILHO, 1999). O que fará com que as crenças de Furtado, segundo Goulart Filho (1999), transformem-se em ilusões perdidas¹⁶.

Neste quadro, duas obras marcaram o pensamento deste autor: *Análise do modelo brasileiro* (1972) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974). Em *Análise do modelo brasileiro*, Furtado segue abordando a dicotomia entre países desenvolvidos *versus* países subdesenvolvidos – o que ainda o mantêm próximo ao ideário cepalino. Nesta obra, Furtado (1973, p. 9) caracteriza o subdesenvolvimento como uma “transformação nos padrões de consumo (mesmo que tal transformação afete apenas uma minoria da população da área em questão) sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção”. Isto é, Furtado (1973) afirma que a elevação de produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante do aparato tecnológico nos processos produtivos, constituíam o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas. A característica essencial destas estruturas, para Furtado (1973), é a desigual assimilação das duas formas básicas de

¹⁶ Em 1995, durante uma entrevista, Carlos Mallorquín faz uma pergunta a Celso Furtado relacionada ao período de 1964 a 1975 quando Furtado abandona o otimismo com relação ao poder que possui o processo de industrialização para desenvolver e transformar um país como o Brasil ou o continente latino-americano. Parte da resposta de Furtado foi a seguinte: “meu objetivo era transformar esta industrialização num instrumento de desenvolvimento social, de integração da população, para mudar a sociedade brasileira. Eu acreditava, no começo, que era quase inevitável que, com a ascensão de novas forças sociais brasileiras, haveria uma transformação social. Não havia nenhuma razão para que não se transformasse parte do quadro institucional brasileiro. O que aconteceu foi que, com a ruptura de 64, interrompeu-se o processo. Deteve-se toda a mudança social. E então transformou-se toda a política brasileira. Toda a política econômica brasileira passa a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando o processo de exclusão social. Criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social. Eu me dei conta disso claramente e de que as forças sociais e a sociedade brasileiras também estavam mudando. Aquelas forças que tinham apoiado a esquerda tendiam a desaparecer. A *intelligentsia*, os economistas, todos estavam mudando. Quando eu cheguei a este país dez anos depois, ele já era outro. Outra mentalidade, outra gente, e então perdi a idéia de minha geração de que poderíamos avançar realmente no sentido de concretizar uma sociedade diferente, mais igualitária, mais equânime, menos injusta. Todos esses idealismos que nós, da esquerda, havíamos alimentado tinham desaparecido; haviam sido inviabilizados, todos esses objetivos, o projeto total. Isso teve uma forte repercussão na minha forma de pensar. Daí que todos os meus livros, a partir do *Análise do modelo brasileiro*, são livros que transmitem uma imagem pessimista do Brasil. E isso porque eu tinha sido um homem otimista. Na *Formação econômica do Brasil*, aparecia um país que avançava e que tinha um projeto” (FURTADO, 1995, p. 103).

progresso tecnológico: transformação dos processos produtivos e a diversificação os bens e serviços finais.

Por conseguinte, o que acontecia no Brasil, para Furtado (1973, p.11), era apenas um processo de “modernização”, pois segundo ele, o “progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos”. Isto resultou em um processo de concentração de renda, que acompanhou a industrialização brasileira: de um lado estava a massa da população cujo poder de compra médio permanecia praticamente estagnado, de outro estava a minoria privilegiada que sustentava altos padrões de consumo em rápida diversificação. Um tipo de estrutura que o autor considera comum nos países subdesenvolvidos com uma industrialização relativamente avançada, mesmo admitindo que, provavelmente, em nenhum lugar viam-se estas características tão acentuadas como no Brasil.

Desse modo, segundo Furtado (1973, p.33), no início dos anos 1960, o Brasil chegou a se transformar num país industrializado, mas permaneceu “notoriamente subdesenvolvido”. Neste sentido, este autor destaca que as medida introduzidas no país, a partir de 1964, permitiram restabelecer o equilíbrio do setor público e criaram condições para manter a inflação em controle. A execução dessa política se fez mediante a utilização de instrumentos já tradicionalmente presentes na economia brasileira: cambial, fiscal, creditício e salarial. Mas para manter a expansão, a fim de que o sistema brasileiro gerasse o seu próprio crescimento, Furtado (1973) apresenta três condições necessárias: 1) que a capacidade de pagamento no exterior tivesse um aumento com taxa superior à do PIB; 2) que os investimentos do setor público se mantivessem em expansão – incluindo a geração de empregos; 3) que o setor da “indústria de ponta” preservasse o seu crescimento e dinamismo.

É a partir daí que Furtado (1973, p.65) trata a respeito do *modelo brasileiro*, que consiste, essencialmente, em uma tentativa de restabelecer o *anel de feedback fundamental*, que significa “a interação que existe entre o fluxo de salários e o crescimento da produtividade do trabalho; trata-se, em última instância, de interação de forças sociais que disputam os incrementos do produto e o progresso tecnológico que é a causa última desses incrementos”. Uma ação que para Furtado deveria partir do Estado, a quem caberia: “a) assegurar que a demanda de bens duráveis de consumo se expanda adequadamente, e b) promover a criação de um fluxo mínimo de novos empregos” (FURTADO, 1973, p. 61).

Com este mesmo sentimento de desilusão no que concerne a industrialização e o desenvolvimento do Brasil, Furtado escreveu *O mito do desenvolvimento econômico*, obra

publicada em 1974. Nesta obra, o autor retoma a ideia de que o subdesenvolvimento seria um “processo histórico autônomo”, pois já nas primeiras páginas relembra que o “subdesenvolvimento nada tem a ver com idade de uma sociedade ou de um país” (FURTADO, 1974, p. 20).

Pensando na evolução estrutural do capitalismo, Furtado (1974) aponta que a rápida industrialização da periferia do mundo capitalista deu-se sob a direção das grandes empresas dos países de centro, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a estabilidade e a expansão das economias periféricas dependiam, fundamentalmente, das transações internacionais, que, por sua vez, estavam sob controle das grandes empresas. Por isso, as relações dos Estados nacionais com estas últimas tendiam a ser relações de poder, uma situação que para Furtado (1974) tendia apenas a aumentar o fosso existente entre centro e periferia.

Para Furtado (1974) esta hegemonia das grandes empresas representa nas economias periféricas um distanciamento entre as formas de vida de uma minoria privilegiada e a massa da população. Uma preocupação que se aproxima daquilo que Prebisch escreveu em seu livro *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, conforme visto anteriormente, pois, assim como Prebisch, Furtado mostra-se muito preocupado com a desigualdade entre as classes sociais. Para Furtado, não se podia aceitar a hipótese de que os atuais padrões de consumo dos países ricos se generalizassem em escala planetária, pois esta realidade não parecia visível aos olhos deste autor: “é mais importante o fosso que a atual orientação do desenvolvimento cria dentro dos países periféricos do que o outro fosso que existe entre estes e o centro do sistema” (FURTADO, 1974, p. 71).

Furtado acreditava que o desenvolvimento deveria orientar-se num sentido muito mais igualitário e que favorecesse as formas coletivas de consumo, mesmo sabendo que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial está sempre ligado ao privilégio de uma minoria:

[o] custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidade de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p.75).

A partir desta exposição, Furtado (1974) assegura que a ideia do desenvolvimento é um simples *mito*. Um mito capaz de desviar as atenções das prioridades básicas – identificar as necessidades da coletividade e as possibilidades que o avanço da ciência traz ao homem –

para concentrá-las naquilo que Furtado (1974) chamou de “objetivos abstratos”: os investimentos, as exportações e o crescimento.

No mesmo sentido que em *Análise do modelo brasileiro*, Furtado volta a falar da “modernização” em *O mito do desenvolvimento econômico*, caracterizando-a como um processo de “adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p.81). É desta falta de conexão entre o progresso técnico e o grau de acumulação alcançado que resulta a especificidade do subdesenvolvimento em plena fase de industrialização. Furtado (1974) explica que isto acontece porque o capitalismo está a difundir-se em amplas áreas do mundo, mas sem comprometer as estruturas sociais preexistentes, assim emergem novas formas de economias subdesenvolvidas plenamente industrializadas e/ou orientadas para a exportação de manufaturas, o que leva este autor a refletir sobre a possibilidade de o subdesenvolvimento ser inerente ao sistema capitalista. Isto é: “que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1974, p. 95). Uma afirmação carregada de pessimismo e resignação, marcada pelos acontecimentos da própria história brasileira e que afasta Furtado das ideias cepalinas e daquilo que ele mesmo acreditava.

O exemplo mais interessante de como um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas características principais, para Furtado (1974), é a economia brasileira. Este autor explica que a alta taxa de crescimento da produção industrial brasileira alcançada a partir de 1968, depois de um período de relativa estagnação (1961-67), foi obtida através de uma política governamental muito bem-sucedida que visava atrair as grandes empresas transnacionais e fomentar a expansão das subsidiárias destas já instaladas no Brasil. O governo orientou, por vários meios, o processo de distribuição de renda para produzir um perfil de demanda mais atraente para estas grandes empresas, o que resultou em uma cesta de bens de consumo que tentava reproduzir os padrões dos países de centro. Viu-se, assim, como ressalta Furtado, a formação de dois lados: um mercado altamente diversificado, mas de proporções reduzidas e outro mercado relativamente grande mas com baixo grau de diversificação. A fim de ressaltar estas características da economia brasileira, Furtado (1974, p.108) abordou uma questão marcante da estrutura capitalista que se formava no Brasil, afirmando que, neste país, “quanto mais concentrada é a distribuição de renda, maior é o efeito positivo para a taxa de crescimento do PIB”. Dessa forma, o autor explica, que a mesma

quantidade de dinheiro, quando é consumida por pessoas “ricas”, contribui mais para a aceleração da taxa de crescimento do PIB do que quando consumida por pessoas “pobres”.

Com isso, Furtado (1974) destacou que a característica mais significativa do *modelo brasileiro* seria esta tendência em excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico, de modo que a durabilidade deste sistema de caráter anti-social dependeria da capacidade dos grupos dirigentes em suprimir as diferentes formas de oposição. Longe de enxergar aquilo que representava uma democracia igualitária, um desenvolvimento econômico e, até mesmo, um desenvolvimento social, Furtado, nesta época, viu-se desesperançado com a realidade brasileira.

Assim como Furtado, preocupado com o desenvolvimento da nação brasileira, Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, também traçou um caminho teórico um tanto complexo. Como abordado anteriormente, desde muito jovem este autor já se envolvia em pesquisas tendo o Brasil como seu objeto de estudo e, também, estando muito próximo da CEPAL.

Entretanto, antes de iniciar uma análise mais detida às ideias de Cardoso, é preciso ressaltar que em 1977 este autor escreveu um artigo denominado *The originality of the copy: ECLA and the Idea of Development*¹⁷. Neste ensaio, o autor buscou apresentar as principais concepções do pensamento cepalino sobre comércio internacional e desenvolvimento, comparando-as com as ideias já prevalecentes no mundo acadêmico da época (década de 1950), incluindo as críticas que foram postas às análises cepalinas. Neste sentido, vale ressaltar trechos em que Cardoso destaca algumas lacunas teóricas no ideário cepalino: “[...] falta uma análise das relações internacionais de exploração – do colonialismo e do imperialismo – para tornar mais consistente e transparente a posição crítica inicial da CEPAL” (CARDOSO, 1993, p. 38); “[...] há uma grande área de indecisão no pensamento cepalino sobre o desenvolvimento: a política relativa aos capitais estrangeiros e a explicação da natureza da acumulação proposta” (CARDOSO, 1993, p. 56).

Entretanto, o viés crítico que Cardoso assume neste texto não o impede de, concomitantemente, reconhecer a importância desta instituição para o pensamento econômico latino-americano:

[a] CEPAL produziu ideias que ajudaram a compreender, em seu momento, alguns dos problemas centrais da acumulação capitalista na periferia e alguns dos

¹⁷ Traduzido para o Português como *Originalidade da cópia: a CEPAL e a Ideia de Desenvolvimento*, este artigo faz parte da coletânea de trabalhos de Cardoso publicada em 1993: *As Idéias e seu Lugar*.

obstáculos que se lhe antepõem. Não há portanto que escrever lápides para suas ideias. Elas se modificaram e, trocando de pena como sói acontecer com ideias-força, continuaram vivas, às vezes noutras instituições ou com outras cores, ao mesmo tempo em que deixaram pelo caminho os segmentos mortos, como costuma ocorrer com todas as interpretações científicas (CARDOSO, 1993, p. 74).

Neste mesmo sentido, em uma conferência realizada em agosto de 2003 na CEPAL (Santiago do Chile) no marco da *Tercera Cátedra Raúl Prebisch*, Cardoso esclareceu que ao escrever sobre o mérito da CEPAL em alcançar “originalidade na cópia”, o disse como um elogio, sendo Raúl Prebisch o melhor exemplo disto, pois segundo Cardoso, a obra daquele autor não foi produzida *ex nihilo*, pelo contrário, Prebisch bebeu de boa fonte, pois estava familiarizado com a teoria do desenvolvimento, conhecia os clássicos, a obra de Keynes, o trabalho de Hans Singer e valorizava o acervo estatístico das Nações Unidas.

Esta elucidação teórica faz-se importante aqui para que se consiga perceber a importância que a CEPAL possui no pensamento político e social latino-americano. Mais do que compreender o elo que os autores aqui abordados tiveram com esta instituição, é importante perceber a marca que esta deixou no contexto histórico e teórico da época, fazendo com que os intelectuais daquele momento, e não só, reconhecessem os limites da obra cepalina, mas principalmente, ressaltassem o respeito e admiração pelo trabalho e pelo ideário da instituição.

Após este adendo, detendo-se, agora, apenas, nas ideias de desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso, cabe salientar que em seus primeiros escritos, o autor demonstra creditar suas esperanças no desenvolvimento nacional autônomo, bem próximo daquilo que Furtado defendia na primeira fase do seu pensamento. Para compreender o modo como Cardoso percebia estas questões, recorreu-se a alguns de seus ensaios na *Revista Brasiliense*¹⁸. Em 1957, Cardoso publicou nesta revista o ensaio *Desenvolvimento econômico e nacionalismo*, no qual se preocupou em demonstrar que o papel que o nacionalismo exercia naquele momento era completamente diferente do exercido no passado. Cardoso (1957, p. 90) queria demonstrar que o nacionalismo atual nada tinha do *chauvinismo* burguês do século passado:

o nacionalismo de hoje corresponde às necessidades de integração nacional dos países que ocupam uma posição periférica no sistema capitalista mundial já plenamente constituído, isto é, na fase em que os monopólios internacionais interferem no funcionamento do sistema de forma decisiva.

¹⁸ A *Revista Brasiliense* surgiu em setembro de 1955, publicada pela Editora Brasiliense, que era propriedade do historiador e editor Caio Prado Júnior. Segundo Montalvão (2006), tal revista representou o nascimento de uma publicação independente no campo da esquerda comunista, pois rompia com o controle material do PCB e sobrevivia com recursos próprios.

Isto porque Cardoso (1957) caracterizava o nacionalismo, nos países subdesenvolvidos, como uma forma através da qual as massas tomariam consciência da sua situação sócio-econômica tanto na perspectiva nacional quanto na internacional. Os países subdesenvolvidos, neste caso, representavam aquelas áreas do globo que se engajavam no sistema econômico mundial como regiões coloniais ou subcoloniais, constituindo fonte de matérias-primas essenciais para os parques industriais dos países considerados desenvolvidos (CARDOSO, 1957).

Por conseguinte, o desenvolvimento destes países subdesenvolvidos, para Cardoso, liga-se à vontade das massas em obter uma crescente melhoria no seu padrão de vida, o que só aconteceria se paralelamente ao aumento da renda existisse uma distribuição social mais equitativa da renda nacional. Este era o ponto central do problema, pois o tipo de desenvolvimento econômico que tendia a se realizar segundo o novo modelo de desenvolvimento seria “uma solução que atende não apenas às condições peculiares à posição dos países subdesenvolvidos no sistema econômico mundial, mas às condições políticas e sociais dos mesmos” (CARDOSO, 1957, p. 96).

Assim, Cardoso (1957) acreditava que haveria uma pressão popular das massas em prol do desenvolvimento econômico, sendo o nacionalismo um tipo de ideologia neste meio, uma bandeira para a participação mais intensa das camadas populares na vida política, resultado de um processo de democratização crescente, no qual a massa também almejava influir nos destinos da nação. Isto é, o nacionalismo assumia, aqui, uma grande importância para o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, pois, assim como Celso Furtado, Cardoso (1957) entusiasmava-se com a possibilidade de concretizar-se um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo nos países periféricos. Ademais, não é apenas neste sentido que Cardoso (1957) aproxima-se de Furtado e das ideias cepalinas. Do mesmo modo que Raúl Prebisch e Celso Furtado, nota-se que Cardoso (1957) também demonstra sua preocupação com a distribuição mais igualitária de renda, vendo-a como uma questão marcante no modelo de desenvolvimento que se formava nos países periféricos.

Em 1958, Cardoso publica na *Revista Brasiliense* o artigo *Educação e Desenvolvimento Econômico*, no qual o foco é a necessidade de, ao mesmo tempo em que se planeja a expansão econômica, planejar a expansão e modificação do sistema educacional, considerando os resultados alcançados pelos países desenvolvidos e as condições histórico-sociais dos países mais atrasados. O sistema educacional brasileiro, segundo Cardoso (1958),

encontrava-se desatualizado e ainda marcado pela perpetuação da antiga ordem social que mantinha posições dominantes: parte do clero, antigos senhores e proprietários, pequena burguesia. Isto constituía um empecilho ao desenvolvimento econômico visto a importância do pensamento científico no mundo moderno e a exigências de mão-de-obra qualificada que o crescimento econômico implicaria. Assim sendo, uma das medidas sugeridas pelo autor é a diminuição do currículo, permitindo cursos mais rápidos, mais baratos e mais úteis. Esta questão educacional é capaz de demonstrar uma sutil ligação de Cardoso (1958) com Prebisch (1964), pois, conforme visto na primeira parte deste trabalho, este último apontava a educação como o ponto de partida para se alcançar a mobilidade social.

É neste mesmo ensaio sobre a educação que Cardoso (1958, p. 70-71) deixa explícito a importância das inovações tecnológicas ao desenvolvimento do capitalismo e a transmissão cultural:

[j]á se tornou lugar-comum a afirmação de que as inovações tecnológicas foram essenciais ao desenvolvimento do capitalismo industrial, e esta foi a forma de capitalismo que marcou mais profundamente a história das sociedades ocidentais modernas e das sociedades que sofreram as consequências da expansão do mundo ocidental. [...] [N]os países que estão em processo de crescimento econômico, este afeta de maneira direta as formas institucionalizadas de produção intelectual e de transmissão da cultura.

Esta afirmação aproxima Cardoso do ideário sustentado pela CEPAL em seus primeiros anos como instituição, pois este é um pensamento muito característico da instituição: a ideia de que o progresso tecnológico é capaz de mover a economia industrial e, assim, junto ao crescimento e desenvolvimento econômico, transformar as estruturas arcaicas, inclusive as culturais, marcadas pela heterogeneidade do passado colonial.

Em outro ensaio, de 1960, *Condições sociais da industrialização de São Paulo*, também publicado na *Revista Brasiliense*, Cardoso aponta a importância das condições sociais para o desenvolvimento da indústria em São Paulo, ressaltando que não são apenas as condições econômicas que importam neste processo: “[o] equívoco que se deve evitar, ao que penso, é o da utilização de esquemas meramente econômicos que deixam de considerar a industrialização nos seus devidos termos, isto é, como um processo histórico-social real” (CARDOSO, 1960, p. 44). Cardoso buscou, neste ensaio, compreender as *especificidades* da industrialização brasileira realizada em São Paulo, uma intenção bastante característica do ideário cepalino e que também marca a teoria de Celso Furtado: não transplantar modelos de interpretação que correspondem ao desenvolvimento dos países considerados desenvolvidos,

mas sim, observar as condições histórico-sociais que correspondem à própria realidade dos países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil.

Neste mesmo sentido, em relação às especificidades do Brasil, no seu artigo *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*, Cardoso (1962) destaca que a industrialização brasileira deu-se por meio de “surto de crescimento descontínuos” provocando problemas econômicos, financeiros e sociais que não se manifestaram do mesmo modo na história dos países desenvolvidos da atualidade. Ademais, Cardoso retrata o século XX destacando a diminuição das relações dos setores agrários e exportadores em benefício das atividades de transformação e produção dos gêneros agrários consumidos no mercado interno. O setor industrial, para o autor, tornar-se-ia o “núcleo dinâmico” da nova economia brasileira, mas, para isto, seria necessário ao mercado subdesenvolvido: a) algum produto essencial ao mercado internacional, que gerasse divisas para a importação de bens de capital; e b) que a renda monetária produzida pelo sistema econômico nacional fosse suficientemente ampla a ponto de permitir a formação de um mercado interno (CARDOSO, 1962).

Tais citações descritas até aqui e presentes em diferentes exemplares da *Revista Brasiliense*, explicitam que, assim como Furtado, Cardoso acreditava na possibilidade de superação do subdesenvolvimento a partir de um desenvolvimento nacional e autônomo que se baseasse na industrialização, o que também o aproxima do ideário cepalino. No entanto, a linha de pensamento de Fernando Henrique Cardoso modificou-se com o passar dos anos. Tal como Celso Furtado, Cardoso acompanhou com um olhar atento a história do Brasil, observou o início da industrialização e do malogro do nacional-desenvolvimentismo, por isso, passou a repensar este desenvolvimento que se encontrava ligado ao avanço do capitalismo nos países periféricos. Deu-se, assim, uma mudança em seu rumo teórico, que se iniciou em meados dos anos 1960, semelhante ao que aconteceu com o pensamento de Celso Furtado.

Em 1964, Cardoso publicou em forma de livro – *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* – a sua tese de livre-docência em Sociologia que foi apresentada em 1963 junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Como já revela o seu título, esta obra visa compreender qual o papel do empresário industrial no processo de desenvolvimento do capitalismo. Para isso, Cardoso (1972) faz uma retomada teórico-metodológica de Weber, Marx, Sombart, Mannheim e, principalmente, de Schumpeter, além de apresentar dados colhidos a partir de entrevistas com industriais de São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Salvador e utilizar informações de um *survey* realizado pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) da Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras da USP sobre características das empresas da grande São Paulo (a própria São Paulo, Santo André, São Caetano e São Bernardo).

Num primeiro momento, é importante atentar para algumas considerações que Cardoso faz, nesta obra, a respeito de como compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Por exemplo, a importância de se pensar numa análise de desenvolvimento menos abstrata: que se preocupe menos com a construção de modelos de desenvolvimento e mais com as estruturas capazes de explicar o processo. Por isso, que numa “análise propriamente sociológica” do desenvolvimento, os processos de diferenciação estrutural são vistos como “o resultado de movimentos sociais que circunscrevem os determinantes universais do desenvolvimento [...]” (CARDOSO, 1972, p.77).

Segundo Cardoso (1972), as noções de subdesenvolvimento e de processo de desenvolvimento estão relacionadas a tipos de dominação e processos sociais que não são apenas econômicos. Desse modo, pensar a noção de sociedade subdesenvolvida descolada da relação com outra sociedade considerada desenvolvida, para este autor, não faz sentido, pois o subdesenvolvimento não significa o não-desenvolvimento, mas, sim, uma forma de exprimir a existência de um tipo de desenvolvimento. Ou seja, para compreender o processo de desenvolvimento no mundo ocidental é preciso analisar as relações básicas entre os dois tipos de sociedades (desenvolvidas e subdesenvolvidas) em conjunto, pois juntas elas representam o modo capitalista de produção (CARDOSO, 1972).

Assim, em desacordo com algumas teorias clássicas que abordavam o desenvolvimento brasileiro na época, Cardoso (1972) procura demonstrar que a classe empresarial existente no Brasil, entendida como a burguesia industrial nacional, não estava preparada para desempenhar o papel que a ideologia nacional lhe atribuía: de fazer frente a um desenvolvimento nacional autônomo, baseado na industrialização e formação de um mercado interno independente. Pelo contrário, para Cardoso (1972, p.198) a burguesia industrial havia optado pela ordem, isto é, “abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio-maior do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza”.

Cardoso (1972) explica que através da pesquisa realizada percebeu que os quadros de referência da ação empresarial brasileira, mesmo no núcleo industrial de São Paulo, foram relativamente pequenos até meados da década de 1950.

Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas

exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. Somente depois da inversão maciça de capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como no plano da sociedade global (CARDOSO, 1972, p. 87-88).

Neste sentido, Cardoso afirma o capitalismo contemporâneo só existe em função de um conjunto de empreendedores capazes de inovar em busca de lucros nas condições atuais do mercado e da sociedade, pois a dinâmica do capitalismo é concebida como uma dinâmica dos capitais, mas o capital, em seu entendimento, “nada mais é do que a expressão de um modo de relação entre os homens” (CARDOSO, 1972, p. 45). Contudo, esta camada social – os empreendedores –, presente tanto nas questões econômicas quanto nas questões políticas, dotada de uma mentalidade empresarial moderna, disposta a inovar, adotar estratégias capitalistas e liderar um processo de desenvolvimento, não existia no Brasil. Os industriais brasileiros, segundo Cardoso, constituíam uma camada social recente e heterogênea, incapaz de reagir como um grupo frente aos problemas existentes, isto é, ainda não conseguiam pensar, agir e sentir de modo uniforme, ou seja, não formavam uma ideologia industrial capaz de guiar a ação de todos em prol de interesses comuns.

Diante desta situação e com o rápido desenvolvimento da industrialização no Brasil, principalmente a partir do período governamental de 1954 a 1960, coloca-se, segundo Cardoso (1972) uma espécie de desafio para a antiga camada industrial brasileira: ou ela amplia as indústrias, remodelando-as e adotando novas formas de organização dos seus negócios, ou marginaliza-se e “sucumbe” diante de organizações internacionais que possuem capitais abundantes e experiência técnico-administrativa. Assim sendo, o interesse governamental visando o desenvolvimento acelerado optou pelas inversões de capitais estrangeiros nas indústrias brasileiras. Em decorrência disto, a política de crescimento econômico adotada no Brasil acabou por forçar as empresas tradicionais que quisessem modernizar-se tecnicamente a manter algum tipo de relação com as organizações internacionais.

De acordo com estas constatações a respeito da classe burguesa no Brasil, Cardoso parece ter deixado de lado parte de suas ideias publicadas na *Revista Brasiliense* sobre a industrialização brasileira assentada no desenvolvimento nacional autônomo que poderia ser gerido e controlado internamente. A ponto de, inclusive, criticar a teoria de Celso Furtado afirmando que no pensamento deste a questão sobre “o papel dos empreendedores no desenvolvimento econômico é secundária, em razão da perspectiva em que se coloca, na qual

o problema é a análise do sistema econômico” (CARDOSO, 1972, p.81). E mais do que isto, para Cardoso, na análise de Furtado não fica claro quais são as forças sociais que impelem o desenvolvimento e em que direção isto acontece.

Vale ressaltar ainda que esta obra sobre o empresário industrial brasileiro serviu de suporte para o período seguinte na vida de Cardoso, quando viveu exilado no Chile e fez parte do quadro de intelectuais da CEPAL. Enquanto Diretor e Coordenador do ILPES, Cardoso precisou pensar a respeito dos rumos que o processo de desenvolvimento tomaria nos países da América Latina. Ao perceber as especificidades do industrial brasileiro e a presença maciça do capital estrangeiro, este autor começa apontar os benefícios desta associação ao capital estrangeiro e passa a “desenhar” sua nova tese junto a Enzo Faletto¹⁹: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, que foi publicada pela primeira vez, em espanhol, no ano de 1969.

Dependência e Desenvolvimento na América Latina é uma obra que, segundo seus próprios autores, relaciona processo econômico, condições estruturais e situação histórica, ressaltando a especificidade da instauração de um modo capitalista de produção em sociedades que possuem a dependência como seu “traço histórico peculiar”. Segundo Almeida (2009), tal obra trouxe para a década de 1970 debates acalorados e ficou conhecida como a versão weberiana da dependência, ou versão da interdependência, ou, ainda, como versão do capitalismo dependente associado. Nesta obra, Cardoso e Faletto (1973) estabelecem uma crítica às teorias do desenvolvimento anteriormente difundidas, inclusive à teoria cepalina. O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas pelos autores foi o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região.

Cardoso e Faletto (1973) se contrapõem à noção de que na América Latina prevalecia, em termos da formação social, o chamado “dualismo estrutural”, em que as sociedades latino-americanas compunham-se por formações sociais “tradicionais”, mas que lentamente caminhavam no sentido de uma sociedade “moderna”, classificando-se como “países em desenvolvimento”. Para estes autores, tal ideia incorre em dois erros: (1) tais conceitos são amplos demais para abranger as situações sociais existentes, pois não permitem distinguir o

¹⁹ Enzo Doménico Faletto Verné (1935-2003) estudou Licenciatura em História na Universidade do Chile e realizou seu Mestrado em Sociologia na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). Como orientando de José Medina Echavarría, Faletto passou a ser colaborador do ILPES logo após terminar seus estudos de mestrado, em 1959. Desse modo, foi no ILPES e, conseqüentemente, na CEPAL, que Faletto conheceu Cardoso. Para mais detalhes, consultar Faletto (2007).

modo de ser de uma sociedade do seu funcionamento; (2) tal perspectiva é carente de conexões minimamente lógicas entre as estruturas sociais que pressupõe, por exemplo, a dicotomia “tradicional” *versus* “moderno” e as diferentes etapas do processo econômico.

O objetivo de Cardoso e Faletto (1973), deste modo, era negar a ideia de que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas era determinada unicamente por fatores externos. Para estes autores, era preciso realizar uma análise que entendesse como principais condicionantes do desenvolvimento a integração das classes e grupos sociais, a ponto de repensar o sentido e as funções que estas têm no contexto estrutural da situação de subdesenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento é considerado, por estes autores, como um processo social, pois mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes. Por isso, para realizar uma análise global do desenvolvimento é preciso “buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p.21). Isso supõe que a análise não se foque apenas em uma abordagem estrutural, mas também numa interpretação feita em termos de “processo histórico”.

Neste sentido, o desenvolvimento seria o “o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 22). Uma visão que também colaborou para que Cardoso e Faletto (1973, p.27) percebessem diferenças entre as noções de *subdesenvolvimento* e *periferia*. A noção de subdesenvolvimento “caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...] sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo”. As noções de centro e periferia, por sua vez, “destacam as funções que cabe às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência”.

Depois de retomar aspectos da história, em especial, da história brasileira, Cardoso e Faletto (1973) destacam que além da diferenciação econômica, a diferenciação social e o equilíbrio de poder entre os grupos sociais são fatores que explicam o tipo de desenvolvimento alcançado em diferentes países. Sublinha-se aqui o fato de que após a crise do desenvolvimentismo, manifestou-se no Brasil, o que os autores chamam de “nova situação de desenvolvimento”, cujos laços de centro *versus* periferia não se resumiam apenas em

importações e exportações, mas em investimentos das economias centrais nos novos mercados nacionais existentes no Brasil. Optou-se por um desenvolvimento baseado em crescentes investimentos vindos do estrangeiro para o setor industrial brasileiro. Contudo, esta nova forma de desenvolvimento necessita de um esforço para ser sustentada, isto é, por ser marcado pela articulação do setor público, das empresas internacionais e do setor capitalista da economia nacional, este novo desenvolvimento requer um esquema político capaz de estruturar um sistema de relações entre os grupos sociais que controlam tais setores (CARDOSO; FALETTTO, 1973). Tal sustentação política se faz necessária, inclusive, em função deste desenvolvimento realizar-se intensificando a exclusão social. Excluindo, segundo Cardoso e Faletto (1973) já não apenas as massas, mas também as camadas sociais que antes eram economicamente significativas e agora precisam vincular-se ao setor monopolista moderno e, conseqüentemente, ao sistema de dominação política que se instaura.

Sem se distanciar desta temática, Cardoso publica, em 1971, a obra *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, a qual sustenta um importante plano de fundo relacionado à ideologia. Para Cardoso, a ideologia implica uma relação entre o real e o imaginário, entre o condicionado historicamente e os valores como pólos de orientação do comportamento, pois as ideologias como sistemas estruturados, para ele, não são pura subjetividade²⁰. Por conseguinte, Cardoso (1971) aborda o tipo de desenvolvimento industrial dependente existente na Argentina e no Brasil a partir das representações ideológicas que o setor social dos empresários industriais assume como válidas. Ao analisar estas representações no nível de opiniões individuais, o autor busca descobrir “as estruturas ideológicas pelas quais os empresários expressam inconscientemente um modo de relação social e, ao nível de suas experiências, imaginam qual seja o mundo em que vivem” (CARDOSO, 1971, p. 48). Para tal análise, o autor faz uso de pesquisas realizadas, entre 1965 e 1966, pelo *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social*, das Nações Unidas, em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil e com o *Consejo Nacional de Desarrollo*, da Argentina.

Um ponto importante e muito peculiar desta obra, em termos de desenvolvimento econômico, é que para Cardoso (1971) a relação de dependência que se formava na sociedade

²⁰ Sobre isto, Cardoso (1971, p.46) afirma que “é possível conceber as ‘estruturas ideológicas’ como sendo sistemas de representação por meio dos quais os homens expressam um modo particular pelo qual eles sentem que participam de determinadas condições de existência social e em função dos quais atuam efetivamente diante dessas mesmas condições. Quer dizer: a ideologia não é a transcrição imediata das condições de existência social, nem é o reino da pura ilusão; não pode ser descartada como ‘falsa consciência’, como *idola*, nem pode ser aceita como a expressão substantiva de um modo de relação social”.

brasileira – conforme se verá adiante – não excluía a possibilidade de desenvolvimento, pois o que existe, em verdade, para o autor, são as formas de desenvolvimento dependente. É por conta destes tipos de desenvolvimento, de suas delimitações e dos modos como os setores industriais os mantêm e os modificam, conforme diz o próprio autor, que acontece o “travejamento” necessário para estudar as ideologias das burguesias industriais nas situações de dependência.

Seguindo este mesmo viés teórico, pode-se trazer para esta análise o artigo *O modelo Político Brasileiro* que foi apresentado por Cardoso, em 1971, num seminário promovido na Universidade de Yale e posteriormente passou a ser a parte principal do livro *O Modelo Político Brasileiro e Outros ensaios*, publicado em 1972. Neste artigo, Cardoso enfatiza o período pós-1964 e leva em consideração não apenas as bases sociais e econômicas que sustentavam o regime, mas também o mecanismo de poder que o tornava viável. Assim, Cardoso (1977) aponta que, em vista das alternativas existentes para o período, o padrão de desenvolvimento dependente-associado não é desprovido de dinamismo, pois não se baseia na ruralização com prejuízo da industrialização, nem leva à intensificação de uma simples relação entre países exportadores *versus* importadores. Para Cardoso (1977), o modelo de desenvolvimento dependente que estava sendo posto em prática permitia não só dinamismo como, também, crescimento econômico e mobilidade social, pelo menos no setor urbano-industrial.

Cardoso (1977) admitia que este desenvolvimento também poderia provocar atrito entre as classes e não impediria as desigualdades. Mas, o autor pergunta-se, na própria obra, se há alguma alternativa. Nas palavras de Cardoso (1977, p.65): “Como se implementaria um modelo capitalista sem os capitalistas, ou tendo-os à reboque de forças nacionalista que sabem, de antemão, que não podem contar com a burguesia?”. O que acontece é que, para o autor, não existe um choque direto entre o fortalecimento do Estado e o caráter associado do desenvolvimento econômico. Tanto que a política empregada pós-1964, segundo Cardoso (1977, p, 67), pode ser resumida pela expressão “estabilidade social com dinamismo econômico”, isto é, um modelo que procura manter um padrão de organização social, uma “dominação autocrática” sob controle burocrático-militar, mas que ao mesmo tempo está assentado em bases economicamente dinâmicas.

A fim de apenas complementar o entendimento destas ideias de Cardoso, vale ressaltar outro escrito do autor: *A Dependência Revisitada* publicado pela primeira vez em 1972, sendo um dos ensaios que compõe o livro *As idéias e seu lugar*, publicado em 1980. Nesta obra,

Cardoso explica que ao se pensar que o desenvolvimento capitalista está ligado à distribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os ramos produtivos, torna-se difícil perceber um desenvolvimento econômico numa relação de capitalismo dependente. Contudo, segundo Cardoso (1993, p. 76), “não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades”. Por isso, Cardoso (1993) insiste que a economia brasileira e mexicana, por exemplo, estavam, sim, desenvolvendo-se “capitalisticamente”. Não só crescendo, mas sim alterando suas estruturas, em função da composição de forças produtivas, da alocação dos fatores de produção, da distribuição da mão-de-obra e das modificações nas relações de classes, que passam a responder, de modo mais adequado, à estrutura capitalista de produção. Para Cardoso (1993), os beneficiários do “desenvolvimento dependente” são distintos daqueles da teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, são, na verdade, as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais – agentes sociais que Cardoso (1993) denomina como “o tripé do desenvolvimento dependente associado”.

A partir deste cenário teórico sobre o conceito e as ideias de desenvolvimento trabalhados por Furtado e Cardoso é possível perceber que estes dois autores em alguns momentos se aproximam e, em outros, fortemente se afastam. Este é ponto principal da comparação aqui realizada, pois os autores e as suas teorias aproximam-se como se representassem retas concorrentes²¹, sendo que o ponto de intersecção entre elas representa justamente o momento em que seus pensamentos estiveram próximos ao ideário cepalino. Isto é, o momento em que ambos acreditavam na superação do subdesenvolvimento através do desenvolvimento nacional e autônomo do Brasil que viria em decorrência da industrialização deste país.

Entretanto, antes de realizar comparações precipitadas entre as ideias de desenvolvimento destes autores, é preciso pensar a respeito de outro quesito de igual importância: as relações de dependência. Abordar o conceito de desenvolvimento sem incluir o debate a respeito da dependência seria uma tarefa temerária, pois nestes autores *desenvolvimento* e *dependência* são conceitos que aparecem atrelados. A questão da dependência marcou um grande ciclo de debates no pensamento político e social brasileiro, sendo trabalhada por diversos autores que apontam diferentes características do processo como, por exemplo, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos.

²¹ Na geometria, retas concorrentes são aquelas que possuem direções diferentes e encontram-se num ponto específico.

Como já apontado anteriormente, segundo a tese prebischiana e cepalina, as relações econômicas de dependência entre o centro e a periferia tendiam a reproduzir o subdesenvolvimento, que resultava da baixa produtividade existente na região e pela carência de capital. Tal situação, para Prebisch, marcada pela especialização primário-exportadora, aumentava as desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos (os centrais) e os subdesenvolvidos (os periféricos). Seguindo a mesma linha teórica da CEPAL, para Furtado, entre os elementos que dificultavam o desenvolvimento do Brasil estava a relação de dependência deste país com países Europeus considerados desenvolvidos, incluindo a metrópole Portugal. Entendido, desde a colonização, como uma empresa destinada a produção de gêneros agrícolas para a Europa e, conseqüentemente, dependente desta relação, o Brasil não conseguiu alcançar o seu desenvolvimento endógeno.

Ao estudar a obra de Furtado, Cepêda (2012) afirma que, na visão do autor, a origem da modernização tecnológica e industrial brasileira não é endógena e grande parte de seu grau de arbítrio interno fica condicionado às exigências externas, o que impede a autonomia e o desenvolvimento nacional. Neste sentido, Cêpeda (2012, p.107) afirma que:

[n]a acepção de subdesenvolvimento [...] a expansão capitalista é desigual e perversa na distribuição dos frutos do progresso técnico e da riqueza socialmente produzida, drenando, sistematicamente, recursos das economias satelizadas por meio da deterioração dos termos de troca, da dinâmica de enclave ou dual-estruturalismo e pelo aprofundamento do alargamento do fosso nos aportes necessários do incremento tecnológico.

Assim, a periferia, na obra furtadiana, orbita em torno do centro, que retém o poder decisório, em uma situação que combina elementos modernos, como a adoção da racionalidade produtiva, de escala, intensiva e de acumulação com mecanismos não especificamente modernos, como a escravidão, a exportação e a manutenção da racionalidade tradicional (CEPÊDA, 2012).

Na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado dá uma explicação muito importante em relação ao seu pensamento a respeito da relação de dependência. Furtado afirma que a renda gerada nas empresas baseadas em capital inglês invertido na Ásia, era dividida em uma parte para a economia local e outra parte para a economia inglesa, sendo a primeira, provavelmente, maior, mas a segunda, a da Inglaterra, a cota-parte que permanece ligada à economia inglesa e que detém as características do sistema capitalista. Desse modo, Furtado explica o porquê a expansão decorrente do desenvolvimento industrial da Europa não originou, na mesma escala, a propagação do sistema capitalista de produção: o “deslocamento

da fronteira econômica européia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica (FURTADO, 1961, p. 184).

Destarte, a ideia de dependência transpassa praticamente toda a obra de Celso Furtado, aparecendo, inclusive, em *Formação Econômica do Brasil*, contudo, são nas obras pós década de 1960 que tal questionamento a respeito desta ligação do Brasil com países desenvolvidos se faz mais presente. Já nas primeiras páginas da obra *Análise do modelo brasileiro*, Furtado (1973, p.15), ao discorrer a respeito dos mercados internacionais, afirma que “o subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural”. Além disso, Furtado (1973) afirma que a concentração da renda é uma consequência do controle externo global do processo de desenvolvimento, o que seria, para o autor, um “efeito de dependência” decorrente do modo como a tecnologia se propaga dos países centrais para a periferia do sistema capitalista.

Na mesma linha teórica e mantendo o mesmo pensamento a respeito das relações de dependência, Furtado afirma, em *O mito do desenvolvimento econômico*, que o subdesenvolvimento “tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (FURTADO, 1974, p. 94). O fenômeno da dependência, para Furtado, está relacionado a uma imposição externa de padrões de consumo, sendo a rápida diversificação deste setor que transforma a dependência em algo difícil de ser revertido. Sobre isto Furtado (1974, p.82) afirma que:

[o] comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço na acumulação. Assim, a reprodução das formas sociais, que identificamos com o subdesenvolvimento, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência.

Em verdade, Furtado não dispensa a contribuição do capital estrangeiro, contudo, esta contribuição deveria ser limitada a setores não estratégicos e submetida a controles. Tal controle é necessário, segundo Bielschowsky (2000b), porque Furtado acredita que apenas através da coordenação estatal poder-se internalizar os centros de decisão sobre os destinos da economia brasileira e romper com as relações de submissão e, dependência, ao comando dos países desenvolvidos.

Assim, vê-se que apesar de desiludir-se com o desenvolvimento autônomo do Brasil e modificar os rumos de seu pensamento, Furtado não deixa de considerar, ao longo de sua

obra, as relações de dependência do Brasil com países de centro como algo prejudicial ao desenvolvimento daquele país. O que torna este um ponto bastante marcante no pensamento do autor, além de aproximá-lo, com intensidade, do ideário cepalino.

Cardoso, por sua vez, também se tornou um autor reconhecido no que diz respeito à questão da dependência, pois tal temática, junto ao conceito de desenvolvimento, fez parte de diversas obras escritas por ele. Nas primeiras vezes que tocou neste assunto, Cardoso parece apontar a dependência de um modo “mais nocivo” ao Brasil, já que visava o desenvolvimento nacional e autônomo deste país. Vê-se isto, por exemplo, em 1958, em um artigo na *Revista Brasiliense*, quando Cardoso afirma que os países subdesenvolvidos possuíam uma espécie de dependência intelectual dos países desenvolvidos, o que seria um problema político, pois a tecnologia, os especialistas, a mão-de-obra e o *know how* tendiam a ser fornecidos pelos países desenvolvidos de “maneira espoliativa” para garantir a dependência intelectual ou técnica dos países economicamente atrasados.

Contudo, de acordo com o que já foi apresentado anteriormente, aquilo que as teorias da época esperavam e almejavam do desenvolvimento no Brasil, dentro das suas possibilidades e especificidades, não resultou na autonomia econômica do país, mas sim, numa situação de dependência, marcada por uma vinculação ao capital externo, característica do sistema capitalista. Isto levou Cardoso, junto com Faletto, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, a criticar o estruturalismo cepalino. Para eles, a perspectiva da CEPAL concentrava a sua análise na questão da “endogeneização” do progresso técnico e da distribuição de renda e, assim, incorria em um “economicismo” e em um reducionismo analítico que não a permitia entender o verdadeiro problema, que na visão destes autores, marcava as economias periféricas: “a fragilidade concernente à conformação e articulação das estruturas sociais e à forma como seus interesses são representados no interior do Estado” (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p.3).

Ademais, Cardoso e Faletto (1973) criticam o dualismo estrutural que contrapõe centro *versus* periferia, mercado interno *versus* mercado externo, e principalmente, tradicional *versus* moderno. Este argumento, para estes autores, não serviria para explicar as *relações de dependência* e seu suposto aspecto negativo para o desenvolvimento das regiões chamadas de periféricas pela teoria cepalina. É em função deste posicionamento que Cardoso e Faletto procuraram seguir por outro caminho e formular uma análise que baseasse os principais condicionantes do processo de desenvolvimento no tipo de integração social das classes e dos grupos.

Assim, Cardoso e Faletto (1973) chegam à conclusão que a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Por isso, na análise da situação de dependência é preciso além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a estrutura social interna – composta por classes dominantes e classes dominadas. A partir do conflito existente no interior dessas classes e da sua organização, ou seja, do modo como o ambiente e as relações políticas se organizam, que se dará, para estes autores, o aumento ou a diminuição da dependência da periferia em relação aos países de centro (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Explica-se, dessa forma, a importância do estabelecimento de conexões entre o sistema econômico e a organização político-social das sociedades desenvolvidas para a interpretação global do desenvolvimento, e conseqüentemente, para compreender os determinantes da dependência na periferia. Nas palavras de Cardoso e Faletto (1973, p.30):

[...] ao considerar a “situação de dependência”, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. [...] Torna-se necessário, portanto, definir uma perspectiva de interpretação que destaque os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais, mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento.

Cardoso e Faletto (1973, p. 127) destacam, também, que na nova situação de desenvolvimento existente no Brasil – desenvolvimento capitalista dependente –, a relação de dependência diferencia-se daquela dependência existente nas antigas econômicas de enclave: “[...] os vínculos que ligam a situação de subdesenvolvimento ao mercado internacional já não aparecem aqui como direta e francamente políticos [...], nem são apenas o reflexo interno de decisões tomadas no mercado mundial”.

Já em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, Cardoso (1971) apresenta os dois caminhos pelos quais um país pode vincular-se de modo dependente a outro: 1) como resultado do próprio processo de independência, em que os setores agro-exportadores rompem os vínculos com a Metrópole (Portugal) e assumem o controle interno de produção, mas reorganizam seus vínculos com o mercado internacional através do centro hegemônico internacional (Inglaterra); 2) como resultado do surgimento de Estados Nacionais que se formam a partir de interesses políticos das grandes potências, ou quando grupos nacionais não conseguem sustentar a atividade produtiva, dá-se uma expansão econômica totalmente orientada pelo mercado externo e mantida através de investimentos de capitais estrangeiros no

sistema produtivo, isto é, criam-se “economias dependentes de enclave”. É partindo destas possíveis condições que Cardoso (1971, p.78) afirma que “as possibilidades de desenvolvimento estão limitadas pelo tipo de situação e crise política peculiar e cada uma das modalidades de dependência”.

Assim, a noção de dependência, na forma como é aplicada nesta obra, não exclui a possibilidade de desenvolvimento, pois esta hipótese impediria a existência de um setor industrial “inserido como parte do mundo dependente e sustentando uma situação de dependência.” (CARDOSO, 1971, p. 53). O que existe, para o autor, são as formas de desenvolvimento dependente, conforme visto anteriormente. Sobre isto, Cardoso ressalta que em qualquer forma de dependência estabelecida, a transformação desta situação, isto é, as chances de êxito da reintegração econômica orientada pelas novas condições do capitalismo internacional (que é o que define as possíveis formas de desenvolvimento) irão depender da capacidade dos grupos nacionais em refazer alianças sociais externas para conseguir impor-se de forma politicamente adequada.

Outro ponto importante de ser destacado é que, na teoria de Cardoso, associar-se com os capitais estrangeiros era algo praticamente necessário para dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Neste sentido, em *Modelo Político Brasileiro*, Cardoso destaca que esta relação de dependência que estava sendo implantada em países como o Brasil se baseava numa nova divisão internacional do trabalho, na qual o sistema industrial dos países hegemônicos era transferido, a partir das grandes empresas e, conseqüentemente, do capital estrangeiro, para as economias periféricas que buscavam avançar no desenvolvimento industrial algo que representa, nas palavras de Cardoso (1977), a “internacionalização do mercado”. Além disso, Cardoso (1977), novamente, afirma que este contexto da economia capitalista mundial, que aprofunda a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente, não exclui a possibilidade de êxito do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas.

Destarte, de um modo geral, o pensamento de Cardoso sobre a questão da dependência afasta-se daquilo que era defendido pela CEPAL: a dependência como um dos entraves do desenvolvimento autônomo da América Latina e, conseqüentemente, do Brasil. No entanto, em 2003, na Conferência realizada na CEPAL e já citada neste trabalho, Cardoso faz uma importante consideração sobre a sua proximidade à Prebisch no que se refere às questões de dependência:

Sin embargo, Prebisch no era fatalista. Creía en el desarrollo, pese a los obstáculos internos y a las asimetrías del comercio internacional. Y en esto fui y sigo siendo su discípulo. En el estudio que hicimos Enzo Faletto y yo, jamás vimos contradicción entre desarrollo y dependencia (Cardoso y Faletto, 1969). La situación de dependencia definía la índole excluyente e inicua del desarrollo, pero no representaba un impedimento (CARDOSO, 2004, p.8).

Como afirma Cardoso, Prebisch, realmente, não era fatalista e acreditava no desenvolvimento da região latino-americana apesar dos óbices existentes, mas é preciso lembrar que este autor prezava por um desenvolvimento que contasse com a industrialização e o fortalecimento do mercado interno dos países subdesenvolvidos. A preocupação não era exatamente manter (ou romper) os laços de dominação do sistema capitalista, no entanto, os autores cepalinos perceberam que para alcançar o desenvolvimento desejado era preciso realizar importantes reformas estruturais dentro deste sistema, sendo que a principal delas estava ligada a relação dependente que existia entre centro e periferia.

Ademais, conforme apontado anteriormente, Prebisch destacou a importância dos recursos internacionais vindos através de empresas estrangeiras que representariam um núcleo de irradiação tecnológica. Mas acontece que Prebisch acreditava numa cooperação internacional, capaz de diminuir a desigualdade entre centro e periferia e, inclusive, impulsionar o surgimento de um mercado comum latino-americano. Uma relação que por ser marcada pelo capital estrangeiro precisava, para o autor, contar com a presença do Estado, a fim de orientar tais processos para que os países periféricos não tivessem sua autonomia anulada.

É frente a este aspecto que se percebe os diferentes caminhos seguidos por Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo levando-se em conta que o ideário cepalino aqui apresentado, junto às ideias “prebischianas”, foi formulado num período histórico um pouco anterior ao que se encontram os escritos de Furtado e Cardoso, vê-se que Furtado se aproxima fortemente do que foi ressaltado pela CEPAL no que diz respeito à dependência, pois este autor também defendia a busca pelo desenvolvimento autônomo e mesmo quando iniciou a sua fase de desapontamento com este modelo, ainda acreditava que as relações de dependência que o Brasil vinha mantendo com os países de centro eram prejudiciais para o seu desenvolvimento. Cardoso, por sua vez, pareceu defender ou, então, conformar-se com a situação de dependência, passando a acreditar que, mesmo nesta condição, as perspectivas de desenvolvimento permaneciam presentes nas economias subdesenvolvidas. Talvez, não um desenvolvimento como se almejava nas décadas de 1950 e 1960, mas sim, um desenvolvimento dependente.

Convém, deste modo, rememorar a metáfora das retas concorrentes: as teorias de Cardoso e Furtado aproximam-se no ponto em que os autores percebem o desenvolvimento de forma semelhante, mas passam a se afastar no final da década de 1960, quando Cardoso ressalta a existência de tipos de desenvolvimento dependente e Furtado, mesmo que desapontado, parece ainda almejar um Brasil economicamente autônomo. Ao acrescentar a questão da dependência, este afastamento teórico irá se acentuar, seguindo a tendência das retas descritas nesta metáfora, pois para Cardoso as relações de dependência que marcavam o desenvolvimento capitalista não impediam o crescimento e desenvolvimento dos países da América Latina, enquanto que Furtado, permaneceu acreditando que a dependência nada poderia colaborar para que o Brasil alcançasse um nível importante de desenvolvimento econômico, social e humano.

5 A AÇÃO DO ESTADO: UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Compreender as teorias do desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso requer um estudo que englobe não apenas a discussão centro *versus* periferia, mas também outros aspectos que direcionam e sustentam tal corpo teórico. A questão da presença do Estado no planejamento do desenvolvimento é um dos pontos que vale ser ressaltado. Contudo, antes de adentrar, especificamente, no universo teórico que envolve o ideário cepalino e as de teorias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso sobre tal temática, é importante destacar, mesmo que de modo sucinto, a forma como o Estado esteve presente na história do Brasil.

A intervenção estatal na regulação da economia brasileira é muito antiga, todavia, para os fins deste trabalho é importante destacar, apenas, que as interferências estatais acentuaram-se a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, nas três primeiras décadas do século XX (ALMEIDA, 2009). Até 1930, tais intervenções se davam de forma mais eventual, relacionadas apenas a medidas paliativas de caráter monetário, cambial e fiscal e nem sempre estavam voltadas para a industrialização e visando o desenvolvimento da economia. Em verdade, foi no período de 1930 a 1937, no primeiro governo de Getúlio Vargas que se viu uma ação mais marcante por parte do Estado, assentada, inclusive numa intenção mais consciente e racional, buscando um sentido: a consolidação do capitalismo brasileiro (FONSECA, 1989).

Almeida (2009) explica que foi apenas no Estado Novo, em 1937, com Vargas, que o desenvolvimento econômico passou a ser um objetivo da política oficial brasileira e, dessa forma, o intervencionismo estatal ampliou-se, mesmo que o governo ainda não sustentasse um plano documentado oficialmente com metas pré-estabelecidas em prol do desenvolvimento. Tal intervenção estatal pode ser percebida, por exemplo, tanto pela participação direta do Estado na economia (como produtor de mercadorias e serviços), quanto pela criação de órgãos estratégicos e reguladores que visavam proteger determinados setores que apresentavam dificuldades momentâneas, e, assim, acelerar o desenvolvimento, entre estes órgãos podemos citar: o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Comissão do Vale do Rio Doce e o Banco de Crédito da Borracha; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Coordenação de Mobilização Econômica

(CME), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Plano de Obras e Equipamentos e a Usina Siderúrgica de Volta Redonda; a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

Buscando dar continuidade a estas ações, Eurico Gaspar Dutra, quando assumiu a presidência em 1945, apresentou o Plano SALTE²², em 1948, que previa 20 bilhões e 400 milhões de cruzeiros a ser aplicados pela União. Contudo, esta ação apesar de ostentosa, pareceu, ao decorrer dos anos, fazer parte de uma administração mais tímida que a de Vargas, pois a maior parte desses recursos não chegou a ser efetivamente utilizada e aplicada pelo Estado (HOFFMANN, 1963 apud ALMEIDA, 2009).

Em 1951, Vargas volta à presidência, em seu segundo mandato, no qual procura dar vida para importantes órgãos e, assim, sustentar a política de desenvolvimento iniciada em seu primeiro mandato. Com isto, foram criados: a Comissão Nacional de Política Agrária; a Comissão de Desenvolvimento Industrial; o Banco Nacional de Crédito Cooperativo; o Serviço Social Rural; a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior (CAPES); o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobrás, entre outros (FONSECA, 1989).

Isto demonstra que o intervencionismo já aparecia como uma prática consolidada no Brasil, mas, estas ações se intensificaram com o término da Segunda Guerra Mundial, gerando discussões entre liberais (como Eugênio Gudin) e intervencionistas (como Roberto Simonsen)²³. Ainda neste sentido, é válido lembrar que até 1950, as ações do Estado não estavam sustentadas a partir de uma programação, de um plano de governo sistematizado dentro do aparelho estatal, foi apenas no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), com o Plano de Metas e os projetos de desenvolvimento regional, que se observou um planejamento econômico. Por exemplo, foi no Plano de Metas, a partir da Operação Nordeste, que se originou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, fundamentada em um documento redigido por Celso Furtado e com o objetivo coordenar uma política de desenvolvimento para a região nordestina, baseada na industrialização (PELLEGRINO, 2005).

A partir desta sucinta retomada histórica é possível perceber que a CEPAL surgiu em um momento em que a discussão a respeito da presença do Estado fazia muito sentido em função daquilo que se via nos países latino-americanos, como o Brasil. Conforme já abordado no primeiro tópico deste trabalho, a programação e o planejamento a partir do Estado

²² SALTE é uma sigla para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

²³ Sobre isto, consultar: Bielschowsky (2000b) e Mantega (1984).

ganharam um importante espaço no ideário cepalino. A industrialização a ser realizada nos países periféricos necessitava ser ordenada e racionalizada por meio de uma planificação que partisse do Estado. Para Bielschowsky (2000a, p. 35), a “ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida”. O planejamento do desenvolvimento, em verdade, seria um meio para canalizar as mudanças estruturais decorrentes do desenvolvimento e não algo incompatível com o funcionamento da economia de mercado. O estado para a CEPAL não possuía poder ilimitado, mas, como destacou Rodriguez (1981), trava-se de uma posição de cunho intervencionista, na qual, o Estado é visto como o agente da política de desenvolvimento.

Para Prebisch, o Estado, possuía um valor indispensável para a promoção do desenvolvimento na América Latina. Para superar os contrastes que se observavam no continente e para promover o desenvolvimento, era preciso impor três formas de ação do Estado: 1) transformações na estrutura social, com o fim de eliminar os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento; 2) estimular o aproveitamento intensivo da terra e do capital; 3) liberar o enorme potencial de iniciativa individual que agora estava malogrado e, assim, dar ao sistema sua “plena validade dinâmica” (PREBISCH, 1964, p. 22).

No entanto, questões envolvendo a presença do Estado no desenvolvimento não fazem parte, apenas, do ideário cepalino, pois Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso também dão importância para este aspecto em suas teorias. Ao apoiarem-se em momentos da história brasileira capazes de demonstrar os limites e as características da ação do Estado, os autores sustentam, por exemplo, diferentes posicionamentos a respeito de políticas nacional-desenvolvimentistas que vinham sendo aplicadas por parte do Estado, no Brasil das décadas de 1950 e 1960. Apesar disso, Furtado e Cardoso, ressaltam, em diferentes obras, de um modo bastante semelhante, a importância do Estado para estimular a acumulação de capital e a industrialização nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Esta foi uma ideia que acompanhou suas fases teóricas modificando-se, sutilmente, no decorrer dos anos. Num primeiro momento, Furtado e Cardoso acreditavam que a atuação do Estado (no planejamento, na busca de recursos econômicos, na orientação e regulação dos investimentos vindos a partir do capital estrangeiro) seria importante para influenciar o processo de desenvolvimento do Brasil, contudo, no final da década de 1960, vê-se o perecimento gradual

desta ideia, pois os autores passaram a perceber que o Estado manteve os privilégios de um grupo minoritário, sem conseguir atingir as necessidades das massas.

No tocante a teoria de Celso Furtado, percebe-se que o autor desde seus primeiros escritos já acreditava na importância do planejamento racional e da intervenção estatal na economia para que se alcançasse o desenvolvimento no Brasil. Almeida (2009, p.144) assinala com clareza tal característica do pensamento deste autor:

objetivamente, a ideia principal era fazer com que o planejamento fosse colocado no centro do pensamento e da prática política dos governos. Essas idéias tomaram forma ao longo do aprofundamento dos estudos de Furtado sobre economia brasileira nos anos 1950, nos quais ele reservava uma participação ativa do Estado em áreas estratégicas que apresentavam maior necessidade de capitalização e elevado grau de acumulação de capital, convicções essas que foram abraçadas integralmente pela CEPAL.

Isto demonstra, mais uma vez, que Furtado caminhava ao lado do ideário cepalino, visando uma orientação estatal que, a partir da industrialização e do planejamento, fosse capaz de impulsionar o desenvolvimento e, assim, realizar a superação de alguns entraves que marcavam as estruturas brasileiras desde a colonização. Por conseguinte, a fim de compreender melhor tal importância que Furtado dava a ação Estado é preciso ressaltar, num primeiro momento, um importante ponto que marcou a sua obra *Formação Econômica do Brasil*: o ciclo econômico do café.

O café, segundo Furtado, assumiu importância comercial no fim do século XVIII, o que levou ao aumento das exportações brasileiras no início do século XIX, tal movimentação econômica formou uma nova classe empresária que foi fundamental no desenvolvimento do país. A proximidade da capital foi uma vantagem para os dirigentes paulistas da economia cafeeira, pois compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Ao proclamar-se a República, Furtado explica que essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançou sua plenitude.

No último decênio do século XIX, houve uma expansão da cultura cafeeira no Brasil, a ponto dos empresários brasileiros controlarem $\frac{3}{4}$ da oferta mundial desse produto. Contudo, a oferta do café cresceu não em função da procura, mas da disponibilidade de mão-de-obra e terras, além da vantagem em exportar este artigo. Isto originou a primeira crise de superprodução – nos primeiros anos do século XX. Dessa forma, os empresários brasileiros necessitavam de recursos financeiros para reter parte da produção fora do mercado, isto é, para contrair artificialmente a oferta. Assim, foi celebrado, em Taubaté, em fevereiro de 1906,

um Convênio, no qual foram definidas as bases do que se chamaria política de “valorização do produto”. Tal política consistia no seguinte: a) o governo intervir no mercado para comprar os excedentes, visando restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura do café; b) para comprar os excedentes, o governo realizaria empréstimos estrangeiros; c) estes empréstimos seriam cobertos por um novo imposto cobrado em ouro por cada saca de café que fosse exportada; d) o governo dos Estados produtores de café deveriam desencorajar a expansão das plantações para, assim, solucionar o problema a longo prazo (FURTADO, 1974).

Este esquema de valorização do produto foi posto em prática pelos Estados cafeicultores – liderados por São Paulo – e sem o apoio do governo federal. Furtado destaca que os governos estaduais, aos quais a descentralização republicana concedera o poder constitucional exclusivo de criar impostos às exportações, apelaram para o crédito internacional e puseram em marcha o projeto. Contudo, a crise de 1929 acabou por desvalorizar ainda mais o produto. Segundo, Furtado (1974), a baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda.

Sobre isto, vale ressaltar a questão da “socialização das perdas”, um dos *insights* mais importantes da teoria de Furtado, que se refere a um mecanismo relacionado a períodos de retração do mercado exportador. Vieira (2007, p.49) explica tal questão afirmando que:

[os] grupos cafeeiros exercendo o papel hegemônico que detinham desde o final do século XIX, pressionaram o governo brasileiro para desvalorizar a moeda, promovendo alterações cambiais. Esse mecanismo faz com que a queda dos preços do café, em moeda forte internacional seja compensada pela maior quantidade de mil-réis que recebem os fazendeiros, cuja venda e poder de compra mantém-se no plano interno. As perdas são assim repassadas às massas consumidoras nacionais, dependentes dos produtos importados, pelos quais passam a pagar preços mais altos.

Nas palavras de Furtado (1974, p.165): “como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros”. O autor não trata esta intervenção do Estado como algo negativo, pelo contrário, explica-a como uma das poucas alternativas existentes para que os resultados da crise não se agravassem. A economia estava procurando os meios de manter o seu nível de emprego durante a depressão, neste sentido, independente da baixa no valor internacional do café, sempre seria vantajoso, do ponto de vista da coletividade, manter o nível das exportações. Para que se conseguisse manter o nível de emprego dentro do país era necessário, segundo Furtado, que o impacto da crise não prejudicasse os lucros dos empresários, pois se isso acontecesse estes últimos seriam

forçados a paralisar suas atividades por “impossibilidade financeira de enfrentar maiores reduções em suas receitas” (FURTADO, 1974, p.167).

Ademais, ainda em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado afirma que esta política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão representa um verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Para o autor, “[p]raticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (FURTADO, 1974, p.192).

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado (1961) ainda toca nesta questão afirmando que a “hábil política” de controle artificial da oferta de café deu maior estabilidade à capacidade para importar, mas afetou de forma negativa o desenvolvimento do núcleo industrial em formação, pois tal política tornou mais profunda e de efeitos mais duradouros a crise cafeeira, “precipitando” as transformações estruturais que se vinham anunciando. Furtado explica que, a partir daí, surgiram três setores dentro da economia brasileira – o de subsistência, o voltado para a exportação e o voltado ao mercado interno –, caracterizando um tipo mais complexo de estrutura econômica subdesenvolvida do que a simples coexistência de empresas estrangeiras junto a um sistema pré-capitalista (FURTADO, 1961, p.188-189). Isto é, Furtado quis ressaltar que tal política foi uma inteligente alternativa para o momento que a economia brasileira enfrentava, contudo, não se pode esquecer que ela trouxe importantes modificações estruturais para o processo de desenvolvimento que vinha de formando no Brasil.

Pensando na ação do Estado e ao falar sobre o processo histórico do desenvolvimento no caso Europeu, Furtado (1961, p.136) afirma que os Estados Nacionais não surgiram como uma aglutinação das unidades feudais, mas sim como uma “armadura para proteger e regulamentar a nova sociedade de base urbana que se estava formando”. Neste mesmo sentido, Furtado também reconhece, em 1964, na obra *Dialética do Desenvolvimento*, que apesar de o Estado moderno não ser apenas uma força de repressão a serviço de uma classe social (como se refere Engels), ele ainda conserva a missão básica de todo o Estado: manter o *status quo*, sendo que este compreende um conjunto de instituições criadas para perpetuar privilégios de uma minoria social que controla os meios de produção. Sobre isto, na concepção de Furtado (1964, p.42), o “específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer e conservar o seu poder”. Isto porque a característica essencial deste Estado, para este autor, é eliminar, especialmente, aqueles privilégios que

entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, este deve estar aberto à ação de todos os grupos que, integrados no processo produtivo, almejem aumentar a sua participação na renda, tanto através da concorrência quanto ao exercer uma pressão organizada no mercado de mão-de-obra.

Ademais, Furtado (1964) percebe uma constante na evolução política das democracias capitalistas: uma tendência em aumentar e, ao mesmo tempo, reduzir as funções do Estado: “[a]umentá-las como órgão prestador de serviços – decorrência principal da urbanização e emergência de uma sociedade de massas com crescentes problemas de organização. Reduzi-las no que respeita à interferência nos processos de produção e distribuição da renda social.” (FURTADO, 1964, p. 68). Neste quadro, Furtado ressalta a importância do planejamento econômico, que, para ele, não deve ser compreendido como um problema de opção entre “técnicas elaboradas por hábeis economistas” (FURTADO, 1964, p.77), mas sim como a formulação de uma política, como uma atitude que diz respeito ao grau de racionalidade que se busca alcançar numa política econômica. Isto é, Furtado enfatiza aqui a necessidade de superar os modelos analíticos e abordar a atividade humana concreta dentro de uma realidade histórica. Bielschowsky (2000b, p.151), ressalta tal posicionamento de Furtado:

Furtado acreditava que o sucesso da industrialização brasileira dependia fortemente do controle que os agentes nacionais pudessem ter sobre as decisões fundamentais à economia do país. Pensava, por isso, ser indispensável uma ampla participação estatal na captação e alocação de recursos, através de um sistema de planejamento abrangente e de pesados investimentos estatais. Considerava também necessário um controle do capital estrangeiro.

Entretanto, assim como a CEPAL, Furtado também dá limites a ação do Estado, vendo este como intervencionista, e não possuidor de direitos ilimitados, repressor ou capaz de intervir nas escolhas individuais. Ao explicar as vertentes deste Estado democrático, Furtado ressalta que o marco institucional no qual se apóia o capitalismo possui influências de todo um processo histórico da cultura moderna e é por isso que “[...] a ideia de que as relações econômicas devem ser disciplinadas por normas gerais e de que a interferência do Estado nessas normas deve ter limites, encontrou apoio na filosofia do direito natural de inalienabilidade dos direitos fundamentais do homem” (FURTADO, 1964, p. 68).

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Furtado discorre sobre alguns momentos em que o Estado mostra-se essencial para a economia. Ao abordar a influência do comércio exterior como um fator capaz de realizar transformações estruturais numa economia subdesenvolvida, Furtado (1971, p.211) apresenta o Estado como portador de um importante

papel: “captador do incremento da renda gerado pelo aumento de produtividade e orientador de sua utilização”. Além disso, no que se refere à introdução de técnicas avançadas por parte de grupos estrangeiros, Furtado atenta para o fato de que a quantidade de mão-de-obra absorvida passa a ser menor, neste sentido, as consequências do investimento para o conjunto da economia dependem, essencialmente, da ação do Estado.

Ainda nesta obra, Furtado ressalta o porquê olhar para o Estado quando se pensa na questão econômica de um país. Segundo o autor, “o objetivo final das decisões econômicas é a satisfação das necessidades de uma coletividade” (FURTADO, 1971, p.97). Desse modo, deve-se olhar para o conjunto de agentes econômicos que compreende o maior número de agentes responsáveis pela satisfação das necessidades de uma dada coletividade. Como no caso das sociedades modernas é o Estado Nação, que, segundo Furtado, representa a forma de organização sociopolítica mais importante, são, então, as economias nacionais que servem de base ao estudo do desenvolvimento econômico.

No tocante às estruturas subdesenvolvidas, especificamente, Furtado (1964, p.82) destaca “a extraordinária importância que nelas o Estado tende a assumir”. Como uma das razões que levam ao crescimento das máquinas estatais nestas economias, Furtado assinala a “instabilidade interna” da classe dirigente, o que acarreta grande valorização das “posições de mando”. Para Furtado (1964), o Estado aparece como o ponto de apoio para diferentes campos presentes nas economias subdesenvolvidas: o capitalismo interno, em função do livre-cambismo dos exportadores e do dinâmico setor agrícola em geral, necessita de proteção estatal para sobreviver; o setor agrícola, que é pressionado pelo núcleo capitalista, necessita de apoio a partir de créditos em larga escala, que só Estado pode oferecer; o setor exportador necessita de infra-estrutura de serviços básicos, algo que exige grande participação do Estado.

Por conseguinte, segundo Furtado (1971), este aumento da presença estatal nos países subdesenvolvidos, junto ao crescimento da produção nas zonas urbanas, resulta numa grande e forte expansão das classes médias assalariadas, que se concentram nestas zonas urbanas e trazem repercussões para o plano político. Contudo, retomando um aspecto que já havia sido levantado neste trabalho, Furtado ressalta que o principal “fator causante” da elevação da produtividade na economia dependente industrializada é a diversificação dos padrões de consumo das minorias com altas rendas, sem que este processo ganhe repercussões nas condições de vida da grande maioria da população. Neste sentido, Furtado (1971, p.228) esclarece que seria um erro ignorar a ação do Estado, pois, este, em função da “alocação dos recursos que capta, como pela forma como capta os recursos que utiliza, pode introduzir

modificações significativas no perfil da demanda e na estrutura do próprio sistema produtivo”. Furtado afirma, inclusive, que em alguns países subdesenvolvidos o Estado já tem conseguido alterar de forma significativa estas tendências a desigualdade social. Contudo, o próprio autor admite que é preciso reconhecer que, em geral, a ação estatal, na América Latina, não consegue alcançar as tendências básicas referidas, e em alguns casos tende até a agravá-las.

Segundo Furtado (1971), esta tendência à concentração de renda na América Latina é inevitável, isto é, Furtado percebe que suas expectativas, também presentes no pensamento da CEPAL, de que o Estado poderia fazer a diferença no que se refere à industrialização e ao desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, visando a superação da desigualdade, tornavam-se distantes da realidade que ele presenciava. O que Furtado (1971, p. 235) via era apenas o Estado sendo chamado para atuar “no sentido de ampliar os setores ‘médios-altos’ dessas economias, mediante o financiamento da compra de bens duráveis de consumo e certas formas de política fiscal”. Para modificar tais tendências, Furtado (1971) destaca que o Estado precisaria atuar de uma forma muito mais ampla visando modificar a distribuição de renda e a buscando o desenvolvimento do progresso tecnológico.

Ao abordar a relação da ação do Estado e os vínculos de dependência existentes entre centro e periferia, Furtado ressalta que a influência do Estado neste sentido pode dar-se de três formas diferentes: 1) na subordinação das grandes empresas a objetivos precisos da política econômica nacional, incluindo, aqui a integração das inovações tecnológicas; 2) previsão e controle das consequências sociais da penetração do progresso tecnológico; 3) controle da comercialização internacional dos produtos primários exportados, atentando, então, para a cooperação entre os países produtores (FURTADO, 1971).

Ao tratar, especialmente, a respeito do Brasil e adentrar na questão histórica, em *Análise do Modelo Brasileiro*, Furtado destaca dois pontos que valem ser ressaltados neste trabalho. O primeiro é quando o autor afirma que a consolidação do poder central, de 1930 a 1937, caracterizou o Brasil como um centro de decisões com considerável autonomia frente aos grupos econômicos tradicionais. A influência exercida pelo capital e grupos internacionais foi consideravelmente reduzida. Isto porque, para Furtado, foi definida uma política de defesa dos recursos naturais, além da instalação de indústrias de base que passaram a ser uma preocupação prioritária do Estado. Desse modo, Furtado (1973, p.23) destaca positivamente este período histórico e afirma que é “graças à evolução ocorrida durante esse período que o Estado nacional emerge como um fator importante no sistema econômico brasileiro” e

introduz, neste país, importantes complexos industriais nos setores da mineração, do petróleo, da geração e transmissão de energia elétrica, da siderurgia e da química.

Furtado (1973) também atenta para o fato de que é um equívoco pensar que a industrialização brasileira, neste período, teve seu impulso principal marcado pela ação do Estado. Na verdade, para este autor, o impulso principal originou-se dentro das próprias forças econômicas, como decorrência das tensões criadas pela crise do comércio exterior. Assim sendo, a ação do Estado representou uma resposta para estas tensões e acabou por favorecer o processo de industrialização.

O outro importante ponto histórico destacado por Furtado (1973) a respeito da ação do Estado, envolve o período do “milagre econômico”. Furtado afirma que a expansão da economia a partir de 1968 estava intimamente ligada a uma ampliação do mercado de bens duráveis de consumo, ao lado de uma política de criação de emprego e de subsídio à exportação, isto é, um sistema que, para o autor, depende essencialmente da ação do Estado. Ademais, Furtado (1973, p.63) afirma que o Brasil afastou-se de um modelo de economia *laissez-faire* e criou uma “variante do capitalismo de Estado”, que funciona articulando a classe empresarial com os poderes públicos.

A criação de um grande fluxo de empregos pelo Estado, segundo este autor, ainda pensando no período a partir de 1968, colocou um freio no processo de marginalização das populações urbanas. Todavia, o autor afirma que se o problema se limitasse entre as opções de criar novos empregos ou elevar os salários dos trabalhadores já incorporados na economia de mercado, não haveria dúvidas de que a criação de empregos representaria a política mais progressista. Mas, segundo Furtado (1973), se esta política fosse realizada simultaneamente a outra que visasse concentrar a renda para beneficiar a classe média alta, o resultado seria apenas o aumento da desigualdade entre os níveis de vida da massa e a minoria de consumidores privilegiados. A crítica de Furtado a respeito disso, segue o fio condutor desta obra – *Análise do Modelo Brasileiro* –, que, como já foi destacado anteriormente, marca um período de desilusão do autor em relação aquilo que ele previa e almejava para os países subdesenvolvidos: uma sociedade mais desenvolvida e menos desigual.

Ademais, Furtado (1973) afirma que no “modelo brasileiro” a taxa de crescimento do PIB está relacionada a uma ação dupla: por um lado representada pelas empresas internacionais, responsáveis pela transmissão do progresso tecnológico, e, por outro, representada pelo Estado, ao qual cabe adequar o perfil da demanda às exigências do progresso tecnológico tal qual este é transferido pelas empresas internacionais.

Seguindo a mesma discussão, em *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado ressalta que há certa dificuldade para coordenar as economias, no plano interno, de países periféricos num processo mais avançado de industrialização, principalmente em função do modo como estas passam a se articular com a economia internacional e, consecutivamente, com as grandes empresas. Entretanto, mesmo que impotente em alguns quesitos econômicos, o Estado ainda possui, para Furtado (1974, p.60), “grandes responsabilidades na construção e operação de serviços básicos, na garantia de uma ordem jurídica, na imposição de disciplina às massas trabalhadoras”. Assim, o crescimento do aparelho estatal, segundo Furtado, é algo inevitável, pois o aperfeiçoamento de seus quadros é uma exigência das empresas que investem seu capital no país.

Vista dentro deste contexto, a desigualdade social, que concentra a renda nas mãos de uma minoria, repercute, conforme explica Furtado (1974), diretamente no plano político: o Estado se vê incapaz de modificar esta situação, criando, assim, uma instabilidade institucional que leva o Estado ao controle das forças armadas, aumentando ainda mais o seu caráter burocrático. Em síntese: “o crescente controle ‘internacional’ das atividades econômicas dos países periféricos acarreta uma precoce autonomia do aparelho burocrático estatal” (FURTADO, 1974, p. 61). Tal aparelho frequentemente aparece controlado de fora do país e por toda parte está marcado por um sentimento de impotência que resulta da dependência em que se encontram as atividades econômicas em relação a estes centros de decisão externos ao país. Sobre isto, Furtado (1974) ainda afirma que um dos setores em que os Estados periféricos, ainda, podem e devem exercer sua autonomia, em face das grandes empresas, é o da defesa dos recursos naturais não-renováveis do país.

Ao pensar neste sistema dos países periféricos, Furtado se preocupa em delimitar o campo de ação das empresas e do Estado, assim, o autor afirma que as grandes empresas controlam as atividades relacionadas principalmente com o progresso técnico, atividades em que o fluxo de novos produtos é mais intenso, como a produção de bens de consumo duráveis e equipamentos. O Estado, por sua vez, possui importante participação nas indústrias produtoras de bens intermediários, sendo que os capitalistas locais também controlam uma boa parte das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis. Assim, as firmas locais operam, através de contratos, como uma linha auxiliar de produção para as grandes empresas de atuação internacional e, também, para as empresas estatais, dando certa flexibilidade ao sistema.

Mesmo que os Estados dos países periféricos precisassem manter estas relações com as grandes empresas internacionais e o capital-estrangeiro, na visão de Furtado (1974), a orientação do desenvolvimento deveria seguir um sentido muito mais igualitário, favorecendo a massa populacional e as formas coletivas de consumo ao mesmo tempo em que reduzisse os privilégios de uma minoria marcada pela extrema diversificação dos padrões de consumo.

Vê-se que das primeiras obras abordadas até o final de década de 1960, Furtado entendia que o desenvolvimento não acontecia de modo espontâneo, automático, mas sim decorria de uma ação que fosse planejada racionalmente por um corpo técnico-burocrático e firmada a partir de um programa orientado pelo Estado que atendesse, inclusive, as questões relacionadas às desigualdades existentes entre as classes sociais. Uma concepção que também foi base dos primeiros escritos de Fernando Henrique Cardoso.

Ao retratar o panorama da economia mundial desenvolvida, Cardoso destaca que o Estado aparece como o principal agente do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. Um agente do desenvolvimento num duplo sentido, segundo Cardoso (1957, p.94): “como inversor e como regulador do mecanismo econômico-financeiro”. Neste sentido, o autor dá ênfase para o processo de acumulação de capital, o comércio exterior, o financiamento interno e os empréstimos externos, ações que vinham sendo executadas, cada vez mais, pelo Estado, naqueles países que almejavam o desenvolvimento econômico. Ademais, segundo Cardoso (1959), nos momentos de crise, a própria indústria procurava o amparo do Estado, através dos bancos e das instituições oficiais capazes de manipular a vida econômico-financeira.

Pensando nas dificuldades em desenvolver o mercado interno e nos problemas sociais que acompanhavam os países subdesenvolvidos, Cardoso (1957, p.95) reflete sobre a necessidade de adotar medidas econômicas e políticas que possuam um “mecanismo centralizador ativo” para que haja a possibilidade de êxito no processo de desenvolvimento econômico. Por isso, que nestas economias, segundo Cardoso, o Estado veio a exercer funções de “empreendedor” capitalista e “regulamentador” da atividade econômica. Levando tal estrutura a não poder ser caracterizada como um sistema capitalista puro. Este processo de desenvolvimento que se realiza a partir de um novo modelo nestas economias subdesenvolvidas carrega consigo uma forte tendência à intervenção estatal na economia, da qual, na opinião do autor, poder resultar “[num] tipo de crescimento econômico que corresponda aos anseios das massas, isto é, do qual resulte não apenas o aumento da renda nacional, mas sua distribuição mais equitativa” (CARDOSO, 1957, p. 98).

Assim como Furtado, Cardoso (1962) também demonstra apoio à política realizada no ciclo econômico no café, no Brasil, pois, conforme destacado anteriormente, esta intervenção do governo no setor cafeeiro por meio de uma política cambial, através da depreciação do valor da moeda nacional, visando favorecer a lucratividade dos produtores e exportadores de café, incentivou a indústria local, mesmo que esta não fosse a pretensão inicial do governo. Desse modo, para Cardoso (1962, p.99), “as tentativas de defender a renda gerada pela economia cafeeira, que se traduziam em políticas de desvalorização da moeda, agiam sobre o comportamento da economia brasileira como estímulos à produção local de produtos manufaturados”. Do mesmo modo que Furtado, Cardoso (1962) também destaca que houve uma elevação dos preços pagos em moeda nacional pelos produtos importados e isto, felizmente, fez com que aparecessem as empresas nacionais para substituir os produtos que antes eram importados.

Se até aqui, Cardoso já dava grande significância para a presença do Estado nas atividades econômicas, para orientar uma adequada à expansão do empreendimento capitalista, quando escreve, em 1964, sua obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, o autor ressalta ainda mais esta tendência dos Estados nos países subdesenvolvidos, enfatizando, principalmente, a importância destes em criar condições favoráveis aos investimentos vindos do capital estrangeiro e também em garantir sua lucratividade.

A ideia de Cardoso (1972) era que o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, como o Brasil, só teria sentido a partir da imposição de uma “racionalidade econômica”, esta teria que ser determinada por aqueles que controlavam os principais centros de tomada de decisões, ou seja, o Estado, por um lado, e os capitais estrangeiros, por outro. Lembrando que a interferência destes últimos só se fez necessário, para Cardoso, como já ressaltado no tópico anterior deste trabalho, porque os grupos industriais brasileiros não possuíam capacidade de liderança e espírito empreendedor fazer frente a um projeto de desenvolvimento.

Assim sendo, para Cardoso, era evidente que a economia se fazia cada vez mais política. Pois a concentração de capitais e a divisão do mercado mundial forçavam o surgimento daquilo que o autor chamou de “um novo personagem para garantir a prosperidade”: o Estado. Nesse sentido, Cardoso (1972) afirma que, na nova conjuntura mundial, a decisão econômica torna-se uma “decisão total”, isto é, uma decisão que é econômica, política e social.

No funcionamento do sistema capitalista, para Cardoso, o Estado se torna um instrumento que “regula” a divisão do mercado entre grandes empresas e, além disso, um meio de absorção dos excedentes econômicos: obras públicas, despesas militares, projetos tecnológicos. Cardoso (1972) atenta, dessa forma, para o fato de que mesmo não sendo uma economia socialista, o mercado brasileiro é largamente controlado pelo o Estado e junto a isto o governo intervém como agente empresarial numa escala, que para Cardoso torna discutível a expressão “economia de livre empresa”. Desse modo, ilustrando esta presença do Estado, ao salientar momentos considerados sociologicamente importantes no processo de industrialização brasileiro, Cardoso (1972) destaca a emancipação econômica, as inversões estatais em setores de infra-estrutura e de indústrias básicas (petróleo, siderurgia), o planejamento e a “permeabilização” do setor industrial que já existia na economia brasileira em relação aos modelos e práticas sugeridos e difundidos pelo que o autor chama de pressões desenvolvimentistas.

A análise de Cardoso, por seguir um viés mais sociológico, sempre ressalta a importância das classes e das relações sociais presentes nas análises do desenvolvimento econômico. Neste caso, vale ressaltar que, para Cardoso (1972, p. 94), a vontade coletiva deveria exprimir-se pelo Estado que, “acima das classes e orientado por planos racionais de base técnica, deveria conduzir o desenvolvimento econômico”. Isto é, para Cardoso, é preciso que a nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão da vontade coletiva, mesmo que o Estado, nas resoluções fundamentais, continue a ser um instrumento significativo da prosperidade dos capitalistas, como afirma o próprio autor.

Cardoso reconhece que o Estado nunca foi o ponto de encontro de todos os interesses de forma neutra, ou seja, de um modo ou de outro, acabou sempre sendo controlado em suas decisões fundamentais pela burguesia industrial e os grupos agrários tradicionais que representavam uma dominação característica do subdesenvolvimento. Todavia, o autor, mesmo assim, reitera que

[...] a nova ordem não permite mais a exclusão pura e simples do “ponto de vista popular”: razão por que os meios de comunicação de massa passam a ser decisivos para o controle do governo e da Nação. É preciso fazer coincidir a ideia que o povo forma seus interesses com o interesse dos grupos dominantes para que o Estado possa arrogar-se a legitimidade na defesa da política econômica e da ordem vigente (CARDOSO, 1972, p. 96).

Ainda na obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, ao discorrer a respeito da instabilidade do mercado, Cardoso afirma que o mercado brasileiro é

bastante sensível a alterações provocadas por medidas governamentais e por decisões de grandes grupos econômicos. Sobre esta instabilidade, um industrial afirma, em depoimento, para Cardoso (1972, p.114) que eles “tem de agir como sanfonas: abrir ao máximo nos períodos favoráveis e encolher-se até à espessura de uma navalha quando o mercado se fecha”.

Nesse mesmo sentido, Cardoso (1972) apresenta a dicotomia entre os “dois lados” do Estado. O “lado bom” do Estado é representado por um Estado-protetor: que protege os industriais por meio de financiamentos a longo prazo e baixos juros. Conforme explica Cardoso, mesmo contrários às intervenções estatais, estes industriais acreditavam e desejavam essas ações do Estado para que isso lhes garantisse maiores possibilidades de êxito econômico. Já a representação mais “negativa” do Estado, o oposto ao “lado bom”, é justamente o Estado-intervencionista, que é visto pelos industriais como a pior ação possível, porque as suas consequências são imprevisíveis. Cardoso caracteriza isto como a “fábula do Estado Brasileiro”, pois “o tempo que define os dois pólos da fábula do Estado é descontínuo e as qualidades que constituem o personagem se reconstroem em cada momento que dá sentido à narrativa” (CARDOSO, 1972, p. 145). Assim, para Cardoso, há uma contradição nesta “fábula”, pois este Estado que socorre a indústria não tem nada a ver com aquele Estado mais abstrato que ao legislar intervém na vida econômica e se torna “símbolo eterno da antiempresa”.

No final da década de 1960, quando escreve com Faletto, Cardoso também aborda a questão da ação estatal. Ao tratarem sobre os primeiros esforços existentes nos países subdesenvolvidos da América Latina para a consolidação de um mercado interno, os autores, afirmam que a ampliação do esquema político efetuiu-se mais rapidamente nos países onde os novos grupos sociais puderam aproveitar a participação que obtiveram no Estado, “através de alianças feitas com algum setor dos grupos oligárquico-exportadores, para assim constituir-se uma base econômica de sustentação, mediante políticas econômicas que favoreceram os investimentos estatais” (CARDOSO; FALETTTO, 1973, p.61).

Assim como Furtado, Cardoso também traz para a sua teoria a história brasileira. A política de Vargas, em seu primeiro mandato, por exemplo, para Cardoso e Faletto (1973), criou uma nova base econômica que fortaleceu a burguesia urbana, integrou as classes médias e setores das classes populares das cidades, sem, para isso, prejudicar economicamente os setores agro-exportadores e, além disso, sustentou no plano econômico a defesa do nível de

emprego a partir de investimentos estatais na infra-estrutura e pela ampliação do controle governamental.

Outro momento que Cardoso e Faletto (1973) destacam como importante em relação à ação do Estado na história brasileira é, quando, no período de 1950-1960, surgem as políticas de industrialização substitutiva²⁴. Durante este processo, para os autores, acentuou-se o papel do Estado, além de alterar o seu caráter. Se, num primeiro momento, o Estado expressava os interesses dos exportadores e latifundiários e atuava como um mediador para as políticas de financiamento de investimentos estrangeiros, posteriormente passou a ser o meio pelo qual se realizou medidas necessárias para defender o mercado interno das tarifas alfandegárias e para apoiar a industrialização substitutiva de importações.

Nesse sentido, os autores destacam que o Estado surge como um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também como um instrumento de sua “constituição”, em função da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais. É levando em conta este contexto que Cardoso e Faletto (1973), ao comparar os tipos de relações populistas e nacionalistas existentes na Argentina, Brasil, Chile e México, apresentam sua crítica a respeito do que chamaram de populismo desenvolvimentista, que se inicia no segundo mandato presidencial de Vargas, a partir de 1950. Uma política que, para estes autores, conseguiu inserir uma participação crescente das classes médias urbanas e das burguesias industriais no sistema de dominação e que, além disso, a partir de um processo de urbanização e industrialização, permitiu o aparecimento das massas no cenário de poder sociopolítico. Mas, ao mesmo tempo, uma política que foi marcada pela expressão de interesses “contraditórios”: “consumo ampliado e investimentos acelerados; participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 94).

Uma contradição que, segundo Cardoso e Faletto (1973), deu origem a um conflito entre os grupos que controlavam, ou pressionavam para controlar, as fontes de acumulação e os setores sociais que tinham influência nos organismos públicos para orientar políticas econômicas com o propósito de permitir “a capitalização das empresas privadas ou públicas”.

²⁴ Industrialização substitutiva é entendida pelos autores como o “aproveitamento e incremento da base produtiva do momento anterior para atender à demanda interna de bens de consumo e bens intermediários, devido, especialmente à carência de divisas e também às dificuldades de importação” (TAVARES, 1964 apud CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 92). Ademais, Cardoso e Faletto (1973, p.92) ainda destacam que a “industrialização substitutiva de importações caracterizou-se por um duplo movimento convergente: a expansão do setor privado da economia e conseqüentemente, o fortalecimento da burguesia industrial e a criação de novas áreas de investimento, concentradas em torno da ‘indústria básica’ e das obras de infra-estrutura, onde foi acentuada a participação estatal”.

É por isso que estes autores afirmam que na ação do Estado se fazem importantes não só as funções econômicas que este desempenha, mas também a forma como expressa, como instrumentos de dominação, a ação dos diferentes grupos que o conformam.

No período marcado pela presidência de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956, Cardoso e Faletto (1973) ressaltam que se tentou restabelecer a aliança populista-desenvolvimentista, mas tomando um rumo diverso, que foi marcado pela “capitalização mediante recursos externos”. Segundo Cardoso e Faletto (1973, p 107), depois deste “predomínio da empresa privada, nacional e estrangeira”, inicia o governo de João Goulart, em 1961, e o populismo, semelhante ao visto no governo de Vargas, volta a aparecer na linha política do Estado. Isto porque a política de massas do governo Goulart pretendeu ampliar sua base de sustentação “organizar setores camponeses e aumentar a participação e os benefícios econômicos para o setor popular urbano”, ou seja, mais uma vez, tentou-se unir interesses contraditórios e, dessa forma, segundo estes autores, alcançaram-se os limites do populismo como uma forma de mobilização das massas e como uma possibilidade de propiciar o desenvolvimento.

Em meio a estas políticas desenvolvimentistas, viu-se surgir, então, o que os autores chamam de uma “internacionalização do mercado”, na qual se fez presente o papel de empresas internacionais junto ao capital estrangeiro. Isso representa, para Cardoso e Faletto (1973), o surgimento de um novo desenvolvimento. Sobre a presença do Estado neste novo processo, Cardoso e Faletto destacam que, nas situações anteriores que caracterizavam o subdesenvolvimento, o Estado Nacional conseguia fazer uso de instrumentos políticos para dar resposta às pressões do mercado externo, resguardando parte da autonomia nacional, precisamente em decisões de investimento e consumo, mas nesse novo tipo de desenvolvimento, o Estado perdeu parte de seu espaço, pois:

os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 130).

Assim, depois de abordar o que denominam de passagem do “Estado-populista” para um “Estado-empresarial”, Cardoso e Faletto (1973) preocuparam-se em escrever a respeito da passagem do regime “democrático-representativo” para um regime “autoritário-corporativo”. Com a crise do populismo desenvolvimentista e a mobilização das classes burguesas e das camadas intermediárias contra o “perigo comunista”, a forma encontrada para a revogação do

poder democrático, conforme explicam os autores, foi a do golpe militar. Sobre isso, Cardoso e Faletto (1973) afirmam que os setores políticos tradicionais, a expressão do Estado no período populista desenvolvimentista, foram aniquilados e procurou-se transformar a influência militar numa condição necessária para o desenvolvimento e a segurança nacional, isto, graças a “roupagem de uma espécie de arbítrio tecnocrático” com que se pretendia, segundo os autores, revestir as intervenções militares na vida econômica, política e social. Para Cardoso e Faletto (1973, p.135), “obtem-se assim a fusão parcial das duas grandes organizações que exerceram influência política e controle efetivo permanentes no conjunto do país: as Forças Armadas e o Estado”.

Em *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, obra publicada pouco depois desta que Cardoso escreve com Faletto, o Estado também ganha destaque, pois Cardoso (1971) faz uma interessante comparação entre os industriais brasileiros e argentinos no que diz respeito à ação do Estado. A intenção do autor era perceber como os industriais entendiam o papel do Estado no processo de industrialização e desenvolvimento. Assim, os entrevistados precisavam caracterizar suas preferências por um tipo de “Estado liberal” ou um “Estado desenvolvimentista”, conforme se vê no quadro abaixo:

Quadro 1 – O papel do Estado no processo de industrialização (Argentina e Brasil)

Tipo de Estado Preferido	Brasil		Argentina
	Empresários médios	Grandes	
Estado Liberal.....	28%	48%	52%
Estado “desenvolvimentista”	72%	52%	37%
NS-NR.....	----	----	11%
TOTAL	100% (50)	100% (50)	100% (71)

Fonte: Cardoso (1971, p. 152)

A partir deste quadro, Cardoso demonstra que os industriais Argentinos tem menor disposição para aceitar o papel ativo do Estado na condução do desenvolvimento. No Brasil, conforme se percebe, o tamanho da empresa influencia nesta variável, as empresas médias têm uma preferência maior no que diz respeito a um Estado desenvolvimentista do que têm as grandes empresas. Trata-se, na visão do autor, da necessidade ou vontade das médias empresas em contar com a proteção do Estado.

Já em *O Modelo Político Brasileiro e Outros ensaios*, Cardoso afirma que a forma de desenvolvimento econômico adotada na América Latina, incluindo-se o Brasil, é, basicamente, a da associação entre três setores: o setor econômico controlado pelo Estado, os capitalistas locais e as empresas multinacionais. Uma associação que, para o autor, acaba por privilegiar dois parceiros fundamentais: por um lado, o capital internacional, que sustenta uma tecnologia avançada, formas modernas de organização, apoio financeiro internacional e ligações mercantis de escala mundial; por outro lado, o Estado, que possui a capacidade de realizar e regulamentar a poupança, atuando como “estabilizador” e “regulamentador” do sistema político e econômico local. (CARDOSO, 1977). Dando sequência a esta ideia, Cardoso (1977) afirma que este Estado não é uma entidade abstrata, pois responde aos interesses das classes dominantes e, ao mesmo tempo, busca estabelecer um equilíbrio entre estas, as imposições vindas do setor externo e o restante da sociedade em prol da manutenção de uma ordem social e dos objetivos nacionais.

Entretanto, nesta mesma obra, Cardoso ressalta o caráter excludente do crescimento econômico, que privilegiava uma minoria da população. Isto é, Cardoso passa a perceber, assim como Furtado, que o Estado sentia dificuldades em promover um desenvolvimento econômico capaz de redistribuir renda e alcançar um nível mais igualitário. Nas palavras de Cardoso (1977, p.16) era “óbvio que uma política de crescimento econômico numa economia de livre empresa [como possuía o Brasil] tenderá a salvaguardar a ‘capacidade de poupança’ da camada empresarial e das classes de rendas altas e médias altas”. Por conseguinte, Cardoso (1977, p.18) precisou reconhecer que as políticas que vinham sendo postas em prática pelos Estados latino-americanos estavam resultando num “perfil de distribuição de renda razoavelmente concentrador”.

No capítulo IV desta mesma obra, Cardoso engloba os “Aspectos políticos do planejamento no Brasil”, no qual vai introduzir sua teoria a respeito dos “anéis burocráticos”, uma ideia que se tornou bastante reconhecida em sua obra e está diretamente relacionada com a ação do Estado no planejamento. Para Cardoso, a “decisão de planejar é política, no sentido de que por intermédio da definição dos planos se alocam ‘valores’ e objetivos junto com os ‘recursos’ e se redefinem as formas pelas quais estes valores e objetivos são propostos e distribuídos” (CARDOSO, 1977, p. 91). Ao trazer essa temática para o quadro brasileiro, Cardoso (1977, p.94) destaca que, tanto no governo Dutra quanto no segundo governo de Vargas, a ação de planejamento surgiu como “o resultado de um diagnóstico de carências

formulado por técnicos, guiados por valores de ‘fortalecimento nacional’, mas num quadro de apatia da ‘sociedade civil’ e, especialmente, dos políticos profissionais”.

Para Cardoso, um dos primeiros processos de planejamento efetivo foi o Plano de Metas, no nível nacional, e a SUDENE e o primeiro Plano de Ação do Governo de São Paulo, no nível regional. O Plano de Metas, segundo Cardoso (1977), teve grande importância porque a partir da influência de técnicos e intelectuais, criou-se um esforço para a coordenação de planos e metas que haviam sido propostos para diversos setores da economia nacional. Ademais, tal plano significou o início da formação de uma “nova burocracia” e passou-se a se pensar na mobilização de novas camadas da população a partir do próprio Estado.

Sobre a SUDENE, Cardoso destaca sua consistência como uma técnica de planejamento e como uma forma de ruptura do sistema tradicional de decisões, pois para implementar suas políticas adotadas a partir de critérios técnicos e da concepção de desenvolvimento nacional, precisou interferir em áreas de decisão praticamente exclusiva dos governadores e na política dos “partidos de clientela”. No mesmo sentido, Cardoso ainda ressalta a importância do Plano Trienal, a partir do qual foi possível, para o autor, fazer um diagnóstico da situação brasileira e ressaltar as principais barreiras ao desenvolvimento e, assim, indicar os “modos e meios” para superá-las.

Ao fazer uso de um conceito de Hirschman, Cardoso chamou de “ilhas de racionalidade” os círculos de interessados no planejamento, levando em consideração órgãos estaduais, regionais e nacionais de decisão econômica e de administração. Contudo, estas ilhas de racionalidade, segundo Cardoso (1977, p. 98), ficavam contidas entre “dois fogos inter-relacionados: os interesses do clientelismo político e a inércia burocrática”. Esta inércia burocrática é, para o autor, um mecanismo político no qual a administração está ligada a interesses privados e estes fluem, em suas relações com o Estado, através daquilo que Cardoso chama de “teias de cumplicidades pessoais”. Na verdade, para Cardoso, a burguesia funcionava sem que existissem partidos de classes, sindicatos e associações de grupos e classe, isto é:

os interesses organizavam-se em círculos múltiplos, em anéis, que cortavam perpendicularmente e de forma multifacética a pirâmide social, ligando em vários subsistemas de interesse e cumplicidade segmentos do governo, da burocracia, das empresas, dos sindicatos, etc (CARDOSO, 1977, p. 99-100).

Segundo Cardoso (1977), a partir de 1964, além da quebra do populismo como instrumento de mobilização e sustentação política, deu-se a quebra do sistema de anéis²⁵ que eram “cimentados” pela definição tradicional de interesses e lealdades. Neste mesmo sentido, outro ponto importante de ser destacado é que, para Cardoso, os grupos “tecnocráticos” que surgiram a partir de 1964 trouxeram uma nova característica ao Estado, tornaram-no mais eficaz administrativamente, mas, ao mesmo tempo, mais repressivo. Isso resultou na dinamização do processo de acumulação de capital. Para Cardoso (1977), conforme já havia ressaltado na sua obra com Faletto, a política de tipo democrático-representativa cedeu lugar a um estilo de política autoritária e burocrática, uma ordem política que apesar de contrariar frequentemente os interesses privados, segundo Cardoso, ainda assegura as condições da acumulação do capital e a desigual apropriação privada dos meios de produção.

Desse modo, Cardoso explica que o regime autoritário instaurado em 1964 buscou garantir a expansão capitalista, por isso, deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, para dar espaço ao setor mais internacionalizado da burguesia, um setor mais dinâmico e mais “moderno”, parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional. Em verdade, o Estado e os capitalistas locais continuaram atuando, foi apenas o “eixo hegemônico” de poder e a “base dinâmica do sistema produtivo” que se modificaram. Assim, a “acumulação urbano-industrial – que vinha crescendo desde o período Kubitschek – passou a preponderar no desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (CARDOSO, 1977, p. 69).

Vale ressaltar que este fortalecimento das forças capitalistas, acontecido em decorrência desta política econômica adotada, trouxe modificações que, para Cardoso (1977), contribuíram para o crescimento econômico, mas não impediram ou diminuíram as desigualdades sociais. Destarte, certo de que o processo político possui um papel importante

²⁵ A utilização do conceito de “anéis burocráticos”, por Cardoso, reaparece na obra *Autoritarismo e Democratização*, publicada em 1975, uma obra que não faz parte do quadro central de obras do autor analisadas neste trabalho, mas que vale ser ressaltada no que diz respeito a este quesito teórico. Nesta obra, Cardoso afirma que os anéis burocráticos não se tratam de *lobbies*, “mas de círculos de informação e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive das forças armadas) e setores das classes sociais. As qualidades para o pertencimento a um ‘anel’, entretanto, não advém da existência de solidariedades ou da possibilidade de busca de recursos políticos comuns entre camadas ou frações de classes mais amplas, mas da definição, nos quadros dados pelo regime, de um interesse específico que pode unir momentaneamente ou, em todo caso, não permanentemente, um ‘círculo de interessados’ na solução de um problema [...] não se trata de um instrumento de pressão da sociedade sobre o Estado, mas da forma de articulação que sob a égide da ‘sociedade política’, assegura ao mesmo tempo um mecanismo de cooptação para integrar nas cúpulas decisórias membros das classes acima referidas que se tornam participantes da arena política, mas a ela se integram *qua personae* e não como ‘representantes de suas corporações de classe’ (CARDOSO, 1975, p. 208).

na definição do curso dos acontecimentos, Cardoso procura questionar e expor todos os lados desta política que foi estabelecida no Brasil, a partir de 1964:

[d]e fato, o modelo de desenvolvimento dependente que está sendo posto em prática permite dinamismo, crescimento econômico e mesmo mobilidade social, pelo menos no setor urbano-industrial. É certo que ele provoca atrito entre as classes, é provavelmente “marginalizador” e seus efeitos não impedem as desigualdades: concentra rendas e aumenta a miséria relativa. Tudo isso leva água à crítica do sistema. Mas esta crítica será específica a este sistema particular, que tem uma expressão política burocrático-repressiva, [...] ou à forma capitalista de acumulação e desenvolvimento? (CARDOSO, 1977, p. 65).

Esse questionamento apresentado por Cardoso toca num dado importante deste trabalho: tanto ele quanto Furtado escreveram a respeito daquilo que presenciavam, sobre o que observavam no momento histórico brasileiro. As obras mais recentes aqui abordadas, de ambos os autores, datam de meados da década de 1970, em pleno Regime Militar, um momento em que os questionamentos a respeito da presença estatal e a integração do Brasil no contexto do capitalismo internacional “fervilhavam” nas cabeças de muitos intelectuais.

Tendo em vista este contexto, é mais fácil compreender o modo como estes dois autores expõem suas ideias a respeito da ação do Estado e porquê traçam um caminho teórico bastante semelhante. Em seus primeiros escritos Furtado e Cardoso, vivenciando um contexto marcado pelas teorias cepalinas e uma situação em que o Brasil ainda mantinha o sonho do nacional-desenvolvimentismo, viam a possibilidade de o Estado coordenar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos a partir de um planejamento, visando, principalmente, à diminuição da desigualdade social.

Ambos os autores, na década de 1960, destacaram a importância da política de valorização do café no Brasil, baseada numa intervenção estatal na economia cafeeira para comprar os excedentes do produto. Isto porque os autores viam este Estado como um protetor, um regulamentador, uma importante forma de organização sócio-política, capaz de representar as necessidades da coletividade, um captador da renda gerada pela produção – nas palavras de Furtado – e um empreendedor, um representante de um mecanismo centralizador ativo, um inversor e regulador do mecanismo econômico e financeiro, – nas palavras de Cardoso. Isto é, Furtado e Cardoso acreditavam que o Estado tinha um papel importante na superação das estruturas atrasadas e no processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Os autores viam o Estado, nesse primeiro momento, como um agente que poderia eliminar algumas desigualdades sociais. Furtado ressaltou que isso poderia dar-se a partir da intervenção no processo produtivo e da distribuição mais igualitária de renda, mesmo já tendo

percebido que a tendência nas democracias capitalistas não era essa (FURTADO, 1964). Cardoso, por sua vez, acreditava que um Estado forte poderia corresponder os anseios das massas, não apenas através do aumento da renda nacional, mas sua distribuição mais equitativa.

Ademais, em relação àquilo que Cardoso, em 1964, chamou de “racionalidade econômica”, que ressaltava, em especial, o Estado tomando decisões, por um lado, e os capitais estrangeiros, por outro, foi ressaltado por Furtado, em 1972, como uma importante característica do modelo brasileiro, no qual a taxa de crescimento do PIB estava relacionada, segundo este autor, a uma ação dupla: por um lado, das empresas internacionais e por outro do Estado.

Vale ressaltar, também, que a política de Vargas, em seu primeiro mandato, foi para ambos os autores uma importante marca na histórica brasileira. Enquanto Furtado a retrata como uma evolução capaz transformar o Estado Nacional em um fator relevante para o sistema econômico brasileiro e, ainda, introduzir, neste país, importantes complexos industriais, Cardoso destaca a capacidade desta política em fortalecer a burguesia urbana, integrar as classes médias e setores das classes populares das cidades, sem prejudicar economicamente os setores agro-exportadores e, além disso, sustentar no plano econômico a defesa do nível de emprego e ampliar o controle governamental.

Já no que se refere ao segundo mandato deste presidente e as políticas desenvolvimentistas aplicadas a partir de 1950, os autores tendem a discordar em alguns quesitos. Furtado fez-se presente em meio à aplicação destas políticas, assumindo a diretoria do BNDE, elaborando o estudo sobre a economia brasileira que serviu de base para a formulação do Plano de Metas no governo de Kubitschek, criando a pedido deste presidente a SUDENE (órgão que dirigiu por cinco anos) e sendo Ministro do Planejamento no governo de João Goulart. Posteriormente, Cardoso, por sua vez, junto a Faletto, ressaltou a perspectiva populista-desenvolvimentista deste período, criticando algumas das ações aí aplicadas. Uma diferenciação entre os autores que decorre, justamente, daquilo que estes entendiam por desenvolvimento. Entretanto, o objetivo deste trabalho, conforme já destacado, não é compreender e focar apenas no modo como os autores perceberam específicas políticas aplicadas no decorrer da história brasileira, mas sim procurar compreender o que tais autores entendiam por desenvolvimento e, especialmente neste capítulo, perceber qual o papel que a ação do Estado, de um modo geral, para estes autores, representa dentro deste processo de desenvolvimento.

A partir deste quadro teórico vê-se que apesar de teorizarem a respeito de diferentes possibilidades de desenvolvimento para o Brasil, e nem sempre concordarem a respeito das políticas aplicadas pelo Estado na realidade brasileira, estes autores também se aproximam. Seguindo, inclusive rumos teóricos semelhantes. No mesmo período em que começam a modificar, de um modo geral, seus pensamentos e inclusive adentrar em novas fases teóricas, conforme apontado anteriormente, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, os autores passam a perceber que o Estado sentia dificuldades em realizar aquilo que haviam previsto como parte importante de sua ação. Tendo que se adaptar às mudanças impostas pelo capitalismo, os Estados dos países latino-americanos, em especial o Brasil, viram-se precisando dialogar com, e mediar um diálogo entre, os capitalistas estrangeiros e as classes sociais nacionais para que houvesse industrialização em seus países. Ambos os autores admitem isto e percebem que a desigualdade social, em função disto, deixou de ser uma prioridade para o Estado, ou mesmo que fosse, acabou por não ter sido superada, e até, muitas vezes, ser, apenas, agravada.

Cabe abordar, aqui, o que os autores salientam a respeito do período pós-1964. Furtado destaca que o “milagre econômico” que marcou este período esteve ligado a ampliação do mercado de bens duráveis de consumo, uma política de criação de empregos e subsídio às exportações, contudo, também estava intimamente ligado a empresas internacionais, que eram responsáveis um por crescente controle das atividades econômicas dos países periféricos. Para Cardoso, neste período, a política de tipo democrático-representativa deu lugar a um estilo de política autoritária e burocrática, uma ordem política que assegurava as condições da acumulação do capital e da apropriação privada dos meios de produção, sem pensar na distribuição equitativa de renda.

Assim, se antes se associou a teoria dos autores, no que diz respeito aos conceitos de desenvolvimento e dependência, com a ideia de duas retas concorrentes, que se encontram num ponto e depois tendem a se afastar, agora, é preciso notar que tal metáfora não é capaz de representar suas teorias no que diz respeito à atuação do Estado no processo de desenvolvimento. Isto é, se antes, os autores tendiam a seguir suas teorias discordando em relação ao que compreendiam por desenvolvimento e dependência, agora, no que concerne a ação do Estado, os autores apresentam uma grande aproximação teórica, pois o ponto chave que, num primeiro momento, guia suas teorias a acreditar na intervenção estatal – a capacidade desta em influenciar positivamente no processo de desenvolvimento e atuar na

diminuição da desigualdade social –, perde sua força no decorrer da teoria de ambos os autores, ao menos, no que se refere as obras aqui abordadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pôde perceber nos tópicos destacados neste trabalho, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso são intelectuais marcados por uma complexidade teórica. Autores que exploraram os limites da teoria e da prática para pensar a respeito da realidade latino-americana, levando em conta suas especificidades, em especial, as do Brasil. É neste sentido que se percebe a importante presença da CEPAL como plano de fundo deste trabalho, pois ela demonstra que o contexto teórico em que os autores escreveram foi marcado por esta busca da identidade latino-americana, esta tendência em desvendar quais eram os problemas que afligiam esta região e qual seria a melhor maneira de resolvê-los levando em conta apenas o que se via ali, sem a influência de teorias ou modelos internacionais. Analisar aquela realidade, observando, de dentro para fora, o modo como economia do continente se dava e quais eram as implicações políticas e sociais que a influenciavam.

Desse modo, dentro deste contexto e rodeados por estes questionamentos que, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso preocuparam-se em compreender o que havia por trás do processo de desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos. Uma característica que ao mesmo tempo os aproximou, também foi capaz de distanciá-los teoricamente.

Um dos primeiros pontos que devem ser destacados é que, apesar de os autores partirem de metodologias diferentes e possuírem diferentes influências teóricas, ambos destacam a importância da história para compreender as especificidades da América Latina e do Brasil. Cardoso, junto com Faletto, ressalta a necessidade de trabalhar com categorias de análise que expressem os diferentes momentos e características estruturais do processo histórico que são significativos para o desenvolvimento. Dessa forma, concorda com o que Furtado reitera na maioria das suas obras: a importância de considerar o processo histórico da América Latina para compreender a sua situação de subdesenvolvimento e suas condições de desenvolvimento. Contudo, é preciso considerar que a história, para Cardoso, engloba a análise da interação de grupos e classes sociais, sendo que a história, para Furtado, e também para a CEPAL, parece ser analisada numa perspectiva mais macro, num dualismo estrutural de centro *versus* periferia, de tradicional *versus* moderno.

No que concerne a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento, nos primeiros escritos de Cardoso, na *Revista Brasiliense*, há uma aproximação deste autor à teoria cepalina e, também, furtadiana. Ressaltando a importância da industrialização, Cardoso, nestes textos

iniciais, acredita na superação do subdesenvolvimento e parece considerar a possibilidade de realizar um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo no Brasil. Entretanto, em função da falta de uma classe industrial empreendedora que fosse capaz de fazer frente a este desenvolvimento e, também, em função do esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, Cardoso passa a desacreditar neste viés do desenvolvimento e acaba por afastar-se das teorias de Furtado. Este último, por sua vez, também foi influenciado por tal contexto histórico, contudo, a mudança em seu rumo teórico parece ter mantido o mesmo fio condutor: superar o subdesenvolvimento brasileiro.

Desse modo, após a década de 1960, começam a aparecer maiores divergências entre os autores. Para Cardoso, o conceito de subdesenvolvimento já não diz respeito a uma sociedade tradicional ou arcaica, como também não corresponde ao não-desenvolvimento, mas, sim, a certo tipo de desenvolvimento, a ponto de que, para este autor, não se pode analisar o subdesenvolvimento descolado do conceito e situação de desenvolvimento. Para Furtado, por sua vez, o subdesenvolvimento, parece enquadrar-se num viés um pouco diferente: como um processo histórico autônomo, e não uma etapa do processo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento, para este último autor, é uma situação particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas e não “um tipo de desenvolvimento”, como diz Cardoso.

Não é apenas o conceito de subdesenvolvimento que é visto de formas diferentes pelos autores, mas o conceito de desenvolvimento também. Para Furtado, o desenvolvimento econômico é visto, acima de tudo, como um modo de alcançar o desenvolvimento humano. Por isso, o desenvolvimento não deve estar associado apenas às questões de crescimento econômico e a um processo de acumulação de capital, mas, sim, a profundas mudanças estruturais em prol do benefício da coletividade.

Cardoso, por seu turno, em especial, na sua obra com Faletto, considera o desenvolvimento como um processo social, no qual é preciso analisar a atuação e interação dos grupos sociais e não apenas justapô-los. Ademais, o que Cardoso entende por desenvolvimento, que ele caracteriza com os adjetivos “capitalista dependente”, não está diretamente ligado à distribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os ramos produtivos, como acredita Furtado. Para Cardoso, os beneficiários deste desenvolvimento econômico não seriam os operários e trabalhadores rurais e urbanos, mas sim, as empresas estatais, as corporações multinacionais, os segmentos gerenciais, os técnicos

e os funcionários liberais, ou seja, Cardoso salienta que não se pode esquecer que o desenvolvimento do qual se falava era um desenvolvimento capitalista.

É decorrente destes entendimentos, acerca do desenvolvimento, que surge a diferenciação entre os autores no que concerne a situação de dependência. Para Furtado, assim como para a CEPAL, um dos maiores elementos que dificultava o desenvolvimento endógeno do Brasil era a relação de dependência deste país com países Europeus. Dessa forma, o subdesenvolvimento aparece como algo decorrente da situação de dependência, que condiciona os países periféricos, como o Brasil, às exigências externas, impedindo sua autonomia e desenvolvimento nacional.

Numa perspectiva bem diferente da de Furtado, para Cardoso, a situação de dependência não exclui e não colide com a possibilidade de desenvolvimento econômico das economias dependentes. Cardoso explica que a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial, na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Neste mesmo sentido, Furtado, em suas obras marcadas pela desilusão teórica, chega até a ressaltar que, talvez, o subdesenvolvimento seja inerente ao capitalismo, mas nem por isso, ressalta a dependência como uma condição aceitável e uma marca intransponível da condição do capitalismo que se apresentava aos países subdesenvolvidos.

Ao falar da dependência, ambos os autores tocam na questão da presença do capital estrangeiro na economia brasileira. Furtado não nega a importância deste capital para o processo de desenvolvimento e industrialização, mas acredita que tais investimentos internacionais deveriam ter certos limites e serem supervisionados pela ação do Estado, para que o país não perdesse sua autonomia frente aos centros estrangeiros, uma ideia que também marca o pensamento cepalino, inclusive, os escritos de Prebisch, que almejava uma situação de reciprocidade entre os países. Entretanto, para Cardoso, esta questão parece adquirir uma posição mais fundamental em sua teoria, pois, ao perceber que o Brasil não possuía uma homogênea classe empreendedora industrial, o autor afirma que para poder se industrializar, esse país precisaria submeter-se às companhias estrangeiras e focar-se no apoio vindo dos capitais financeiros internacionais.

Isto é, na visão de Cardoso, associar-se aos capitais estrangeiros era necessário para que o Brasil conseguisse alcançar certo grau de desenvolvimento. Uma perspectiva que, inclusive, justifica a ideia deste autor em compreender as relações de dependência como algo aceitável neste processo. Entretanto, Furtado, por seu turno, manteve durante toda a sua obra a importância da autonomia do mercado interno. Para ele não existia possibilidades do Brasil se

desenvolver mantendo uma relação de dependência e deixando que centros de decisão externos controlassem a economia do país.

Por conseguinte, a presença do Estado aparece como uma temática que transpassa estas discussões e forma aqui um dos pontos em que os autores possuem seu maior grau de semelhança. Para ambos, o mercado brasileiro estava profundamente marcado pela ação do Estado. Furtado afirma que no Brasil o modelo de economia não se enquadrava no *laissez-faire*, mas sim numa “variante do capitalismo de estado”, enquanto Cardoso ao ressaltar esta presença do Estado, afirma que no Brasil a expressão “economia de livre empresa” deveria ser rediscutida.

O Estado representa um papel fundamental, na teoria de ambos os autores. Para contribuir na busca pelo desenvolvimento, a interferência estatal no processo produtivo se fazia não apenas importante como praticamente necessária. Enquanto acreditavam no desenvolvimento nacional e autônomo do Brasil, os autores viam tal interferência do Estado como uma forma de impedir que o controle dos meios de produção e a renda se concentrassem apenas nas mãos de uma minoria. Viam o Estado como o regulamentador do processo econômico, que através do planejamento, poderia por em prática importantes ações em prol da industrialização.

Dessa forma, o planejamento estatal como um plano para desenvolvimento é um tópico que aparece na obra dos dois autores, de um modo muito próximo daquilo que ficou conhecido como umas das teorias mais centrais do pensamento cepalino. Para Furtado, o planejamento é uma espécie de formulação política, pois esta criação de planos e metas está intimamente ligada ao grau de racionalidade que se busca alcançar numa política econômica. Isto, segundo Furtado, era algo determinante na busca pelo desenvolvimento: superar modelos analíticos e elaborar uma atividade humana concreta para a realidade brasileira. Cardoso não se afasta muito deste viés, pois o planejamento também se fazia importante no seu quadro teórico. Semelhante a Furtado, o planejamento, para Cardoso, também surge de uma decisão política, pois quando se define planos, trabalha-se com valores, objetivos e recursos interligados a fim de pensar como todos estes serão propostos e distribuídos.

Apesar de terem se posicionado de diferentes formas em frente às políticas desenvolvimentistas que foram aplicadas no Brasil no período de 1950 até meados de 1960, para ambos, o surgimento de um regime político fechado, e o que decorreu deste, os fez perceber o caráter excludente que vinha caracterizando o crescimento econômico. Dependendo do apoio do capital estrangeiro e perdendo parte de sua autonomia econômica, o

Estado, segundo estes autores, passou a tratar, principalmente, de questões que estivessem relacionadas à presença destas grandes empresas internacionais na economia brasileira e acabou por sentir dificuldades em promover um desenvolvimento econômico capaz de redistribuir renda e alcançar um nível mais igualitário. Intermediar a ação das empresas estrangeiras e a aplicação do seu capital aqui no Brasil, para Furtado, fazia parte da ação do Estado, assim como, para Cardoso, fazia parte desta ação criar condições para que estas empresas estivessem presentes no país e facilitar os seus investimentos. Mas estas ações não dispensavam, obviamente, para os autores, a preocupação com a distribuição mais equitativa da renda e com a participação mais ampla das massas no processo produtivo.

Assim, percebe-se que, ao concordar sobre os aspectos que marcaram o pós-1964 no Brasil, tanto Celso Furtado quanto Fernando Henrique Cardoso, nas obras aqui trabalhadas, salientam que este período trouxe consigo um estilo de política autoritária e burocrática que, para ambos, apenas aumentou os privilégios de uma minoria e, assim, não foi capaz de diminuir as desigualdades sociais.

Desse modo, confirmando a principal hipótese do trabalho, apesar de apresentarem semelhanças teóricas, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso possuem importantes pontos de divergência e, de um modo geral, fazendo, aqui um balanço de suas teorias, se posicionam de maneiras distintas frente ao ideário cepalino. O futuro que acreditavam ser o melhor para o Brasil, diferenciava-se, talvez, por Furtado carregar por toda a sua obra, mesmo tendo se desiludido no decorrer do caminho, a defesa de um desenvolvimento nacional, de uma autonomia de mercado interno, de um Estado capaz de planejar e intervir nesta economia e, principalmente, por sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo que Cardoso, por sua vez, ao mesmo tempo em que também ressaltava o planejamento estatal e também almejava um país mais igualitário e industrializado, conseguiu perceber os caminhos que o Brasil vinha tomando, o tipo de classe social que se formava neste país e compreender que era o desenvolvimento capitalista dependente que trilhava o rumo da economia brasileira.

Celso Furtado almejava um desenvolvimento relacionado à melhoria das condições de vida da coletividade, da sociedade como um todo, por isso, acreditava que o Brasil deveria desenvolver seu mercado nacional, “caminhar com as próprias pernas” e voltar seus olhos para a sua população, ou seja, não conseguiria se desenvolver se permanecesse ligado a uma estrutura internacional, enquanto Fernando Henrique Cardoso acreditava que era apenas com o apoio externo, relacionado com as estruturas sociais internas, que se poderia alcançar algum

tipo de desenvolvimento para o Brasil, pois no sistema econômico em que nos enquadrávamos já não havia diferentes alternativas.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 2013. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

ALMEIDA, José Elesbão de. **Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BALANDIER, Georges. Conseqüências sociais do progresso técnico nos países subdesenvolvidos. In: COSTA PINTO, L.A. e BAZZENELLA, W. **Teoria do Desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de Pensamento na Cepal – Uma Resenha. In: _____. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento na Cepal**, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento **econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento** – 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, v. 48, n. 2: 231-269, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Restrições Externas e o Financiamento do Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

BRÜZEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Papers do NAEA**, n. 13. Belém, 1993. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=50> Acesso em: 17 abr. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento econômico e nacionalismo. **Revista Brasiliense**, n. 12, São Paulo, jul.-ago. 1957

CARDOSO, Fernando Henrique. Educação e desenvolvimento econômico. **Revista Brasiliense**, n. 17, São Paulo, mai.-jun. 1958.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estabilidade no emprego. **Revista Brasiliense**, n. 23, São Paulo, mai.-jun. 1959.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. **Revista Brasiliense**, n. 28, São Paulo, mar.-abr. 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. **Revista Brasiliense**, n. 41, São Paulo, mai.-jun. 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Primeira publicação: 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. Primeira publicação em espanhol: 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e Desenvolvimento em sociedades dependentes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Primeira publicação: 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. Primeira publicação: 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993. Primeira publicação: 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. Más allá de la economía: interacciones de la política y desarrollo económico, **Revista de la CEPAL**, n. 83: 7-12, 2004.

CEPÊDA, Vera Alves. Entre a economia e a política – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.7, n. 19, maio - agosto 2012.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia . In: REGO, José Marcio; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Orgs.). **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41: 21-34, abril 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LARITA Y EL CARIBE (CEPAL). Acerca de la CEPAL. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi->

bin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/3/43023/P43023.xml&xsl=/tpl/p18f-st.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 16 jun. 2013.

COSTA PINTO, L.A. O desenvolvimento: seus processos e seus obstáculos. In: COSTA PINTO, L.A.; BAZZANELLA, W. **Teoria do Desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

COSTA PINTO, L.A.; BAZZANELLA, W. **Teoria do Desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

CUNHA, André Moreira. Os limites do desenvolvimento: revisitando a agenda cepalina. In **50 anos do Manifesto Cepal**. Anais/Seminário Internacional: 50 anos do manifesto da CEPAL; coord. Dorivaldo W. Poletto – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. **Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels**. Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp, Nov. de 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em: 3 jan.2013.

FALETTO, Enzo. Entrevista de Enzo Faletto a José Márcio Rego. **Tempo social**. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189-213, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12540/14317>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens teóricas do pensamento da Cepal. In: **50 anos do Manifesto Cepal**. Anais/Seminário Internacional: 50 anos do manifesto da CEPAL; coord. Dorivaldo W. Poletto – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, ano 6, n. 3, Rio de Janeiro, set. 1952.

FURTADO, Celso. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. Primeira publicação: 1967.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1974. Primeira publicação: 1959.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 1. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. Primeira publicação: 1972.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FURTADO, Celso. O pensamento econômico latino-americano. Entrevista a Carlos Mallorquín. **Novos Estudos** – Cebrap, São Paulo, n. 14, mar. 1995.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo. Saraiva, 2003.

GONÇALVES, R. et. al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GOULARTI FILHO, Alcides. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. **Revista de Economia**, Curitiba, n.23: p. 123-137, 1999.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Modernización, Desarrollismo y Estado: algunos elementos del mundo antes del surgimiento de la globalización. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.9, n. 3: 53-99, dez, 2003.

HAFFNER, Jacqueline Angélica. A Cepal e a indústria de base no Brasil. In: **50 anos do Manifesto Cepal**. Anais/Seminário Internacional: 50 anos do manifesto da CEPAL; coord. Dorivaldo W. Poletto – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

HERNÁNDEZ, Beatriz Cristina Muriel. **Três ensaios sobre as predições de Heckscher Ohlin: Questões teóricas e testes empíricos**. 2004. 165f. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KOLING, Paulo José. Cepal e a interação latino-americana. In: **50 anos do Manifesto Cepal**. Anais/Seminário Internacional: 50 anos do manifesto da CEPAL; coord. Dorivaldo W. Poletto – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. Revista **Sociologias, Porto Alegre**, n. 14, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 mai. 2013.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Contraponto, 2005.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MENDES, Constantino Cronemberg; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho Teixeira. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. Texto para discussão, n. 320. Brasília: UNB, 2004.

MONTALVÃO, Sérgio. Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasileira. **Revista Urutágua** (Online), v. 10, p. 22-26, 2006.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado – Formação econômica do Brasil in MOTA, Lourenço Dantas (Organizador). **Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico**, v. 1. 5. ed. São Paulo: Senac, 2008.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira. **Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

POLETTI, Dorival Walmor. Faseologia do processo de integração na América Latina. In: **50 anos do Manifesto Cepal**. Anais/Seminário Internacional: 50 anos do manifesto da CEPAL; coord. Dorivaldo W. Poletto – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24100.pdf>. Acesso em: 5 Jan. 2013.

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1981.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SALVIANO JR., Cleofas. **O Discurso Cepalino: Ensaio de Análise Retórica**. 1993. 88f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: auto-retrato e retórica. In: REGO, José Marcio; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Orgs.). **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007.

TAVARES, Maria Conceição. Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones em el Brasil. CEPAL, **Boletín Económico América Latina**, vol.9, n.1, 1964.